



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES

FAMÍLIA E POSIÇÃO DE CLASSE: NARRATIVAS DE
SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR EM SALVADOR

Salvador

2017

Vitor Matheus Oliveira de Menezes

**FAMÍLIA E POSIÇÃO DE CLASSE: NARRATIVAS DE
SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR EM SALVADOR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Roberto Zimmermann

Salvador

2017

Ficha Catalográfica

M543 Menezes, Vitor Matheus Oliveira de
Família e posição de classe: narrativas de socialização familiar em Salvador /
Vitor Matheus Oliveira de Menezes. – 2017.
147 f.

Orientador: Prof^o Dr^o Clóvis Roberto Zimmermann
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia. Faculdade de
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2017.

1. Família – Salvador (BA). 2. Família – Aspectos econômicos. 3. Classes sociais.
4. Família – Aspectos sociais. I. Zimmermann, Clóvis Roberto. II. Universidade
Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDD: 306.8

VITOR MATHEUS OLIVEIRA DE MENEZES

**FAMÍLIA E POSIÇÃO DE CLASSE: NARRATIVAS DE
SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR EM SALVADOR**

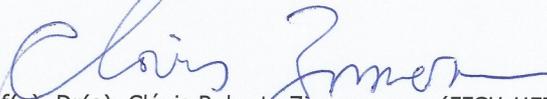
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências Sociais e, aprovada em dezoito de maio de dois mil e dezessete, pela Comissão formada pelos professores:



Prof(a). Dr(a). Mary Garcia Castro (FLACSO-Brasil)
Doutora em Sociologia pela University of Florida



Prof(a). Dr(a). Iracema Brandão Guimarães (UFBA)
Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo



Prof(a). Dr(a). Clóvis Roberto Zimmermann (FFCH-UFBA)
Doutorado em Sociologia pela Ruprecht-Karls-Universität Heidelberg

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao meu pai, Antonio, à minha mãe, Iacy, e ao meu irmão, Diego, por todo o apoio prestado na minha caminhada. Agradeço também à minha companheira, Nara, pelo carinho e zelo investidos a mim todos os dias.

Ao meu orientador, Clóvis Zimmermann, sou grato pelos diálogos e pela leitura atenta dos escritos, bem como por todo auxílio nesses dois anos.

Agradeço à banca examinadora, nas figuras das professoras Mary Castro e Iracema Brandão, pela chance de enriquecer o trabalho com as críticas e sugestões tão bem-vindas ao amadurecimento intelectual.

Ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, em especial aos coordenadores do projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, meu obrigado pela oportunidade de conciliar minha participação profissional com meus objetivos acadêmicos.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia pelo apoio na realização da pesquisa, assim como a todos os colegas e professores que foram, de maneiras distintas, tão importantes para que esta dissertação fosse possível.

Finalmente, agradeço aos interlocutores que se dispuseram a participar das entrevistas. Também sou grato aos mediadores que facilitaram o trabalho de campo, especificamente o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia, o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia, o Movimento da População de Rua de Salvador, o sociólogo Thiago Neri, o militante do Movimento Sem Teto da Bahia Ailton Portela e o jornalista Daniel Oliveira.

RESUMO

Assumindo a esfera familiar como objeto de análise, e partindo de entrevistas em profundidade realizadas em Salvador (BA), esta dissertação visa investigar a transmissão diferencial de recursos pelas famílias, bem como o constante aprendizado de padrões de comportamento. Desse modo, embasado pelo estudo de vinte e duas trajetórias individuais, acessadas através de narrativas, confiro ênfase à assunção de responsabilidades intrafamiliares e às expectativas que fundamentam a relação indivíduo-família, da mesma forma que problematizo o suporte familiar, tanto econômico quanto afetivo, direcionado à inserção no mercado de trabalho e à participação em instituições educativas. Ademais, trato de outros temas complementares, como as autopercepções de classe e a inserção urbana dos domicílios. Com isso, tocando especificamente nas experiências familiares marcadas pela instabilidade da mobilização e usufruto de recursos, argumento três tipos de socialização familiar, pautados na interface entre família e posição de classe, denominados de *socialização familiar pela privação*, *socialização familiar protetiva* e *socialização familiar pela projeção individual*.

Palavras-chave: família; classe; narrativas; trajetórias; socialização familiar.

ABSTRACT

Assuming the family sphere as the object of analysis, and starting from in-depth interviews conducted in Salvador (BA), this dissertation aims to investigate the differential transmission of resources by the families, as well as the constant learning of patterns of behaviors. In this way, based on the study of twenty-two individual trajectories, accessed by narratives, I emphasize the assumption of intrafamily responsibilities and the expectations which bases the individual-family relationship, in the same way that I problematize the familiar support, both economic and affective, directed to the insertion in the job market and the participation in educational institutions. Furthermore, I deal with other complementary topics, like the self-perceptions of class and the urban insertion of the households. Thus, investigating specifically the family experiences marked by the instability of the mobilization and usufruct of resources, I argue three types of family socialization, based on the interface between family and class position, called *family socialization through deprivation*, *protective family socialization* and *family socialization through individual projection*.

Keywords: family; class; trajectories; narratives; family socialization.

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
CEFET	Centro Federal de Educação Tecnológica
CEPAL	Comissão Econômica para América Latina e Caribe
CGU	Controladoria Geral da União
EMBA	Escola de Engenharia da Bahia
FGV	Faculdade Getúlio Vargas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPOG	Instituto de Pós-Graduação e Graduação
Prouni	Programa Universidade Para Todos
SINDOMÉSTICO-BA	Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia
SINTRACOM-BA	Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia
SP	São Paulo
TELEBAHIA	Telecomunicações da Bahia S/A
UCSal	Universidade Católica do Salvador
UDH	Unidade de Desenvolvimento Humano
UEFS	Universidade Estadual de Feira de Santana
UFBA	Universidade Federal da Bahia
Unifacs	Universidade Salvador
Unijorge	Universidade Jorge Amado

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Perfil dos indivíduos entrevistados.....	19
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Procedimentos metodológicos.....	18
Estrutura da dissertação.....	27
1. CLASSES E TRAJETÓRIAS SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE PERCURSO TEÓRICO	29
1.1. <i>Habitus</i> , classes e trajetórias sociais em Pierre Bourdieu.....	29
1.2. Trajetórias sociais e problematizações posteriores: a importância das biografias	36
1.3. Interfaces com a Sociologia da Família	41
2. CLASSES E SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR	46
2.1. Família, classe e mobilização de recursos.....	46
2.2. Dimensão simbólica da família e a socialização familiar.....	53
2.3. Família, indivíduo e domicílio: algumas considerações para a pesquisa.....	60
3. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO	63
4. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA	78
5. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PROJEÇÃO INDIVIDUAL	93
6. CLASSE, ESPAÇO URBANO E TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: REFLEXÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA TIPOLOGICA	110
6.1. Família e posição de classe.....	110
6.2. Família, redes e inserção urbana.....	115
6.3. Família e trajetórias individuais.....	119
7. DIÁLOGOS COM AS CONTRIBUIÇÕES DE JESSÉ SOUZA: APROXIMAÇÕES E CRÍTICAS	123
7.1. Principais marcos teóricos do autor.....	123
7.2. A contribuição tipológica de Souza: a “ralé estrutural” e os “batalhadores”.....	127
7.3. Pontos de contato e reflexões para um debate.....	129

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	141

INTRODUÇÃO

Esta dissertação assume como principal objetivo o estudo da socialização familiar, problematizando, a partir de trajetórias biográficas delimitadas, as distintas práticas mobilizadas pelas famílias para conferir suporte econômico e afetivo aos seus membros. Seguindo essa linha de pensamento, tratarei a socialização familiar, em sua dimensão material, como a forma particular com que recursos circulam, são acessados e transmitidos pelas relações de parentesco, por via intergeracional e intrageracional. Já em sua manifestação simbólica, me reportarei a práticas de aprendizado desenvolvidas por meio de processos duráveis de interação social no seio da esfera familiar, que incidem sobre formas de ver e agir no mundo e terminam por orientar (de maneira não determinista) expectativas e comportamentos individuais. Para dar conta dessa empreitada, me detenho em um conjunto de narrativas produzidas na situação de entrevista, tomando a cidade de Salvador (BA) como campo de estudo. Dialogando com os pressupostos da sociologia disposicionalista¹, discutidos de maneira oportuna no próximo capítulo, questiono como as narrativas recuperam o constante reposicionamento (ou reprodução da posição) do indivíduo e sua família no espaço social. Notadamente, o ponto de partida dessa preocupação condiz com as possíveis interfaces, tanto teóricas quanto empíricas, entre os conceitos de classe e família. Por esse motivo, apresento a seguir uma visão panorâmica sobre o assunto, alicerçando em bases mais sólidas a defesa da presente proposta.

Como aponta Fukui (1986), a década de 70 é marcada pela emergência de estudos sobre as famílias das classes urbanas “subalternas”, em contraste às pesquisas clássicas, especialmente dedicadas às elites agrárias. Alguns desses estudos, fortemente amparados na demografia, sociologia e antropologia, convergiram para a problematização das condições de vida familiares, enquanto outros devotaram esforços à temática da reprodução da força de trabalho. Bruschini (1989), compartilhando de ótica semelhante, afirma que até a década de 70 a esfera familiar despontou como um assunto marginal na sociologia brasileira, limitando-se à assunção da família conjugal como um modelo esperado em sociedades industriais. Todavia, em decorrência do fortalecimento da perspectiva marxista, alguns autores passam a analisar as estratégias de sobrevivência das famílias proletárias, abordagem amplamente

1 Esta denominação é utilizada por Bernard Lahire para se referir à tradição sociológica iniciada por Pierre Bourdieu.

difundida na década de 80 (BRUSCHINI, 1989). De maneira análoga, como segue Bruschini (1989), verifica-se a difusão de investigações voltadas à dimensão de gênero, analisando o papel feminino nas estratégias familiares de acesso a bens e serviços, a partir das práticas de cuidado e da progressiva inserção no mercado laboral. Em linhas gerais, os estudos desse eixo representam o fortalecimento da categoria “trabalho” na sociologia da família, o que leva Couto (2005) a enquadrá-los no chamado “paradigma da produção”.

Segundo Scott (2005), é possível notar, ainda na década de 80, o desenvolvimento de pesquisas em camadas médias urbanas, ressaltando-se os aspectos psicológicos e individualistas das relações familiares. Dessa forma, o autor revela a existência de uma dicotomia nas análises sobre as famílias, fundada em um recorte de classe. Enquanto as pesquisas direcionadas às classes populares baseavam-se na dimensão econômica da vida familiar, a partir da satisfação de necessidades pessoais, as pesquisas voltadas à classe média convergiam para uma tradição subjetivista, realçando os discursos dos próprios indivíduos sobre suas experiências (SCOTT, 2005). Portanto, as famílias das camadas médias eram compreendidas através da autonomia de seus membros, conferindo-se posição de destaque aos desejos, expectativas e comportamentos individuais.

Na década de 90, algumas pesquisas exploraram a esfera familiar a partir de seu caráter simbólico, esforço denominado por Couto (2005) de “paradigma da cultura”. Tais pesquisas assumiam as classes populares como objeto de estudo, averiguando “o modo de existência próprio das famílias populares urbanas” e observando, fundamentalmente, “os aspectos do cotidiano” (COUTO, 2005, p. 203). Ademais, no final dessa década, em um movimento acompanhado até o início do século XXI, ganham força as pesquisas que investigam os impactos da reestruturação produtiva nos diferentes segmentos populacionais, a partir do exame dos resultados da deterioração do mercado de trabalho nos indicadores de desemprego e renda (GUIMARÃES, 1998; MONTALI, 1998; GOLDANI, 2002). Esses estudos ponderam a erosão das capacidades das famílias em proteger seus membros de intempéries cotidianas, bem como evidenciam as diferentes possibilidades de reorganização familiar frente a oportunidades econômicas amplamente desfavoráveis.

Mais recentemente, é possível notar uma grande pulverização de enfoques, pela qual a intersecção entre os conceitos de classe e família assume gradativamente uma função complementar, intercalada com outros eixos temáticos, tais como o gênero, a geração e a sexualidade. Esse processo segue o fortalecimento dessas linhas de pesquisa ainda na década

de 90, assim como notado por Scott (2005). Contudo, algumas investigações optam por manter o conceito de classe como eixo basilar do estudo das famílias. Em Carvalho e Almeida (2003), por exemplo, é notória a busca por refletir o espaço reservado à família no amortecimento de riscos, objetivo enriquecido por uma caracterização mais geral acerca da esfera familiar. Seguindo as inquietações que guiam boa parte dos debates na sociologia da família, os escritos tocam na disputa pelo acesso a recursos, na relação entre família e Estado, na diferenciação intra-grupo e na distinção entre família e grupo residencial. Por seu turno, Souza (2009, 2012) argumenta como as relações familiares instrumentalizam seus membros para a inserção no capitalismo competitivo, compreendendo a família como esfera privilegiada de reprodução das desigualdades e privilégios.

Também vale ressaltar o desenvolvimento de estudos que congregam os conceitos de família e rede, enfoque que remonta a uma temática clássica nas ciências sociais, grandemente influenciada por Bott (1976). Estes estudos, como o de Marques, Castello e Bichir (2012), analisam os efeitos das redes para o acesso cotidiano a recursos materiais e imateriais, levando em conta a circulação de bens, serviços e entreajudas. Para os autores, o conceito de classe serve para diferenciar o alcance das redes, bem como o montante de recursos disponíveis. Enquanto a classe média é caracterizada por redes amplas e territorialmente difusas, compostas principalmente por relações profissionais, as classes populares tendem a experimentar redes mais limitadas, reduzidas à família e às suas ramificações mais imediatas localizadas na vizinhança (MARQUES, 2007).

Longe de esgotar a pluralidade deste campo de pesquisa, algo que certamente escapa ao alcance deste breve panorama, creio que o levantamento me serve para contextualizar as inquietações que guiam a dissertação. Como terei chance de explanar, a família, como unidade básica de acesso a recursos (por meio do trabalho remunerado e de outras fontes de rendimentos, como por herança e benefícios socioassistenciais), aqui é compreendida através dos seus processos internos de categorização, bem como pela sua função de regular um conjunto de sociabilidades cotidianas. Problematico, ainda, as estratégias familiares de acesso a bens e serviços, a partir da inserção laboral, do trabalho doméstico, da mobilização de parentes e do contato com instituições estatais, da mesma forma que atento para o discurso dos próprios interlocutores sobre suas experiências, anotando os indivíduos como relativamente autônomos diante das relações de parentesco. Outrossim, as narrativas evocam tanto aspectos cotidianos da convivência familiar, em uma escala mais reduzida, quanto

assuntos de grande abrangência, tais como as necessidades de reorganização familiar advindas do fechamento conjuntural de postos de trabalho.

Todavia, inserindo-se na intersecção entre classe e família, esta pesquisa propõe um diálogo mais profundo com a sociologia disposicionalista, trabalhada inicialmente por Pierre Bourdieu e ampliada em seus horizontes por Bernard Lahire. Partindo desse arcabouço teórico, esta dissertação problematiza a socialização familiar enquanto um processo que, de maneira mutável, acompanha o indivíduo em sua trajetória. Através dela, são elaborados “projetos” de indivíduos, que passam a ser direcionados à assunção de determinadas práticas em ambientes bastante diversos, tais como a residência, as instituições educativas e o mercado de trabalho. Já é possível antever que atribuo ao conceito de socialização familiar uma maior amplitude do que a função de “socialização primária” em Berger e Luckmann (2013), uma vez que a participação cotidiana em outros ambientes, enquadrados pelos autores no fenômeno da “socialização secundária”, também está ajustada à forma com que os indivíduos assumem posições em uma rede de parentesco, assumindo responsabilidades e apropriando-se dos recursos em circulação.

Tal problemática de pesquisa faz emergir alguns obstáculos, vinculados especialmente à delimitação do *corpus*. Como relata Bruschini (1989)², é nítida a dificuldade de conduzir observações participantes com famílias residentes de grandes centros urbanos, o que levou parte dos pesquisadores a devotarem atenção aos discursos de certos informantes, tidos como representantes de segmentos sociais previamente escolhidos. Ainda nos dias atuais, os procedimentos mais comuns condizem com a verificação do pertencimento de um indivíduo a um grupo (tendo em vista o bairro de residência, a categoria profissional e as relações associativas), bem como através da referência externa a uma classe (a partir das classes populares e da classe média, por exemplo). No entanto, opto por não me deter em nomeações mais precisas. Estabeleço, em contrapartida, um recorte a nível temático, me reportando às trajetórias biográficas caracterizadas pela instabilidade da mobilização e usufruto de recursos materiais. A referida instabilidade é evocada através da incerteza do atendimento de expectativas pessoais e familiares, que podem abranger tanto necessidades básicas, como a alimentação, quanto volições mais ambiciosas, como o ingresso no Ensino Superior e o engajamento em um trabalho bem remunerado. De maneira sintética, as narrativas evocam a transmissão de certos bens e serviços como algo não garantido, passível

2 Para esses apontamentos, a autora parte de diálogo com Gilberto Velho e Elizabeth Bott.

de disputa. Se tomarmos como base as definições mais corriqueiras, esta pesquisa trata de um amplo espectro de classes, atingindo desde indivíduos em extrema pobreza até o que poderíamos chamar de uma “classe média baixa”.

Penso que essa proposta desemboca em três consequências positivas. Em primeiro lugar, uma caracterização mais certa, como no caso da vinculação do indivíduo à classe média, já é dotada de um conjunto de pressupostos teóricos, muitos deles implícitos, que atribuem certas impressões às narrativas. O compartilhamento parcial de uma experiência, como no caso da incerteza do acesso a recursos, é genérica o suficiente para ser utilizada como um ponto de partida relativamente “neutro”, conferindo maior liberdade à análise das falas. Em segundo lugar, a elaboração de tipologias, esforço despendido nesta dissertação, pauta-se fundamentalmente na diferenciação interna de um *corpus*. Assim, se espera que a amplitude da amostra propicie uma grande riqueza de dados, subsidiando a comparação entre interlocutores com profissões distintas, residentes de bairros diversos e que participam de múltiplas configurações familiares. E em terceiro lugar, a seleção de trajetórias marcadas por incertezas repercute em algumas peculiaridades. Os indivíduos entrevistados tendem a evidenciar graus diferentes de aproximação entre o “ser” e o “dever ser” da vida familiar, em um processo no qual o acesso a bens e serviços emerge como algo “a se fazer”, ajustado a um conjunto de deliberações e práticas da rede familiar, muitas delas imprevisíveis. Esses fatores conferem destaque aos momentos de crise nas biografias, levando em conta certos acontecimentos que dependem, para seu resolvimento, da atuação direta e mais visível da família. Por esse motivo, as narrativas formam um terreno propício à problematização da vida familiar em uma sociedade de mercado.

Para a interpretação dos dados, me dedicarei às relações familiares propriamente ditas, bem como às trajetórias de escolaridade e de inserção no mercado de trabalho, elementos entendidos como decisivos para o gozo de recursos e de *status*, imediatamente ou a posteriori. Seguindo esse raciocínio, a atuação da família em conferir suporte econômico e afetivo aos seus membros, associada à introjeção diferencial do *habitus*, traz consigo algumas subquestões: como, na trajetória individual, a sucessiva responsabilização por meio de diferentes papéis sociais (filha, irmã e mãe, por exemplo) serve de base para uma narrativa das relações familiares? De que forma o interlocutor narra sua trajetória escolar, levando em conta o papel do arranjo familiar para o sucesso ou fracasso de sua experiência? Quais os sentidos evocados para descrever a inserção e participação do entrevistado no mercado de

trabalho, tomando como base certas valorações, como a necessidade e a satisfação? Como as narrativas expressam o papel do arranjo familiar na trajetória laboral, observando, em contrapartida, a forma com que a participação no mercado de trabalho reverbera na provisão de bens e serviços aos membros da família? E de que maneira as famílias são atravessadas por manutenções ou reconfigurações de seus arranjos, tendo em vista a criação e a ruptura de vínculos afetivos?

Debruçado sobre tantos enfrentamentos, o estudo foi desenvolvido como parte integrante do Projeto Radiografia do Brasil Contemporâneo, sediado no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea). Em linhas gerais, a pesquisa buscou “o mapeamento geral das classes sociais e seus ambientes”, a partir do “exame de narrativas individuais de acordo com esquemas objetivos de socialização”³. No que diz respeito ao levantamento de dados, a investigação contou com pesquisadores nas cinco regiões do país, que desenvolveram entrevistas em profundidade em cidades de grande porte. As entrevistas trataram de temas bastante amplos, seguindo os eixos “família”, “educação”, “trabalho”, “vida comunitária e religião”, “consumo e lazer”, “relações de gênero” e “política”⁴. Aos pesquisadores coube a elaboração de perguntas, partindo de sugestões enviadas pelo Ipea. Além disso, por uma iniciativa espontânea, incluí nas entrevistas a temática “moradia”, já que a inserção urbana dos domicílios, incluindo-se aí a qualidade da residência, desponta como imprescindível para o acesso a bens e serviços no cotidiano das famílias. Como será discutido na metodologia, adenso aos principais assuntos abordados (as relações familiares, as trajetórias de escolaridade e a participação no mercado de trabalho) os discursos acerca das condições de habitação e das auto-percepções de classe, a fim de complexificar a elaboração dos tipos.

No tópico seguinte, destacarei os principais procedimentos metodológicos desta pesquisa, argumentando a definição da amostra, a realização de entrevistas, a análise de narrativas, a elaboração de tipologias e a generalização teórica. As reflexões apresentadas no tópico a seguir, tal qual o debate teórico que embasa a dissertação, advém de estudos e argumentos do próprio pesquisador. Quaisquer elementos oriundos das diretrizes do Ipea são reportados devidamente ao Instituto. Devo salientar, por fim, que na escrita desta dissertação contei com o apoio irrestrito do Ipea, usufruindo de liberdade para conduzir uma pesquisa de autoria própria, de maneira independente aos esforços coletivos do Instituto. Igualmente, o

3 <http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/dides/151009_plano_trabalho_2015.pdf>

4 Para o tratamento dos dados, a dissertação discute mais detidamente as falas presentes nos três primeiros eixos, seguindo com a proposta de investigação já apresentada, muito embora trechos dos outros eixos também tenham sido utilizados em menor grau.

Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia, em especial na figura do meu orientador, me apoiou nesses esforços, propiciando a apresentação das minhas contribuições no formato de uma dissertação de mestrado.

Procedimentos metodológicos

A delimitação da amostra se deu por meio de perfis pessoais estabelecidos pelo Ipea, com base nas características ocupacionais e de residência dos interlocutores. Os dois indicadores se justificam pela capacidade de sintetizar as condições de vida individuais e familiares, permitindo uma observação preliminar tanto das condições de vida, a partir do salário e da infra-estrutura urbana, quanto do *status*, pelo reconhecimento diferencial das ocupações e da moradia/entorno. Para a busca ativa, fiz uso de visitas a domicílios e a locais de trabalho, usufruindo por vezes de mediações por redes interpessoais e institucionais (associações profissionais, movimentos populares, sindicatos e empresas).

Em um primeiro momento, sob orientação do Ipea, a pesquisa assumiu a tipologia de Souza (2009; 2012) como ponto de partida da busca ativa, fazendo uso de cotas internas de vinculação à “ralé estrutural”, aos “batalhadores” e à “classe média” para assegurar o equilíbrio e diversidade da amostra. A meu ver, os três tipos forneceram um ponto de partida interessante, muito embora tenham apresentado grandes limitações interpretativas na etapa intermediária da investigação. Tais limitações foram facilmente superadas pelo entendimento da função transitória da terminologia, como uma categorização que, a despeito de seu caráter instigante, está fundada em uma simplificação excessiva. Discutirei esse assunto mais detidamente no sétimo capítulo.

Para Souza (2009), a ralé estrutural representa uma classe de indivíduos com acesso extremamente restrito a recursos, alijados do reconhecimento enquanto “produtores úteis” na sociedade capitalista. Com repertórios alheios ao comportamento e conhecimento tidos como adequados para o mercado competitivo, a ralé condiz com uma massa de indivíduos limitada a reproduzir-se enquanto corpos capazes de investir energia muscular (SOUZA, 2009). Vale ressaltar, seguindo esse raciocínio, que a exclusão deste grupo do mercado, tanto de trabalho quanto de bens e serviços, é transmitida intergeracionalmente pela socialização familiar, reproduzida pelas instituições e aceita como algo justo e natural. Os entrevistados que inicialmente foram associados a esse estrato foram os interlocutores 1, 2, 3, 4 e 7. Já os

batalhadores, ainda que apresentem trajetórias marcadas pela precarização, são dotados de recursos que possibilitam relativa ascensão social, sendo a partir da esfera familiar, caracterizada por uma forte “ética do trabalho”, que são aprendidas formas de ação e pensamento voltadas à inclusão produtiva (SOUZA, 2012). Contudo, a ascensão dos batalhadores ancora-se em trajetórias marcadamente vulneráveis, expressas através de duplas jornadas de trabalho (muitas vezes precoce), conciliação do trabalho com a escola e poupança austera pela limitação do consumo. Com maior frequência, os entrevistados associados a esse grupo foram os interlocutores 5, 6, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 19. Por fim, a classe média, como um agrupamento pouco analisado em esforços empíricos anteriores, foi alvo de uma postura exploratória na fase inicial da pesquisa. De maneira genérica, este estrato foi reportado a uma inserção mais estável no mercado de trabalho, bem como ao usufruto de investimentos mais decisivos na escolaridade e qualificação. Os entrevistados vinculados a tal tipo foram os interlocutores 17, 18, 20, 21 e 22.

No que diz respeito à caracterização ocupacional, como primeiro parâmetro da busca ativa, a investigação partiu de tabela elaborada pela equipe técnica do Instituto, com base em pesquisas anteriores e em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, os indivíduos pertencentes à ralé estrutural foram identificados previamente como trabalhadores domésticos, catadores de materiais recicláveis, flanelinhas/vigias de carro, vendedores ambulantes e trabalhadores da construção civil sem qualificação. Em seguida, os batalhadores foram associados aos trabalhadores no ramo de serviços, telemarketing, autônomos de transporte, garçons, pequenos comerciantes, vendedores/balconistas, trabalhadores da construção civil com qualificação, trabalhadores em serviços de escritório, professores de ensino fundamental, trabalhadores elementares da indústria de transformação e trabalhadores no ramo de segurança. Já a classe média foi vinculada às profissões de médico, advogado/jurista, engenheiro, professor universitário, executivo público ou privado, publicitário, jornalista, arquiteto, decorador, designer, cozinheiro não elementar e produtores musicais.

Porém, o enquadramento profissional serviu como um marco inicial para a busca ativa, sendo recorrente a modificação do perfil do entrevistado a partir do desenrolar da entrevista (representando um distanciamento a um perfil “esperado”). Da mesma forma, este enquadramento foi imaginado como uma forma de padronização e nivelamento das iniciativas particulares dos pesquisadores. Coube a estes, portanto, a adaptação dos marcos mais amplos

em seus contextos locais de pesquisa, não invisibilizando perfis profissionais que estivessem alheios às sugestões iniciais. Assim, a caracterização ocupacional serviu como uma indicação inicial, passível de ampliação, verificação e alteração pelo levantamento dos dados.

Para a operacionalização de tais perfis, fiz uso de dois procedimentos. Em primeiro lugar, logrei diálogos com o Sindicato dos Trabalhadores Domésticos no Estado da Bahia (SINDOMÉSTICO-BA), entrevistando uma empregada doméstica, e com o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção e da Madeira no Estado da Bahia (SINTRACOM-BA), entrevistando uma secretária. Em segundo lugar, realizei abordagens diretas em locais de trabalho, desenvolvendo, para essa pesquisa, entrevistas com um guardador de carros, uma costureira, um porteiro, duas comerciantes, dois lojistas, um taxista, um marceneiro e uma jornalista, contando por vezes com a mobilização anterior de contatos.

Já para a visita domiciliar, me instrumentalizei da Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil⁵, através da qual é possível averiguar indicadores sociodemográficos em unidades de análise intrametropolitanas, chamadas de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs). Quatro bairros foram alvo da busca ativa nesta pesquisa: Jardim Cajazeiras (duas entrevistas), São Lázaro (duas entrevistas) e Bairro da Paz (três entrevistas). O bairro de Jardim Cajazeiras foi selecionado devido à existência de contatos prévios, oriundos de pesquisa anterior, localizados especificamente no Residencial Jardim Cajazeiras, conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida destinado à Faixa 1 (renda familiar de até R\$1.600,00). Da mesma forma, o bairro, com renda média per capita de R\$464 e com Índice de Desenvolvimento Humano de 0,663, se mostrou promissor para a realização de entrevistas com indivíduos de classes populares. Já o bairro de São Lázaro foi escolhido por uma particularidade socioespacial: com indicadores relativamente próximos da média municipal (R\$798 de renda per capita e 0,775 de Índice de Desenvolvimento Humano, enquanto Salvador apresenta, respectivamente, R\$973 e 0,759), a UDH da Federação: Igreja de São Lázaro está inserida entre os bairros da Barra e Ondina, localizados na Orla Marítima Norte, com maior oferta de bens e serviços urbanos. Por esse motivo, a localidade expressa diferenciações em relação a outros bairros estudados, submetidos aos efeitos do espraiamento urbano. Finalmente, o Bairro da Paz foi escolhido pela comunicação prévia com potenciais interlocutores, possibilitada por um morador da localidade, elemento facilitador das abordagens domiciliares. Da mesma forma, com renda per capita de R\$365 e Índice de

5 <<http://www.atlasbrasil.org.br>>

Desenvolvimento Humano de 0,617, o bairro representa uma localidade paradigmática de ocupação popular do espaço urbano, contando com ampla estratificação social interna.

Como resultado da conjugação desses esforços, foram entrevistados vinte e dois indivíduos em Salvador (BA). Devo ressaltar, contudo, que a totalidade dos entrevistados condiz com trinta interlocutores. Posteriormente, duas entrevistas foram excluídas do *corpus* por não apresentarem dados suficientes acerca da socialização familiar, seguidas por outras duas que foram realizadas com indivíduos residentes fora da capital baiana, em sua região metropolitana (penso que a moradia em Salvador represente um princípio básico de coesão interna da amostra). Por fim, quatro entrevistas foram retiradas da formação da base de dados, em decorrência do não enquadramento com o foco desta dissertação, associado às trajetórias biográficas fundadas na instabilidade da circulação e apropriação de recursos. Visto isso, a tabela a seguir expressa as características pessoais dos vinte e dois entrevistados utilizados na análise dos dados:

Tabela 1 – Perfil dos indivíduos entrevistados

Nº do(a) Interlocutor(a)	Sexo	Idade	Escolaridade	Profissão [caso desempregado(a), profissão anterior]	Rendimentos individuais (valores aproximados)	Bairro de residência
1	F	25	Fundamental incompleto	Desempregada [empregada doméstica]		Valéria
2	M	43	Não lembra	Coletor de lixo e material reciclável	R\$700,00	Jardim Cajazeiras
3	M	36	Fundamental incompleto	Desempregado [operário da construção civil]		Situação de rua
4	M	33	Fundamental incompleto	Guardador de carros	R\$200	Nordeste de Amaralina
5	M	24	Fundamental incompleto	Pescador	R\$1700	São Lázaro
6	M	64	Fundamental incompleto	Comerciante	R\$1000	Jardim Cajazeiras
7	F	43	Fundamental incompleto	Secretária	Salário mínimo	Estrada Velha do Aeroporto
8	M	31	Superior	Desempregado		Bairro da

			incompleto	[professor comunitário]		Paz
9	M	21	Fundamental incompleto (ainda frequenta)	Barbeiro	R\$480	Bairro da Paz
10	F	27	Médio completo	Cabeleireira	R\$2200	Bairro da Paz
11	F	53	Superior completo	Secretária	R\$2138	São Caetano
12	F	30	Médio incompleto	Costureira	Salário mínimo	Plataforma
13	M	53	Fundamental incompleto	Porteiro	R\$1120	Itapuã
14	F	57	Superior completo	Comerciante	R\$2000	Mouraria
15	M	24	Superior incompleto (ainda em curso)	Enfermeiro	R\$900	São Lázaro
16	M	23	Médio completo	Lojista	R\$1500	Engenho Velho de Brotas
17	M	25	Pós-graduação (em curso)	Desempregado [cadista]		Patamares
18	F	72	Pós-graduação	Costureira	R\$2000	São Lázaro
19	M	46	Médio completo	Taxista	R\$3000	Brotas
20	M	54	Médio completo	Marceneiro e funcionário público	R\$6000	Rio Vermelho
21	F	28	Pós-graduação (em curso)	Jornalista	R\$2800	Vila Laura
22	F	66	Superior completo	Comerciante e empresária	R\$6000	Campo Grande

Esta seleção condiz, na perspectiva de Pires (2014), com uma amostra qualitativa do tipo “contraste-saturação”. Voltada para fins classificatórios, esta amostra é indicada para pesquisas debruçadas sobre um número intermediário de casos, associados principalmente a relatos orais e temáticos na situação de entrevista. Segundo Pires (2014), a amostra por

“contraste-saturação” assume como principal objetivo o agrupamento das entrevistas, tendo em vista a proximidade dos atributos pessoais e dos dados presentes nas falas (no caso, as narrativas de socialização familiar). Em decorrência do esforço classificatório, os grupos de entrevistas são convertidos em tipos com relativa coerência interna, comparados entre si e diversificados internamente. Portanto, as narrativas são tratadas de forma não-autônoma, uma vez que a construção dos tipos privilegia a homogeneidade dos elementos entendidos como mais significativos.

Se por um lado as narrativas servem como casos típicos, direcionados para uma finalidade ilustrativa, por outro fornecem dados não lineares, recorrentemente distantes das definições mais genéricas dos tipos. Debatendo sobre este assunto, Fernandes (1997) destaca a importância dos casos típicos em recuperar e explicar um determinado objeto de estudo. Em um primeiro momento, na elaboração tipológica, estes casos são tratados como fenômenos “puros”, alheios às suas manifestações concretas. Posteriormente, passam a compor contextos empíricos, relacionando-se às variáveis que interferem na sua produção e desenvolvimento, em um confronto entre a generalidade dos tipos e os aspectos particulares dos fenômenos⁶. Por meio desse processo, o pesquisador paulatinamente transforma os dados brutos em conceitos abstratos empiricamente fundamentados (FERNANDES, 1997).

Como salientei, o *corpus* desta pesquisa é formado por um conjunto de discursos produzidos na situação da entrevista, despontando portanto como desdobramentos de processos comunicacionais gestados na relação pesquisador-interlocutores. Segundo Gaskell (2013), o uso de entrevistas em trabalhos qualitativos serve à compreensão das crenças, atitudes, valores e motivações que orientam o comportamento de indivíduos em determinadas situações. Com isso, a análise das entrevistas não condiz com a contagem de opiniões, mas sim com a exploração das diferentes representações elaboradas acerca de uma temática. Ao tratar da socialização familiar, então, analiso-a enquanto um conjunto de “ações interpretadas” (DESLAURIERS; KÉRISIT, 2014), evocadas por meio de sentidos específicos que, mobilizados por atos de linguagem, compõem a narrativa individual. Desse modo, o principal objetivo das entrevistas foi incentivar e facilitar a elaboração de relatos biográficos, inquirindo os interlocutores a narrarem acontecimentos localizados em diferentes etapas de suas trajetórias, esforço capaz de evidenciar certas redefinições das práticas familiares no percurso individual. Ao tratar das famílias, assumi como válido o significado êmico presente

6 Notadamente, Fernandes (1997) dialoga aqui com os escritos weberianos, particularmente no que diz respeito à elaboração de tipos ideais.

nas narrativas, já que este direciona-se aos nós da rede que efetivamente são reconhecidos e ativados no cotidiano. Embora seja possível identificar nos relatos a confluência de parentes consanguíneos e não-consanguíneos, escapo desta distinção no corpo da análise.

Segundo Ricoeur (1987), é através do discurso que os eventos, como acontecimentos transitórios, passam por um processo de significação, o que permite a transmissão de mensagens a partir da junção das funções de identificação (o nome, o agente) e predicação (o verbo, a ação). O discurso dota as falas de sentido, bem como as comunica, sendo pela linguagem que “a experiência privada se faz pública” (RICOEUR, 1987, p. 30). Partindo das contribuições do autor, é possível apreender a narrativa como uma história que evoca eventos passados, ainda presentes na memória, comunicados a partir da descrição de uma agência expressa na frase e disponível à interpretação. Na narrativa biográfica, o emissor se auto-localiza em uma linha temporal, reportando-se ao ambiente e às relações entendidas como mais importantes, almejando a transmissão de uma mensagem que, direcionada para o espectador da história (no caso o pesquisador), atribui valorações às experiências pessoais.

De maneira complementar, Jovchelovitch e Bauer (2013) afirmam que as narrativas são compostas pelo encadeamento sequencial de uma série de acontecimentos que integram um enredo, sendo a partir dele que elementos isolados da narrativa são reportados a um “todo discursivo”, adquirindo coerência e sentido. Contudo, para além de uma descrição neutra das trajetórias, as narrativas abarcam um conjunto de apreciações por parte dos interlocutores, revelando “a verdade de um ponto de vista, de uma situação específica no tempo e no espaço” (JOVCHELOVITCH; BAUER, 2013, p. 110). As biografias consistem, portanto, em uma revisita à própria trajetória, através de um esforço reflexivo que transmite determinada visão de mundo ao ser externalizado (CARVALHO, 2003; LECHNER, 2009). Como um dos principais precursores dessa perspectiva, Ricoeur (1997) sustenta que o ato de contar uma história está vinculado à elaboração de uma identidade narrativa, traduzindo o “quem” da ação e conferindo realce a um “si mesmo” mutável e dinâmico, constantemente refigurado pelo exercício do relato biográfico.

Em decorrência, a narrativa está associada a uma “auto-invenção” do indivíduo que conta uma história (CARVALHO, 2003). No caso dessa pesquisa, ao transmutar a família em uma “história contada”, as narrativas evidenciam certos princípios avaliativos que projetam um modo de existência percebido como desejável. É coerente afirmar que a história contada, no caso a narrativa de socialização familiar, sempre é a argumentação de um ponto de vista

dentre tantos outros possíveis, trazendo em seu bojo a valoração que subjaz o ato de relatar algo em um processo comunicacional. Sob essa ótica, ganha relevo que as falas, voltadas para os projetos compartilhados de mobilidade social e para o atendimento de expectativas no âmbito da esfera doméstica, evidenciam certos ideais de família a serem perseguidos.

Tendo em vista esses elementos, os capítulos seguintes dedicam-se à construção de uma tipologia de socialização familiar. Para a elaboração dos tipos, estando a seleção dos dados demarcada como ponto de partida, utilizo três dimensões analíticas: as narrativas acerca das relações de parentesco, tendo em vista o papel assumido na esfera familiar nos diferentes momentos da biografia do entrevistado; a trajetória escolar individual, assim como o papel da família em prover suporte (ou não) para tal percurso, abarcando a participação em instituições educativas, desde a alfabetização até o Ensino Superior; e a inserção e participação do interlocutor no mercado de trabalho, levando em conta a importância da família para tal processo, bem como seus resultados para a reprodução social familiar. Este último tema é ampliado para o acesso a recursos financeiros de uma maneira geral, através de ocupações, heranças e benefícios socioassistenciais.

Como será apresentado no capítulo seguinte, através de debate com os escritos de Bourdieu (2011), trabalho e escolaridade se justificam pelo papel determinante dos capitais econômico e cultural para a conformação de posições sociais nas sociedades capitalistas. Todavia, mesmo extrapoladas para a obtenção de recursos financeiros e para o trânsito em instituições educativas, tais temáticas não esgotam o significado conceitual dos capitais econômico e cultural, servindo como uma focalização dos esforços investigativos. Somando-se a estes elementos, a dissertação analisa outros fatores que servem para refinar os tipos, tais como o acesso à moradia e a definição, no entendimento dos entrevistados, dos elementos decisivos para a demarcação de posições de classe.

Para o tratamento qualitativo dos dados, me inspirei no método da “análise de conteúdo” proposta por Bardin (1977). Em um investimento cuidadoso e gradual, inicialmente transcrevi as entrevistas com os vinte e dois interlocutores, transformando os discursos em textos escritos. Devo ressaltar que alguns interlocutores foram entrevistados mais de uma vez, enquanto outros foram submetidos a contatos posteriores, com o objetivo de ligar “fios soltos” das biografias. Em seguida, empreendi uma leitura flutuante, o que permitiu uma verificação panorâmica dos diversos elementos presentes nas falas, procedimento que auxiliou a criação dos códigos, denominados de “relações familiares”, “trajetória escolar”, “trajetória laboral”,

“moradia” e “percepção de classe”. Por essa via, na leitura de cada entrevista foram realizadas marcações através de legendas associadas a cada código, propiciando uma leitura direcionada do *corpus* textual. Em uma segunda aproximação, as entrevistas foram contrastadas entre si, anotando-se as similitudes e discrepâncias dos dados, esforço que culminou em um agrupamento inicial das falas. Através de uma nova leitura das entrevistas já agrupadas, foi possível levantar os elementos característicos das experiências de socialização familiar.

Traçados os argumentos mais gerais do estudo, vinculei as falas codificadas aos contextos de emissão das mensagens, levando em conta o perfil do interlocutor e o momento da entrevista no qual o trecho está localizado. Este procedimento, associado à inferência na análise de conteúdo (BARDIN, 1977), torna-se visível na argumentação dos tipos, dada a cabo de maneira paulatina pelo exame de cada trajetória individual. Além disso, esta proposta de tratamento dos dados repercute em uma constante reinterpretação das narrativas, ocasionando a crítica das dimensões que caracterizam os tipos e a avaliação da proximidade ou afastamento dos entrevistados. Como resultado, vez ou outra mostrou-se necessário deslocar um interlocutor de um tipo para outro, o que aconteceu com maior frequência em biografias mais ambíguas, algo intimamente ligado à possibilidade de transformação da realidade familiar em uma determinada temporalidade. Nestes casos, privilegiei quais acontecimentos foram apontados pelos entrevistados como mais significativos.

Chegado este momento da explanação, mostra-se indispensável apresentar algumas considerações acerca da generalização em trabalhos qualitativos. Como afirmam Castro e Bronfman (1999), a generalização condiz com a capacidade de teorizar acerca de situações e elementos que não foram diretamente observados em uma investigação. Nas pesquisas quantitativas, a utilização de amostras representativas, instrumentalizadas por técnicas estatísticas, permite a vinculação de determinados achados à totalidade de uma população. Por seu turno, os pesquisadores qualitativos podem empreender generalizações conceituais em termos analíticos e não numéricos, direcionados para “las características conceptuales del proceso bajo estudio” (CASTRO; BRONFMAN, 1999, p. 55). Desse modo, o esforço de generalização ocorre pela abstração dos dados que compõem uma pesquisa.

Para meus propósitos, seria insuficiente apenas retornar às falas dos entrevistados, demarcando como suas experiências são únicas e complexas. Embora este esforço fosse interessante, forneceria poucos subsídios para uma compreensão sociológica da esfera familiar, uma vez que estaria restrito às unidades de análise que formam o *corpus*. Em

contrapartida, ao propor uma abordagem classificatória, a dissertação enfrenta um desafio teórico, voltado para a construção de conceitos capazes de subsidiar a interpretação de trajetórias individuais e familiares. Vale lembrar que as características apresentadas em cada tipo estão sujeitas à pluralidade das trajetórias, o que me levou a oscilar a escrita dos capítulos entre mergulhos mais profundos nas narrativas e apontamos de maior alcance. Portanto, o objetivo aqui condiz com a generalização de um arcabouço conceitual, passível de reformulação e adaptação, que distancia-se da contagem de frequências.

Entretanto, alguns elementos delimitam o alcance das generalizações. Em primeiro lugar, as entrevistas foram desenvolvidas em uma grande capital que compõe, juntamente a suas cidades satélites, a oitava região metropolitana brasileira com maior contingente populacional⁷. É prudente tratar a construção tipológica como referente ao contexto do grande aglomerado urbano, visto que as dinâmicas familiares, principalmente no que diz respeito à sua relação com o território, assumem contornos diferenciados no meio rural e em cidades de menor porte. E em segundo lugar, ao tratar da elaboração de tipos, me debrucei em uma realidade particular, relativa a uma sociedade de graves disparidades socioeconômicas como a brasileira, cujas manifestações de experiências familiares refletem a desigualdade extrema de acesso a recursos.

Estrutura da dissertação

Esta dissertação divide-se em três partes. Na primeira, composta por dois capítulos, apresento a matriz teórica que orienta os escritos, fruto da interface entre a sociologia disposicionalista e a sociologia da família. Visando esse objetivo, inicialmente discuto a determinação das posições sociais pelo acesso às espécies de capital, bem como a consequente introjeção diferencial dos *habitus*, conferindo destaque ao conceito de trajetória. Em seguida, levanto algumas contribuições pertinentes acerca da esfera familiar, em especial no que diz respeito à mobilização de recursos, à relação entre família e unidade doméstica, à categorização intra-familiar (geracional e de gênero) e à produção de discursos sobre as experiências cotidianas.

Já a segunda parte condiz com a fase empírica da pesquisa. Nela, argumento em capítulos separados os tipos produzidos, voltados à temática da instabilidade do acesso a

⁷ Conforme pode ser observado na Plataforma Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, com valores referentes a 2010.

recursos, denominados de *socialização familiar pela privação*, *socialização familiar protetiva* e *socialização familiar pela projeção individual*.

Por fim, a terceira parte abrange mais dois capítulos, correspondendo a novos esforços de reflexão teórica. Para isso, aproximo o levantamento bibliográfico inicial e os achados empíricos, através da associação entre socialização familiar e posição de classe. Da mesma forma, discuto a inserção urbana dos domicílios em cada tipo produzido, anotando as diferenças de capilaridade das redes interpessoais. Este esforço é sucedido por um conjunto de reflexões acerca das trajetórias individuais, demarcando o caráter maleável dos tipos.

Em um novo capítulo, dialogo com as contribuições de Jessé Souza, ressaltando as minhas aproximações e críticas em relação à sua tipologia. Esta etapa se justifica pela importância da tipologia do autor para a condução inicial desta investigação, bem como pela sua ampla repercussão no meio acadêmico nacional, fator que potencializa as críticas advindas dos resultados da pesquisa.

1. CLASSES E TRAJETÓRIAS SOCIAIS: UMA PROPOSTA DE PERCURSO TEÓRICO

Neste capítulo, almejo demarcar a matriz analítica na qual o trabalho se inscreve, dedicada sobretudo ao estudo da socialização. Nesse âmbito, discuto inicialmente como o conceito de *habitus* em Pierre Bourdieu propicia a análise das práticas de aprendizado que, seguindo um percurso biográfico, edificam formas de ação e pensamento (as disposições). Posteriormente, analiso a teoria das classes na proposta do autor.

Em um segundo momento, o capítulo aprofunda a discussão sobre o conceito de trajetória, conferindo centralidade à dimensão subjetiva que o caracteriza. Partindo de algumas contribuições que dialogam criticamente com a teoria bourdieusiana, aproximo a teoria disposicionalista da escolha metodológica que orienta esta dissertação, condizente com a análise de narrativas.

Por fim, recupero o papel conferido à esfera familiar nos escritos de Bourdieu, observando os principais contrapontos apresentados por Bernard Lahire. Em um movimento inverso, destaco as potencialidades dos argumentos bourdieusianos, em uma espécie de “tréplica”. O objetivo desta última etapa consiste em estabelecer canais de diálogo com o capítulo seguinte, destinado ao levantamento bibliográfico no campo da sociologia da família.

1.1. *Habitus*, classes e trajetórias sociais em Pierre Bourdieu

Grande parte do esforço de Bourdieu traduz-se na crítica a escolas teóricas que, segundo o autor, forneceriam contribuições incapazes de compreender os fenômenos sociais em sua completude. É possível identificar três frentes que melhor sintetizam o alvo destas críticas, representadas pelo estruturalismo, pela fenomenologia/etnometodologia e pela teoria da ação racional.

Segundo Bourdieu (2013), o objetivismo, expressão epistemológica da perspectiva estruturalista, termina por considerar a “estrutura” como algo já dado, de maneira dissociada da história dos indivíduos e grupos. Seriam invisibilizadas, assim, práticas diversas que confeririam incorporação, reprodução e atualização das propriedades constitutivas de uma determinada estrutura social, cabendo ao agente apenas papel de suporte (BOURDIEU, 1989). Por sua vez, o subjetivismo, representado pela fenomenologia e etnometodologia, terminaria

por identificar a consciência como algo independente da incorporação de propriedades estruturais, concebendo o indivíduo como um ente que esgota-se em si mesmo. Esta lacuna conferiria à fenomenologia um caráter “totalmente a-histórico” (BOURDIEU, 2001, p.179), já que leva em conta a presença no mundo como algo evidente, familiar, sem historicizar as condições que permitem tal apreciação. Finalmente, a teoria da ação racional, de cunho utilitarista, pecaria ao imaginar a ação individual interessada no máximo benefício como uma prática social universal do *homo economicus*, pressuposto considerado pelo autor como “irreal”. Para Bourdieu (2013), esta modalidade de ação retrataria um fenômeno excepcional, condicionado à posse de características econômicas e culturais que possibilitam a persecução de benefícios em dada cronologia.

Diferenciando-se de tais frentes teóricas, Bourdieu (1989) nos apresenta seu conceito de *habitus*, originário do termo aristotélico *hexis*. Segundo o autor, este termo foi retomado distintamente por pensadores como Hegel (*hexis*), Husserl (*Habitualität*) e Mauss (dimensão corporal da *hexis*), muito embora em todos os casos tenha sido utilizado de um modo relativamente próximo, pautado no interesse “de sair da filosofia da consciência sem anular o agente na sua verdade de operador prático de construções de objeto” (BOURDIEU, 1982, p. 62). Por essa via, Bourdieu (2001) afirma que os esquemas de percepção, apreciação e ação manifestos pelos indivíduos são configurados através de práticas históricas de aprendizado, fundadas no primado da experiência social situada e datada. Assim, os *habitus* seriam sistemas de disposições – modos de fazer, pensar e sentir – duráveis e transponíveis, “estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 2013, p.87). Embora apontem para certa estabilidade, já que duráveis, os *habitus* não correspondem a uma consequência imutável das estruturas da vida social, modificando-se no curso de certa temporalidade histórica e biográfica. Da mesma forma, pela sua transponibilidade, as disposições inculcadas poderiam ser transmitidas de um contexto a outro. As experiências observadas na família, na vizinhança, na escola e no trabalho são descritas como regulares e complementares, sedimentando um conjunto de práticas, valores e comportamentos por meio da socialização continuada.

Como uma “estrutura estruturada”, o *habitus* deve sua explicação para além da aparição contingencial, uma vez que o sistema de disposições que o constitui é produto de certas experiências coletivas. Em trajetórias particulares, diz Bourdieu (2001, p.72), tais experiências se desenrolam em diferentes esferas de sociabilidade, a partir de “transações

afetivas com o ambiente social”. O *habitus* não representa, então, a ação do indivíduo atomizado, mas o produto de múltiplas solidariedades que relacionam o corpo socializado à sociedade que o criou, através da intercompreensão prática de agentes submetidos às mesmas condições de interação. Por outro lado, como uma “estrutura estruturante”, o *habitus* traz em seu bojo “princípios geradores e organizadores de práticas e representações” (BOURDIEU, 2013, p.97). Pela socialização o indivíduo assume, nessa abordagem, formas de ver e agir no mundo, orientando-se por uma consciência prática que antecipa os resultados das ações com base em experiências passadas, da mesma forma que dota o mundo de sentidos, tornando-o passível de compreensão.

Para o autor, existir significa ocupar um determinado lugar na vida em sociedade, em uma teia na qual uma posição sempre é uma posição relativa. Os lugares, exteriores uns aos outros, são permeados por relações de proximidade, vizinhança e distanciamento, a partir de princípios de distinção que edificam fronteiras simbólicas. Cada grupo é constituído por certas classes de condições de existência, e é justamente a partir destas classes que as formas de ação e pensamento são geradas e reproduzidas. Com base nos escritos do autor (BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, 2001), é possível afirmar que as diferentes dimensões do nosso cotidiano, como por exemplo os gostos e as formas de organização da esfera doméstica, associam-se a tais “lugares” ocupados na sociedade. Mas o que define tais lugares? E em que quadro mais amplo estes lugares estão inseridos?

Segundo Bourdieu (2011), o lugar ocupado por um indivíduo ou grupo é definido pelo acesso diferenciado às espécies de capital, material e incorporado, que circulam e são apropriadas em contextos particulares. Nas sociedades capitalistas desenvolvidas, a assunção de posições sociais é especialmente definida por duas espécies de capital (BOURDIEU, 2011): o capital econômico, materializado e definido pela posse de riquezas e pertences; e o capital cultural, relativo ao conhecimento incorporado e à formação com validade institucional. A essas espécies soma-se o capital social, com menor peso relativo (mas não desprezível), que diz respeito às relações sociais capazes de garantir acesso a oportunidades, influência e reconhecimento.

A apropriação destas espécies de capital, assim como a apreciação que a dota de sentido, confere ao indivíduo a capacidade de exercer poder em determinados campos. Sobre este assunto, o autor oscila entre um sentido mais amplo e um sentido mais restrito do conceito de campo (PETERS, 2016). Para Peters (2016), em sua designação mais ampla, o

campo representa um espaço social abrangente, como um espaço de classes, composto por posições definidas pelo acesso desigual às espécies de capital. Em sua designação mais restrita, o conceito condiz com um campo especializado de práticas (o campo literário e o campo acadêmico, por exemplo), dotado de lógicas próprias, em um “jogo” definido pela capacidade desigual de apropriação de recursos. Para os propósitos do presente debate, me dedicarei com mais afinco à primeira perspectiva, uma vez que o espaço social mais abrangente, tomado em sua expressão multidimensional, traz em seu cerne um conjunto de campos circunscritos e relativamente autônomos, proporcionando, quando cômodo para a análise empírica, o intercâmbio entre as duas escalas de análise (BOURDIEU, 1989)⁸.

Seguindo esse raciocínio, a trajetória é entendida como o percurso do indivíduo no espaço social, “ele próprio em devir e submetido a transformações incessantes”, observando-se o reposicionamento sucessivo na temporalidade biográfica (BOURDIEU, 2011, p.81). Esta assertiva remete a dois argumentos. Em primeiro lugar, a trajetória reporta-se à apropriação das espécies de capital, visto que tal posse reposiciona os indivíduos e grupos em um espaço de classes. Dessa forma, a assunção de uma nova posição redefine o usufruto de recursos, levando em conta a importância conferida a um “lugar” melhor situado. E em segundo lugar, a trajetória condiciona a manifestação do *habitus*, provocando o seu gradual aprendizado. Se para o autor a posição ocupada em um espaço propicia a introjeção de certos *habitus* coletivos, como formas de ação e pensamento aprendidas e compartilhadas pela socialização continuada, tais disposições revelam certas variações individuais e grupais, como um “desvio” provocado pela singularidade das trajetórias. Aqui, vê-se o confronto, por vezes seletivo (tendo em vista a notória importância das primeiras experiências), entre *habitus* e acontecimentos (BOURDIEU, 1996; BOURDIEU, 2001; BOURDIEU, 2013).

Nesse processo, os *habitus* não são necessariamente pautados pela ação consciente dos fins, muito menos pela obediência cega a regras impostas. Ganha realce, pois, as formas particulares com que os *habitus* são inscritos nos corpos pelo aprendizado, representando uma interiorização de estruturas sociais mais amplas. Para Bourdieu (2001), as disposições constitutivas dos *habitus* vinculam-se à incorporação de formas de ver e agir no mundo por

8 Esta opção dialoga com uma pertinente crítica feita por Lahire (2002, p.50) acerca do conceito de campo. Segundo o autor, o campo em Bourdieu, quando entendido como um contexto especializado de disputa pelo poder, está vinculado sobretudo às atividades profissionais, especialmente em ocupações dotadas de prestígio. Contudo, uma parte considerável de indivíduos, alijados de tais campos, “revela-se fora-de-campo, afundados num vasto 'espaço social' cujo único eixo de estruturação é o volume e a estrutura do capital possuído (capital cultural e capital econômico)”. Assim, opto por tomar o espaço social no sentido generalista, uma vez que esta decisão permite um enquadramento mais amplo, complementando, quando necessário, este enquadramento por análises parciais sobre certos contextos delimitados.

indivíduos que estão imbricados em dada historicidade, definida pelo cruzamento entre a história “tornada coisa” (que se expressa com base em mecanismos estruturais dos campos) e a história individual (a história “encarnada nos corpos”). Em decorrência, o curso da vida é compreendido como a forma particular, associada a experiências específicas, com que se realizam práticas sociais com sustentação, fundamentos e significados históricos. Ao habitar no mundo, o indivíduo existe sob determinadas condições de socialização, que terminam por edificar, como presença ativa de um passado objetivado no presente, formas compartilhadas de ação e pensamento (BOURDIEU, 2013)⁹.

Chegado este ponto, posso melhores condições de adentrar a discussão propriamente dita sobre as classes. É notório que para o autor as posições no espaço social são dotadas de significado a partir de esquemas classificatórios que embasam formas de categorização e distinção. As diferenças de acesso a bens, serviços e poderes, percebidas através de tais categorias, convertem-se em diferenças simbólicas e passam a compor uma linguagem específica (BOURDIEU, 2013). As posições são delimitadas, então, por distinções estabelecidas a partir de signos específicos e particulares. A ideia principal que embasa o argumento é que o indivíduo, por estar em um espaço social, não pode ser indiferente. Cada pessoa é dotada de categorias de percepção que lhe permitem estabelecer valorações. Uma diferença só se torna uma diferença socialmente “pertinente”, ou poderíamos dizer, reconhecida e eficaz, quando é percebida por um agente ou grupo dotado da capacidade de converter, com base em um esquema classificatório, a mera diferença observável em uma distinção significativa (BOURDIEU, 2007).

Para Bourdieu (2013), os membros que ocupam o mesmo lugar no espaço social, embora não passem necessariamente pelas mesmas experiências, apresentam maior probabilidade de compartilhar situações cotidianas do que quando comparados a indivíduos “distantes”. Portanto, ao assumir uma posição social, um indivíduo passa a ser submetido a experiências sociais particulares, compartilhadas parcialmente por agentes “próximos”. É isso, segundo Bourdieu (2011, p. 24), que permite ao conhecimento sociológico traçar classes teóricas “tão homogêneas quanto possível”, ainda que não condigam com classes “atuais” ou

9 O *habitus*, produzido de maneira gradual e com base em certas condições estruturais, termina por garantir sua constância e defesa contra a transformação, ao tensionar no indivíduo a seleção particular de novas informações. Importante ressaltar, todavia, que a relação entre condições de existência e *habitus* não se dá sem mediações contextuais, já que o cotidiano define-se pelo confronto imprevisível do *habitus* com o acontecimento, cabendo ao pesquisador compreender as relações de conflito e complementaridade entre as condições sociais de geração do *habitus* e as condições sociais nas quais ele se concretiza (BOURDIEU, 2001).

“reais”, grupos efetivamente mobilizados e unificados por interesses. Assim, o conhecimento das posições justapostas em um espaço social permite, segundo Bourdieu (2011), o recorte analítico de classes em seu sentido “lógico”, constituídas por agentes situados em posições idênticas ou próximas e que, submetidos a condições similares, propendem a desempenhar práticas e “tomadas de posição” semelhantes. Para fundamentar seu ponto de vista, Bourdieu (2011, p.24) direciona críticas à análise marxiana, acusando-a de reificar “agrupamentos fictícios que só existem no papel”.

Na ótica de Marx (2008), o ser humano transforma a natureza através do trabalho, edificando as suas próprias condições de existência. Nesse movimento, os indivíduos passam a participar inconscientemente de relações de produção determinadas, associadas ao desenvolvimento das forças produtivas e pautadas, nas sociedades capitalistas, pelo conflito entre capital e trabalho. Logo, a análise de Marx (2008) descortina a gênese das classes a partir da participação diferencial nas relações de produção, processo que desemboca em uma posição determinada nas relações de distribuição e consumo. Por um lado, o desenvolvimento do capitalismo envolve o compartilhamento de uma situação em comum pelos trabalhadores, representantes de uma “classe em si” alijada dos meios de produção. Por outro lado, a tomada de consciência deste grupo de indivíduos, provocando o surgimento de uma “classe para si”, converte-os em portadores de um interesse de classe. Todavia, a intersecção entre estas duas dimensões emerge como uma necessidade histórica, posto que “os indivíduos singulares formam uma classe somente na medida em que têm de promover uma luta contra uma outra classe” (MARX; ENGELS, 2007, p.63). Ademais, Marx (2011) condiciona o surgimento das classes à mobilização de interesses e à articulação política, como uma expressão fundamental de certos modos de vida assentados nas relações de produção.

Em suas reflexões, Bourdieu (2011) defende que a passagem das condições de existência para a mobilização de interesses não é suficientemente tematizada na abordagem marxiana, denotando um “salto mortal” do teórico para o real. Em contrapartida, as classes explicativas em Bourdieu (1989, 2011) são classes “prováveis”, representando indivíduos que compartilham experiências sociais cotidianas, mais sujeitos portanto a endossar projetos comuns de mobilização. Deve-se notar, ainda, que a proximidade no espaço social não desemboca de maneira imediata na unidade de indivíduos. A passagem do teórico e provável para o real e concreto, “algo que se trata de fazer”, é condicionada à circulação de um conjunto de recursos simbólicos, acarretando em percepções de pertencimento a uma posição

social e de diferenciação para com outros agentes “distantes” (BOURDIEU, 2011). Porém, embora aponte para uma tentativa de crítica e superação, a análise de Bourdieu, ao conceber as relações entre as classes enquanto inseridas em um campo de relações agonísticas, dialoga fortemente com a perspectiva marxiana. As condições materiais de existência em Marx, reportadas à participação nas relações de produção, passam a ser entendidas como classes de condições de existência (BOURDIEU, 2013). Estas são definidas pelo montante de capitais disponíveis ao uso e apropriação, ampliados para além do seu aspecto econômico, bem como pela significação conferida através de esquemas classificatórios.

De maneira complementar, Bourdieu (1989) aponta que a posição ocupada no espaço social confere ao agente um conjunto de propriedades intrínsecas (próprias da posição, associadas às condições de existência) e relacionais (relativas a outras posições). Como atenta o autor, essa dualidade já havia sido apontada anteriormente por Weber, para o qual a condição de camponês poderia ser definida tanto por elementos inerentes ao trabalho com a terra quanto pela posição em relação a outros grupos sociais (BOURDIEU, 2007). Na realidade empírica, o primeiro elemento – as propriedades da situação de classe – se relaciona intimamente com o segundo – as propriedades da posição de classe¹⁰ –, cabendo ao cientista isolá-los por uma “operação de espírito”. Contudo, a partir daqui a perspectiva bourdieusiana revela o esforço de distanciamento para com as contribuições weberianas. Certamente, um dos principais contrapontos de Bourdieu volta-se à interface entre a dimensão econômica e a dimensão simbólica na análise das classes.

Para Weber (1982), a classe, constitutiva da ordem econômica, diz respeito à forma particular com que recursos materiais (bens e propriedades) são apropriados a partir de posições específicas no mercado. Já o estamento, relacionado à ordem social, funda-se no acesso distintivo a recursos imateriais (tais como honra e prestígio), relativos a hierarquias simbólicas. Então, enquanto a situação de classe remete à “guerra de preços”, condicionada à posse de certos recursos, a situação de status funda-se no pertencimento a um grupo ou círculo social que institui, a partir de diferenças percebidas, certa posição em uma hierarquia simbólica. Em um esforço de síntese, Weber (1982) afirma que a estratificação por classes se daria através de relações de produção e aquisição de bens, enquanto que os estamentos se estratificariam a partir de princípios de consumo de bens, gestando estilos de vida

10 Nas palavras de Bourdieu (2007, p.4), “as propriedades de posição e as de situação só podem ser dissociadas por uma operação de espírito – pelo simples fato de que a situação de classe pode também ser definida como posição no sistema de relações de produção e, sobretudo porque a situação de classe define a margem de variação, em geral muito pequena, deixada às propriedades de posição”.

diferenciados. Não obstante, como bem lembra o autor, os casos empíricos evidenciam a interpenetração entre classe e status, pela qual a situação do indivíduo no mercado corresponde a um dado grau de estima social e prestígio, bem como o acesso diferenciado a um “modo de vida”.

Debatendo tais contribuições, Bourdieu (2007) defende que em Weber as classes e os grupos de status são opostos como tipos apartados de unidades reais empiricamente observáveis, e que a depender das especificidades dos padrões de estratificação poderiam se confundir (BOURDIEU, 2007). Como alternativa, o autor propõe que classe e grupo de status seriam unidades nominais, resultados da acentuação do aspecto econômico ou simbólico a partir de atos de linguagem. Aspectos estes que coexistem na realidade empírica, já que a ordem econômica e a ordem simbólica possuem lógicas apenas relativamente autônomas. No entendimento de Bourdieu (2007), deveríamos ter em mente que as classes, para além de representar a situação de mercado, relacionar-se-iam à dimensão simbólica da produção de convenções e distinções, a partir do que o autor chama de “duplicação expressiva”. Nesse processo, os agentes, situados em determinada posição social, realizam atos de transmutação, com o objetivo de converter bens econômicos em signos e ações econômicas em ações de comunicação e linguagem.

Com isso, a proposta bourdieusiana ganha terreno ao conceber a dimensão material como simbolicamente mediada, associada a atos linguísticos fundados em esquemas classificatórios. O que se vê, então, não é apenas um cruzamento entre acesso a recursos materiais e imateriais como apregoado por Weber, mas uma operação que visa dar conta da conversão da diferença em distinção. Embora a contribuição weberiana seja coerente quando imputada à conformação de tipos puros, o enfrentamento de Bourdieu acerca dos mecanismos produtores e reprodutores de classe traz certas complexificações indispensáveis à análise de experiências concretas.

1.2. Trajetórias sociais e problematizações posteriores: a importância das biografias

Como vimos, os *habitus* devem suas características às posições sociais, como pontos fixos no espaço, e às trajetórias sociais, como deslocamentos dos indivíduos e grupos neste espaço (BOURDIEU, 2001). Ao tratar deste tema, Bourdieu (2011, p.81) se distancia das abordagens centradas nas histórias de vida, já que estas buscariam “compreender uma vida

como uma série única e, por si só, suficiente de acontecimentos sucessivos, sem outra ligação que a vinculação a um 'sujeito' cuja única constância é a do nome próprio". Como contraponto, a análise bourdieusiana põe em primeiro plano a classificação prévia do espaço social, permitindo o conhecimento dos “lugares” passíveis de serem percorridos em uma biografia. Segundo Montagner (2007), tal estudo se desenvolve com base em uma matriz analítica externa ao indivíduo biografado, através da qual o acesso às espécies de capital constitui a órbita na qual gravitam as narrativas.

Como uma abordagem paradigmática nas ciências sociais, as contribuições de Bourdieu serviram de alvo para inúmeras problematizações posteriores. Para este tópico, me deterei em alguns estudos que, embora forneçam subsídios para uma ampliação do campo de investigação, dialogam fortemente com a sociologia disposicionalista. Em linhas gerais, esses trabalhos afirmam a importância do auto-relato, recuperando a dimensão subjetiva das trajetórias biográficas, da mesma forma que acentuam o aspecto descontínuo dos *habitus*. Resumidamente, estas contribuições analisam a trajetória como uma realidade empírica capaz de fornecer achados significativos ao empreendimento sociológico, conformando um objeto por si, não marginal, transbordando o papel secundário conferido por Bourdieu.

Para Lahire (2002), as contribuições de Bourdieu podem ser inscritas no programa de uma “sociologia da socialização”, tematizando a incorporação das disposições em trajetórias delimitadas. No entanto, Lahire (2002, 2005) argumenta que em Bourdieu o aspecto individualizado e mutável do *habitus* limita-se a um viés abstrato e “evocativo”, reduzido a uma “socialização passada incorporada” que desemboca na sedimentação gradativa dos *habitus*, com papel desproporcional atribuído às primeiras experiências. Com isso, a passagem da manifestação coletiva e geral do *habitus*, já que ele é próprio de uma posição social, para sua expressão individual, já que ele é aprendido e refratado de modos distintos, carece de apontamentos empíricos mais substantivos.

O resolvimento desta lacuna, nos diz Lahire (2005), contribui para uma sociologia dedicada à escala individual, em uma análise “de perto” capaz de compreender a homogeneidade ou heterogeneidade das disposições incorporadas pelos indivíduos em suas biografias. O ponto de inflexão desta proposta é o denominado “efeito de escala”, repercutindo no entendimento do indivíduo enquanto atravessado por socializações bastante diversas e não necessariamente complementares. Assim, se a observação de um domínio específico de práticas tende a tratar este tema apenas de maneira transversal, o interesse pelo

indivíduo, “não como átomo e base de toda a análise sociológica, mas como produto complexo de múltiplos processos de socialização”, aponta para a necessidade de reorientação dos pressupostos da análise disposicionalista (LAHIRE, 2005, p.14).

Para além da alegação de um passado incorporado que nos acompanha, esta abordagem centra esforços em uma espécie de estudo longitudinal, verificando o trânsito do indivíduo por diferentes grupos, instituições e campos. Com isso, a abordagem de Lahire (2005) confere centralidade ao papel das experiências socializadoras, tais como na família, na escola e no trabalho, para a configuração de diferentes patrimônios individuais de disposições. O estudo de trajetórias contribui, nesse sentido, para a análise das experiências que formam, atualizam, reforçam, enfraquecem e apagam as disposições, visto que estas são caracterizadas pela repetição recorrente, demandando uma solicitação contínua para que sejam ativadas. De maneira complementar, Lahire (2005) propõe a delimitação de classes de contextos, através das quais são observadas situações nas quais as diferentes disposições para crer e agir são mobilizadas ou inibidas. As relações entre as disposições internas e os contextos externos são descritas como relações de força e contraforça, com pesos dessemelhantes, o que torna a ação imprevisível em sua complexidade¹¹.

Do ponto de vista metodológico, a defesa da escala individual trata como insuficiente a dedução das disposições através da distribuição estatística das condutas e costumes, sendo necessário, pela observação direta e pela reconstrução indireta, o estudo da participação individual nas diferentes classes de contextos (LAHIRE, 2005). Contudo, a observação de um indivíduo em situações cotidianas apresenta sérias dificuldades logísticas, o que leva Lahire (2004a, 2005) a destacar a importância das entrevistas para o estudo das trajetórias¹², convertidas agora em trajetórias ressignificadas, revisitadas e dotadas de sentidos pelos interlocutores. Reportando-se à condução de um célebre trabalho empírico, composto por inúmeras entrevistas em profundidade, o autor aponta:

Em suma, de maneira geral, a maioria das perguntas [feitas pelos entrevistadores] e dos comentários tinham a ver, por um lado, com a precisão

11 Nesse âmbito, a pressuposição de “transferibilidade” dos *habitus* de um campo de práticas a outro apresenta visíveis limitações (LAHIRE, 2004; 2005).

12 Além das entrevistas, o autor argumenta a relevância dos trabalhos de arquivo, demarcando também a importância da abordagem estatística, embora esta seja vista como uma aproximação inicial, auxiliando a análise qualitativa posterior. Como lembra Lahire (2005, p.33) “para compreendermos o social no seu estado dobrado, individualizado, é necessário ter um conhecimento do social no seu estado desdobrado, alargado; ou, dito de outra forma, para dar conta da singularidade de um caso, é necessário compreender os processos gerais de que este caso não é senão um produto complexo”.

dos contextos (onde? Em que época?), com as pessoas que desempenharam um papel (com quem?), com a modalidade das práticas (como aconteceu isso?) e, por outro, com a variedade dos exemplos dados, das cenas relatadas (a fim de apreender as eventuais diferenças segundo o contexto) [...] Em vez de ser unificado, homogêneo, o discurso do pesquisado é, às vezes, composto de geometria variável, evocando “partes” ou momentos da experiência que não são necessariamente da mesma natureza (LAHIRE, 2004a, p.43).

Embasado por essa modalidade de entrevista, que se associa à produção de narrativas, Lahire (2004a) afirma que as trajetórias não constituem percursos lineares e “lógicos”, mas sim o resultado de “forças sociais não necessariamente coerentes” que tensionam a persecução de diferentes projetos de vida. Entretanto, como alerta Lahire (2005), na situação de entrevista o indivíduo tende a se imbuir de uma unidade discursiva, produzindo um “eu” narrado como uniforme diante da trajetória biográfica. Desse modo, é preciso que o sociólogo, a partir de um trabalho de interpretação sobre o que o ator fala e faz, seja sensível às contradições e conflitos que caracterizam a narrativa.

Debruçados sobre enfrentamentos semelhantes, Bertaux e Thompson (2007) dedicam-se ao estudo da mobilidade social, defendendo uma abordagem fundada em estudos qualitativos, principalmente a partir de relatos biográficos. Para os autores, esta perspectiva, que traz consigo a relevância da memória e da subjetividade para a análise sociológica, contribui fortemente para a compreensão das descrições, interpretações e explicações que os atores atribuem às suas próprias experiências. Por meio dos relatos biográficos, os atores transmitem certas visões de mundo, essenciais para a compreensão dos contextos locais de disputa por recursos, demonstrando a intersecção entre oportunidades econômicas, orientações valorativas, obrigações morais e metas pessoais (BERTAUX; THOMPSON, 2007).

Bertaux e Thompson (2007) assumem a contribuição bourdieusiana como de grande utilidade, em especial no que diz respeito à observância das espécies de capital, muito embora o peso dado à subjetividade distancie os autores da topologia do espaço social desenvolvida por Bourdieu. Enquanto em Bourdieu o estudo das biografias desponta, no máximo, como um meio auxiliar para uma análise “objetiva” do espaço social, em Bertaux (1999) vemos o esforço de demarcar o valor sociológico das narrativas. Da mesma forma, para Bertaux e Bertaux-Wiame (2007), os estudos de caso evidenciam como as trajetórias individuais e familiares são constantemente moldadas, em uma interação entre o particular (pautado nas características propriamente ditas da família e do indivíduo) e o coletivo (processos mais

amplos que englobam as trajetórias, tais como as configurações do mercado de trabalho e as oportunidades econômicas e escolares). Já Thompson (2007), em sua proposta particular, demonstra que as entrevistas biográficas não somente permitem identificar certos padrões de mobilidade ocupacional entre homens e mulheres, mas também compreender como as estratégias familiares garantem suporte cotidiano às carreiras profissionais, atravessadas por volições pessoais, projetos de vida e compromissos entre parentes.

O que salta aos olhos, em todas essas propostas, é que o enfoque biográfico tomado pelos autores assume um viés diametralmente oposto às “histórias de vida” criticadas por Bourdieu. Como diz Bertaux (1999, p.15), o enfoque biográfico é profícuo na medida em que extrapola a simples história pessoal, transmutando-se em um meio para a análise de um universo social ainda desconhecido. Em suas palavras, “a través de los ojos del narrador, no es a él a quien queremos ver, sino el mundo; o, más exactamente, su mundo”. É plausível argumentar que as trajetórias são compostas por uma rede de experiências particulares, que denotam certo lugar no espaço social. Da mesma forma, são constantemente ressignificadas pelos indivíduos, em um processo valorativo que atribui sentidos aos acontecimentos narrados.

Podemos encontrar em Dubar (1998) uma importante formulação a respeito destes dois elementos. Para o autor, as trajetórias individuais devem ser analiticamente separadas em trajetórias “objetivas”, como percursos por posições sociais já definidas, e trajetórias “subjetivas”, associadas aos relatos pessoais que constantemente atualizam visões sobre si e sobre o mundo. Sob essa perspectiva, a dimensão subjetiva das trajetórias é constituída pelo uso de categorias de linguagem, dada a cabo por indivíduos incitados a produzirem narrativas na situação de entrevista. O pesquisador deve, portanto, conceder ao aspecto subjetivo a mesma importância dada às posições objetivas, delimitadas por categorias institucionais (DUBAR, 1998). Assim, para Dubar (1998), as narrativas estariam inseridas em um conflito perene entre uma identidade biográfica (a produção de uma história pessoal, definida pelo “que sou” e pelo “que gostaria de ser”) e os quadros mais amplos de identificação (o indivíduo definido pelo ponto de vista dos outros: “como sou definido” e “o que dizem que sou”).

Como defende Dubar (1998), as principais teorias da socialização se debruçaram sobre esses dois polos de identificação. Em particular, a teoria de Bourdieu buscou acentuar os quadros mais amplos de identificação, a partir do destaque conferido às posições que

compõem um espaço social. A identidade biográfica, então, ocupa em seus escritos um papel marginal, já que as categorias sociais mais abrangentes definem os *habitus*, condicionando em última instância tanto o acesso a recursos quanto as práticas e representações individuais. Portanto, ganha realce em Bourdieu a forma com que as categorias sociais coletivas, definidas pelos identificadores de profissão, de escolaridade e de consumo cultural, são interiorizadas no ciclo de vida, configurando a matéria-prima pela qual os agentes “inventam” identidades para si (DUBAR, 1998).

Embora reconheça o potencial da análise bourdieusiana, Dubar (1998) destaca a busca pela mediação entre os relatos auto-centrados e as categorias mais amplas de identificação. Em sua abordagem, o autor devotou esforços a estudos longitudinais, em especial acerca do mercado de trabalho, elaborando classes de percursos “típicos” através da análise indutiva das narrativas. Segundo Dubar (1998), esta proposta visa dialogar com categorias entendidas como “objetivas”, tais como faixas etárias e identificadores laborais e de escolaridade, da mesma forma que se aproxima de uma observação mais detida sobre as singularidades de cada trajetória. Este olhar, que visa problematizar como o interlocutor apresenta um enredo compreensível na situação de entrevista, traz à tona a definição do indivíduo por si próprio, levando em conta a percepção e valoração dos acontecimentos vividos. As narrativas assim produzidas não são tratadas como “ilusórias” ou secundárias, mas como fonte indispensável de dados que permitem ao pesquisador compreender como posições sociais “objetivas” e mais genéricas são experimentadas no cotidiano de indivíduos circunscritos¹³.

As contribuições levantadas até aqui dão conta do objetivo principal deste capítulo, pautado em uma matriz analítica capaz de fornecer subsídios aos conceitos de “classe” e “trajetória”. Iniciando o diálogo com os esforços posteriores, apontarei brevemente no tópico seguinte o papel conferido à família na teoria de Bourdieu, demonstrando o contraponto apresentado por Lahire, bem como as possíveis réplicas da proposta bourdieusiana.

1.3. Interfaces com a Sociologia da Família

Como vimos, o conceito de *habitus* visa dar conta das práticas de aprendizado que fundamentam repertórios de consciência prática pré-reflexiva, através da introyecção de certos

13 A partir da análise, as falas passam então por um processo de “re-categorização”, agrupando as narrativas em certos discursos típicos chamados pelo autor de “formas identitárias” (DUBAR, 1998).

esquemas de percepção, apreciação e ação. Seguindo esse raciocínio, a família reclama em Bourdieu (2013; 2011) o estatuto de principal esfera de socialização cotidiana, pela qual a assunção de papéis corresponde à aquisição de disposições adaptadas a determinada estrutura familiar. Com isso, a família, fundada em transações afetivas, termina por ser decisiva no aprendizado de padrões de comportamento que orientam as condutas individuais.

Segundo Bourdieu (2013, p.89), os *habitus*, como “estruturas características de uma classe determinada de condições de existência”, são produzidos pela experimentação familiar das necessidades econômicas e sociais “externas”. A esfera doméstica é descrita, então, como “relativamente autônoma”, já que propende a se moldar a tais necessidades. Seguindo esse argumento, as características familiares estão associadas às classes teóricas que congregam indivíduos “próximos” em um determinado espaço social, verificando-se uma relação de sobreposição e complementaridade entre as diversas instâncias socializadoras (BOURDIEU, 2011). Assim, embora Bourdieu (2013) aponte a existência de conflitos e “desajustes” das disposições constitutivas do *habitus*, ganha preponderância em seus argumentos a forma com que certas práticas reproduzem-se nos percursos biográficos. Levando em conta a importância das primeiras experiências para a conformação e conservação dos *habitus*, a família ganha destaque como uma sociabilidade originária e precoce que condiciona as experiências de socialização posteriores.

Por outra via de argumentação, Bourdieu (2011) afirma que o que entendemos por família, ou mais especificamente por “família normal”, é o produto de disputas que objetivam a produção de categorias percebidas e assumidas como válidas. Por meio destas disputas, que seguem a lógica agonística da teoria dos campos, a noção de família configura-se como um princípio que não somente descreve, mas também prescreve a realidade social (BOURDIEU, 2011). Nesse sentido, para que a família ganhe realização prática e faça parte do cotidiano de grupos de indivíduos, é necessário que ocorra o que Bourdieu (2011) chama de “trabalho de instituição”. Por mecanismos rituais e técnicos, tal empreitada visa inculcar nos indivíduos que compõem a esfera familiar o senso de pertencimento a um grupo coeso e com necessidades coletivas, garantindo as condições de integração que asseguram a reprodução material e simbólica do grupo. O trabalho de instituição fortalece os vínculos afetivos e materiais que ajustam a inserção do indivíduo em um corpo social que o transcende, resguardando a integração familiar das disputas que são inerentes ao funcionamento dos campos (BOURDIEU, 2011).

Com base nesses elementos, Lahire (2004b) afirma que na perspectiva bourdieusiana é com base em um *habitus* familiar, em sua maior parte homogêneo e coerente, que as formas de ação e pensamento são incorporadas pelos indivíduos. O aprendizado dado a cabo na família conferiria ao agente um conjunto de disposições gerais e permanentes, passíveis de serem transferidas para outros contextos. Contudo, no entendimento de Lahire (2004b), em sociedades altamente diferenciadas os indivíduos são submetidos a esquemas plurais de socialização, observando-se a perda paulatina do monopólio familiar no ensino de valores e comportamentos. A despeito da importância conferida por Bourdieu à coerência do *habitus*, a diversidade dos contextos percorridos em uma trajetória revelam que “os esquemas de socialização são de fato muito mais heterogêneos e cada vez mais precoces”, fator que repercute na heterogeneidade dos patrimônios de disposições individuais (LAHIRE, 2004b, p. 318). Assim, se em Bourdieu a família emerge como uma socialização primordial que predetermina as experiências posteriores, conformando um *habitus* a ser gradualmente conservado e desenvolvido desde a infância (salvo em situações excepcionais de ruptura), em Lahire a trajetória individual ganha maior relevo, através da qual a família emerge como uma forma de socialização dentre tantas outras possíveis.

Em sua argumentação, é nítido que Lahire remonta ao argumento weberiano de enfraquecimento da associação doméstica. Para Weber (2012), este processo histórico seria resultado da diferenciação intrafamiliar das capacidades e necessidades individuais, somada ao crescimento dos meios alternativos para obtenção de renda. Limitada a uma esfera de consumo comum, a família deteria cada vez menos poder de inculcar nos indivíduos formas de ação e pensamento, processo intimamente relacionado à perda de sua função produtiva. Problematizando esta inflexão histórica, Weber (2012, p.258) defende que o indivíduo cada vez mais adquire “toda sua formação para a vida [...] fora da casa e por meios que não lhe são proporcionados pela casa mas por 'empreendimentos' de todas as espécies: escola, livraria, teatro, sala de concertos, clubes, reuniões, etc.”.

Todavia, se é verdade que os indivíduos transitam por ambientes que extrapolam as fronteiras familiares, também é verdade que Bourdieu nos brindou com uma desconstrução bastante exitosa do suposto esvaziamento da atuação familiar na modernidade. Enquanto que em Weber os “empreendimentos” tomariam para si a “formação para a vida” dos indivíduos, em Bourdieu passam a ser tratados como instâncias ajustadas ao lugar ocupado pelo indivíduo no espaço social. Como expressão fundamental de tais lugares, a família conforma horizontes

distintos de circulação e apropriação de recursos, condicionando os resultados dos empreendimentos “modernos”. Dessa forma, os resultados da “formação para a vida” destes empreendimentos, assim como a definição de quais empreendimentos são acessíveis aos indivíduos, dependem das experiências familiares de subsistência e aprendizado. Nesse caso, basta imaginarmos o percurso do indivíduo pela linha família-escola-trabalho, uma trajetória que somente é lógica porque aprendida como válida e passível de persecução. Apesar de uma suposta igualdade de oportunidades advinda da participação nas instituições modernas, Bourdieu atentou para o condicionamento do “sucesso” pessoal ao montante de capitais disponíveis às famílias, da mesma forma que demarcou a relevância da transmissão intergeracional de *habitus* para a produção de indivíduos entendidos como “aptos” à competição. O *habitus* familiar, que de certa forma corresponde a um *habitus* de classe, passa a ser percebido como uma linguagem específica que transmuda o acesso desigual a bens e serviços em diferenças simbólicas (BOURDIEU, 2013). Este movimento torna-se possível na medida em que o conceito de classe adquire uma conotação mais ampla, abarcando em sua definição os diferentes padrões de planejamento e regulação das interações cotidianas. Em decorrência, a família revela-se como uma esfera de sociabilidade pela qual as trajetórias de classe ganham concretude.

Assim, o percurso do indivíduo por diferentes “lugares” de um espaço social assume como principal ponto de referência a esfera familiar. Por um lado, com base na sustentação diferencial para o acúmulo de capitais, a família estabelece os limites das trajetórias. Por outro, a própria trajetória assume seus contornos a partir das estratégias de acesso aos capitais, nas quais a supressão de certas necessidades associa-se à projeção de trajetos para os componentes de uma família. Na análise empírica, entretanto, o contraponto apresentado por Lahire se revelará bastante profícuo, fazendo com que a continuidade das experiências de socialização não seja percebida como dada a priori, mas sim objeto de problematização. Mais do que como uma sociabilidade originária que demarca um *script* para as trajetórias, a esfera familiar será tratada como uma rede de suporte que condiciona investimentos materiais e afetivos aos seus membros.

Partindo desse arcabouço mais geral, o trabalho termina por desfrutar de um diálogo mais amplo com o pensamento sociológico, da mesma forma que é capaz de compreender alguns marcos que caracterizam uma teoria da socialização. Todavia, para os propósitos desta dissertação, mostra-se imprescindível uma leitura específica no campo da sociologia da

família, principalmente no que diz respeito à forma com que as experiências coletivas de acesso a recursos, associadas à estratificação por classes, se interpenetram com as experiências de socialização familiar, situadas fundamentalmente na esfera doméstica e em suas ramificações.

2. CLASSES E SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR

No final do capítulo anterior, analisei brevemente o espaço conferido à família na sociologia disposicionalista. Para complexificar este debate, dedico o presente capítulo ao levantamento bibliográfico no campo da sociologia da família, abordando inicialmente a temática da perseguição e mobilização de recursos, bem como o caráter estratégico das relações familiares. Já em um novo tópico, observo a esfera familiar em sua dimensão simbólica, particularmente a partir da significação das experiências cotidianas e da categorização dos membros da família pelo viés geracional e de gênero. Em seguida, argumento o conceito de socialização familiar utilizado nesta dissertação, apresentando suas aproximações e distanciamentos para com trabalhos anteriores. Por fim, o terceiro e último tópico apresenta algumas considerações mais específicas, atentando para o indivíduo (unidade de análise do trabalho empírico) e o domicílio como elementos importantes para a condução da pesquisa.

Através dessa abordagem, a família é apresentada como uma realidade não natural, caracterizada por representações socialmente elaboradas e respaldadas em uma historicidade mais ampla (REIS, 1989). Dessa forma, é possível verificar a distinção entre a “família” enquanto um conceito científico e a “família” enquanto um conteúdo normativo, discussão desenvolvida de maneira mais detida na etapa intermediária do capítulo.

2.1. Família, classe e mobilização de recursos

Por meio da reprodução da força de trabalho¹⁴, um conjunto de estudos advogou a importância da família no capitalismo moderno, compreendida como meio de acesso a valores de uso e a valores de troca. Enquanto o primeiro é determinado, para Marx (2014), pelas características propriamente ditas de um objeto, tendo em vista o caráter útil que permite satisfazer as necessidades humanas, o segundo, que deriva do trabalho socialmente necessário para a produção de um objeto, consiste no seu valor de mercado, definido por relações quantitativas entre diferentes valores de uso.

14 Na análise marxista, a força de trabalho condiz com a capacidade dos trabalhadores de investirem energia muscular e intelectual na produção de mercadorias, somando-se aos meios de produção e às matérias-primas disponíveis na conformação das forças produtivas de uma sociedade (MARX, 2008; MARX, ENGELS, 2007)

Catalisador dessa perspectiva na sociologia brasileira, Oliveira (1977) concebe a sobrevivência da família operária através da venda da força de trabalho por parte de seus membros, iniciativa que permite a obtenção do salário e a compra de bens diversos. Esta atribuição, que traduz o acesso a valores de troca, é complementada pela conservação e modificação de bens para o consumo, possibilitando a satisfação de carências individuais pelo acesso a valores de uso. A atividade familiar, tanto remunerada quanto não remunerada, emerge como uma forma de lidar com uma condição precária de classe, submetida a meios insuficientes para a supressão de demandas emergenciais. Em síntese, Oliveira (1977) atenta para o caráter defensivo da família operária, levando em conta sua responsabilização em arcar com os custos da reprodução dos trabalhadores.

Dialogando com essa perspectiva, e observando a persistente valorização da esfera familiar no operariado brasileiro, Durham (2004a) se dedicou a novos questionamentos teóricos. Segundo a autora, o desenvolvimento do capitalismo trouxe consigo o enfraquecimento da família enquanto uma unidade de trabalho produtivo, como consequência da individualização do trabalhador e da generalização dos mecanismos de mercado. Ademais, verifica-se nesse processo a gradual associação do consumidor a um indivíduo singular, que compra produtos independentemente de grupos mais amplos. Como resultado, sob uma leitura mais apressada, a família “parece se esvanecer, uma vez que não figura explicitamente nem como produtora nem como compradora de mercadorias”, tendo em vista a perda das suas “funções tradicionais, principalmente a produtiva e a educativa” (DURHAM, 2004a, p.242-243). O principal contraponto a esse viés consiste, para Durham (2004a), em reconhecer a necessidade de reprodução constante da força de trabalho no capitalismo. A família passa a ser entendida, sob esse olhar, como meio indispensável para a sobrevivência de trabalhadores adultos e reposição de trabalhadores jovens no mercado.

O sentido conferido à reprodução, que extrapola seu aspecto biológico, termina por definir a família como uma “unidade de consumo”, através da qual o trabalhador restabelece a energia gasta durante a jornada de trabalho. No entendimento de Durham (2004a), este consumo é garantido por duas vias distintas. Em primeiro lugar, a família direciona parte de seus membros ao mercado de trabalho, o que igualmente a caracteriza como uma “unidade de rendimentos”. A respeito do operariado, a autora aponta a insuficiência dos ganhos dos chefes de família, o que torna imperiosa a disponibilidade laboral de outros componentes. Consequentemente, nota-se a criação e gestão de um fundo coletivo por meio da unificação

dos salários individuais, permitindo a consolidação de um determinado padrão de consumo (DURHAM, 2004a). E em segundo lugar, a família desenvolve um conjunto de atividades produtivas coadjuvantes, voltadas para a conservação ou transformação de mercadorias, propiciando o atendimento das necessidades dos membros da família.

Assim, a despeito do seu enfraquecimento enquanto uma unidade de trabalho produtivo, a família é tratada pela autora como uma unidade de produção. Se anteriormente o caráter produtivo se manifestava com base em relações tradicionais na economia e nos costumes, através da produção familiar propriamente dita de valores de troca (condicionada em grande parte à propriedade fundiária), agora sua função produtiva passa a ancorar-se na geração de valores de uso (DURHAM, 2004a). Dessa forma, ainda que a venda da força de trabalho se desenrole de maneira individualizada, a família é experimentada como uma esfera de consumo coletivo, sendo justamente por meio da família que as necessidades individuais são satisfeitas e os recursos pessoais congregados e redistribuídos.

Em complemento, Durham (2004a) ressalta o potencial de uma análise mais detida, fundada na ótica dos próprios trabalhadores, empreendimento profícuo em problematizar certos modos de vida submetidos a condicionantes materiais. Por essa via, a vida familiar é associada à elaboração de estratégias que “jogam” com a mão de obra disponível, orientando os membros de uma família para atividades remuneradas, formais ou informais, e não-remuneradas, no rol do trabalho doméstico (DURHAM, 2004a). Nesse campo de estudos, a família é identificada como um ambiente de tensões e de conflitos, visto que a tentativa de garantir patamares aceitáveis de consumo encontra, não raro, obstáculos intransponíveis. A autora analisa, ainda, o caráter temporal da vida familiar, distinguindo as estratégias de subsistência, voltadas para necessidades individuais mais imediatas, dos projetos orientados para o futuro, fundados nas expectativas de acesso a bens e nos expedientes disponíveis para a persecução dos mesmos. Nesse processo, Durham (2004a) ressalta que as famílias mapeiam os possíveis caminhos para as próximas gerações, a partir do confronto entre os atributos da esfera familiar e o que ela pode “vir a ser”.

Compartilhando de indagações semelhantes, Bilac (1981) sugere que as características familiares não sejam direta e imediatamente associadas a uma estrutura de classes, cabendo ao pesquisador a produção de categorias que, embora referidas às classes mais gerais, estejam atreladas às características da população estudada. Este esforço permite a verificação de mediações entre a classe, como uma abstração geral e determinante, e a família,

associada à vida cotidiana.

Assim como Durham, a autora inicialmente define a família como uma unidade de reprodução da força de trabalho, levando em conta a responsabilização familiar em repor a energia gasta nas jornadas laborais individuais. Da mesma forma, dialogando com Oliveira, Bilac (1981) reconhece a importância da produção coordenada de valores de troca e valores de uso, através do salário e do trabalho doméstico. Nesse debate, a autora aspira compreender as estratégias que objetivam, em ciclos de contração e expansão da rede familiar, o acesso a bens e serviços. Porém, de maneira especial, a autora dedica-se à análise da reprodução familiar, discriminando-a em duas expressões: a reprodução da força de trabalho; e a reprodução social de indivíduos que ocupam posições estruturais nas relações de produção. Esta última, determinada sobretudo pela primeira, está fortemente imbuída de um caráter ideológico, cabendo às famílias a formação de indivíduos tidos como “adequados” às suas posições de classe. Nas palavras da autora:

Isto ocorre através de normas, valores e padrões de comportamento produzidos e produtores da organização familiar, tais como os envolvidos na distribuição de papéis no interior da família, nas relações de autoridade (mas que são também emocionais e afetivas) entre seus membros, na organização do cotidiano. Tudo isto leva ao desenvolvimento de um certo tipo de comportamento individual envolvendo atitudes, habilidades e uma certa forma de pensar congruentes com as necessidades das relações de produção. Mas por ser determinada, esta reprodução é menos contraditória. E aqui abre-se o espaço para se pensar que a reprodução social não é simples repetição ou perpetuação, mas também destruição, transformação e produção de novas relações e práticas sociais (BILAC, 1981, p.39).

Como argumenta Bilac (1978), a família pode ser entendida como uma “unidade de convivência”, na qual indivíduos vinculam-se por relações de parentesco consanguíneo e não-consanguíneo. Submetidos a papéis de responsabilidade e dependência, os membros de uma família podem ser divididos, de maneira mais simples, em “socializados” e “socializadores”, ainda que o processo de socialização seja perene e recíproco. Dessa forma, se a família coordena e distribui rendimentos, também é sua tarefa transmitir certos padrões de ação, condicionados à reprodução da força de trabalho e aprendidos através da socialização (BILAC, 1978; 1981).

Observando mais atentamente as contribuições de Durham e Bilac, paradigmáticas no fortalecimento da sociologia da família no Brasil, merece realce a crítica do ofuscamento

da função familiar no contexto urbano-industrial, dado a cabo principalmente nas interpretações funcionalistas. A família emerge como eixo indispensável para a compreensão da modernidade capitalista, tendo em vista sua vinculação às clivagens de classe, como *locus* de sobrevivência e convivência entre indivíduos. Além disso, é possível notar potenciais diálogos com a teoria bourdieusiana, principalmente nas contribuições de Bilac. A meu ver, a produção de indivíduos “adequados” às posições de classe, através do aprendizado de valores, habilidades e atitudes, condiz com a interiorização do *habitus* em Bourdieu. Embora com proposições particulares, tanto Bourdieu quanto Bilac observam a reprodução como algo que se manifesta no curso da experiência individual, ainda que tais experiências não sejam auto-explicativas, já que dispõem de fundamentação coletiva, em especial através do aprendizado e acesso a recursos advindos da participação em determinada estrutura familiar.

Outrossim, o caráter estratégico que perpassa a vida em família, assunto central nos escritos das autoras, é destrinchado de maneira mais detida por Eguía (2003), que associa as estratégias familiares à busca por recursos mercantilizados (por meio de vínculos empregatícios, do comércio e da transferência de renda estatal) e não-mercantilizados (a partir da autossuficiência, das redes de entreajuda e do acesso a serviços públicos). De maneira mais específica, Eguía (2003) argumenta que as famílias voltam-se para estratégias laborais, tais como a decisão sobre a quantidade de membros engajados no mercado de trabalho, da mesma forma que objetivam o benefício por políticas públicas. A atuação familiar também pode abarcar o autoabastecimento, levando em conta a produção de alimentos e a criação de animais, bem como a utilização de redes de entreajuda, baseadas em grupos de tamanho variável que trocam bens e serviços de maneira recíproca e gratuita. Finalmente, a autora chama atenção para o desenvolvimento de práticas informais ou institucionais em situações de enfermidade, analisando ainda a organização do trabalho doméstico, tendo em vista os tipos de tarefas atribuídas a cada membro da família. Segundo Bruschini e Ridenti (1994), a efetivação de tantas estratégias depende de uma miríade de fatores, com destaque para o tamanho da família, sua conexão com redes mais amplas e o ciclo de vida dos parentes. Em síntese, o papel das famílias, cujo sucesso ou fracasso condiciona o acesso a recursos e auxílios, desponta como dimensão explicativa da satisfação de necessidades pessoais em uma sociedade de mercado.

Vale notar que esta satisfação, principalmente em contextos de escassez, ganhou força nos textos acadêmicos a partir da segunda metade do século XX. Para Jelin (1984), se

em um primeiro momento a problematização da reprodução de grupos de indivíduos era relegada à tradição etnográfica, na década de 70 este escopo de análise amplia-se para as sociedades ocidentais. Esta inflexão histórica se deu como resultado dos questionamentos acerca do trabalho doméstico, em grande parte oriundos de movimentos feministas e de novas correntes marxistas. Por outra via, o debate público passou a conferir maior destaque ao sustento e à proteção de indivíduos alheios ao trabalho remunerado, especialmente as mulheres e a população em idade não ativa. Enquanto isso, na sociologia, o novo enfoque conferido à reprodução familiar surgiu como um contraponto à tradição funcionalista, que limitava o papel das famílias à socialização de crianças e ao apoio emocional de indivíduos adultos (JELIN, 1984).

Inserida nessa nova linha de investigações, Jelin (1984, 1994) se dedicou ao estudo da esfera familiar na América Latina, dialogando com o conceito de unidade doméstica (*household*) desenvolvido por Rayna Rapp. Para Rapp (1992), a unidade doméstica, centrada na residência, representa o espaço de mobilização e compartilhamento de recursos e tarefas cotidianas, que variam em suas capacidades de acessar, acumular e transmitir riquezas, rendimentos e bem-estar. Por seu turno, a família, que pode significar a família nuclear ou a ampla rede de parentesco seletivamente ativada, representa o princípio normativo de recrutamento das unidades domésticas, responsáveis por sua formação e coordenação. Assim, enquanto a família diz respeito a um conteúdo cultural que orienta as sociabilidades cotidianas, as unidades domésticas traduzem um conjunto de relações materiais, direcionadas para a mobilização de bens e propriedades. No entanto, como lembra Jelin (1984), a correspondência entre família e unidade doméstica, assim como entre família e grupo corresidente, tendem a se modificar em um ciclo temporal, da mesma forma que apresentam combinações variadas em diferentes sociedades. As fronteiras entre família e unidade doméstica são, pois, permeáveis.

Na ótica de Jelin (1984), a família consiste em uma instituição social que regula e atribui significados às necessidades de procriação e sexualidade, da mesma forma que condiz com um grupo de cooperação econômica, pautado em relações de parentesco que definem obrigações e direitos aos seus participantes. Seguindo esse raciocínio, a autora afirma que as unidades domésticas são direcionadas à produção/consumo de bens e aos serviços de subsistência, de maneira associada à reposição geracional (procriação e socialização de novos componentes). Desse modo, para Jelin (1984), o âmbito doméstico é o palco por excelência da

reprodução, levando em conta três níveis analiticamente separados. A reprodução biológica diz respeito, no plano familiar, ao nascimento de filhos em determinada conjugalidade, enquanto que no plano demográfico está relacionada aos aspectos que compõem a fecundidade. Já a reprodução cotidiana direciona-se ao sustento da população através de tarefas domésticas de subsistência, enquanto que a reprodução social está voltada às tarefas extraprodutivas que garantem a transmissão de certas práticas, valores e posições em uma sociedade particular.

Visto isso, a socialização familiar, que se desenrola fundamentalmente no âmbito doméstico, propicia o aprendizado inicial de normas e condutas¹⁵. Em seguida, acompanhando uma trajetória biográfica, a convivência familiar é sobreposta pela participação em outras instituições e relações particulares, capazes de fortalecer ou enfraquecer as primeiras experiências. Nesse aspecto, a argumentação da autora é dialogável com os trabalhos de Lahire (2004, 2005), da mesma forma que compartilha de alguns pressupostos básicos da sociologia disposicionalista, ao conceber a família como um vetor que reproduz privilégios e desigualdades de classe, a partir da circulação de recursos e introjeção de certas práticas e expectativas¹⁶ (JELIN, 1994).

O debate converge para a fragilidade da cisão entre público (vinculado a processos macrossociais e históricos) e privado (tipicamente pensado como território da família), uma vez que a organização da unidade doméstica pelas famílias, condicionada a determinantes de classe que interferem nas suas capacidades de prover suporte aos indivíduos, ultrapassa o foro íntimo. Assim, os conflitos distributivos, bem como os arranjos históricos de provisão de bem-estar, terminam por edificar possibilidades distintas de viver em família. Em contextos particulares, a intersecção entre família, Estado e mercado, além de articular o fluxo de bens e serviços em um território, também prescreve o campo valorativo no qual devem atuar as relações familiares. Esping-Andersen (1991), grande expoente desta perspectiva, argumenta que o lugar paradigmático conferido às famílias (ou mais especificamente, às necessidades familiares) na distribuição de riquezas caracteriza o modelo de provisão de bem-estar em uma certa localidade¹⁷.

15 Processo que pode ser prejudicado, em seu desenvolvimento esperado e adequado, por determinados fatores, tais como a falta de recursos, a violência doméstica e a ausência de vínculos intrafamiliares estáveis (JELIN, 1994).

16 Sobre este último ponto, Jelin (1994) se reporta aos estudos que evidenciam os impactos do “clima educacional familiar” nas perspectivas de escolaridade de crianças e adolescentes.

17 Segundo Esping-Andersen (1991), quando o Estado condiciona sua atuação à insuficiência do mercado ou da família, restringindo a provisão de bens e serviços com base nos chamados “testes de pobreza”, verifica-

Se em uma discussão mais geral a família revela forte correlação com a posição de classe, no contexto do capitalismo periférico, característico do caso brasileiro, a família assume importância ainda mais marcante. Para Ribeiro (2010), além da incapacidade e insuficiência do Estado em garantir patamares mínimos de bem-estar para parcelas significativas da população, verifica-se de maneira análoga o fortalecimento do mercado como esfera prioritária atribuidora de valores, através da conversão dos direitos essenciais em mercadorias a serem consumidas. Aliado a isso, ganha destaque um processo incompleto de mercantilização da força de trabalho, repercutindo em um considerável contingente populacional com inserção produtiva precária, traduzida por baixos salários, informalidade e desemprego (RIBEIRO, 2010). Embora estes elementos estejam parcialmente presentes em outras experiências históricas capitalistas, é no contexto do capitalismo periférico que a responsabilização da família pelo destino de seus membros se dá de forma mais intensa, o que leva Ribeiro (2010) a denominar este regime de bem-estar como “familístico-mercantil”. Complementando este debate, Jelin (1994) evidencia a persistência do familismo na América Latina, afirmando que as unidades domésticas comumente se inserem em redes mais amplas de ajuda mútua, proporcionando uma proteção informal frente a intempéries cotidianas. Este familismo se manifesta, nas classes populares, como um repertório utilizado em contextos de baixa oferta de bens e serviços públicos, enquanto que nas classes médias caracteriza-se pelo usufruto privilegiado de contatos e organização da atividade econômica (JELIN, 1994).

2.2. Dimensão simbólica da família e a socialização familiar

No tópico anterior, o levantamento bibliográfico centrou esforços na dimensão material que caracteriza o vínculo entre família e unidade doméstica¹⁸. Porém, tocando em temas que extrapolam a acumulação, coordenação e transmissão de recursos, diversos estudos tratam do caráter simbólico que alicerça a vida familiar, tendo em vista a categorização de seus membros e a significação de experiências cotidianas.

Em seus escritos, Bilac (1994) gradativamente concede maior ênfase à reprodução

se o modelo liberal. Quando o Estado condiciona sua intervenção aos momentos em que a capacidade da família se exaure, fortalecendo um determinado arranjo de família tradicional e ofertando subsídios a certos grupos, principalmente os que possuem inserção laboral, vê-se a proeminência do modelo corporativo. E por fim, quando o Estado antecipa os custos da socialização das famílias, disponibilizando benefícios universais, tem-se aqui o modelo social-democrata.

18 Cabe realce que o recorte se deu a partir de uma divisão instrumental do capítulo, e não a partir da limitação dos autores citados a essa temática.

cotidiana de indivíduos (pautada, como vimos, na internalização de valores, habilidades e padrões de comportamento), em detrimento da problemática da reprodução da força de trabalho. Como destaca a autora, “não se trata tanto de pensar a reprodução *de* grupos e categorias sociais, mas antes, pensar como ocorre, *nestes* grupos, a reprodução cotidiana e geracional de sujeitos sociais” (BILAC, 1994, p. 155). De maneira paulatina, a esfera familiar ganha terreno como um objeto sociológico particular, não limitada à racionalidade econômica e aos mecanismos produtores de valores de uso e de troca. Observando os limites da constatação da satisfação de necessidades individuais no seio da esfera familiar, Bilac (1994; 2012) atenta para a conformação, através da socialização continuada, de determinados modos de existência. Dessa forma, a autora dedica-se particularmente às relações geracionais e de gênero, fortemente ancoradas na identificação e diferenciação dos indivíduos.

Já para Sarti (2004), a família representa uma realidade instituída por meio da linguagem, o que leva a autora a estudar os distintos processos de categorização, internos e externos, que estruturam a vida familiar. Segundo a autora, o aprendizado da fala na primeira infância possibilita, para além do exercício instrumental da comunicação, a captação de uma ordem simbólica que confere valorações ao indivíduo, à família e ao ambiente social (SARTI, 2004). Contudo, a família não esgota suas atribuições após o exercício da socialização precoce, mantendo, também para os adultos, o papel de servir como base de significação das experiências cotidianas. No entendimento de Sarti (2004), a família é apreendida como uma noção que é ensinada, internalizada e ressignificada pelos indivíduos ao longo da trajetória biográfica. Por meio desse processo, um discurso generalizante sobre as famílias (ou o que se espera delas) é, em cada família singular, filtrado, traduzido e “devolvido” pelos seus membros.

De maneira semelhante, Bott (1976) afirma que a significação de experiências, direcionada para situações específicas ou para representações genéricas acerca da sociedade, desenvolve-se no ambiente social efetivo da família, fundado em sua rede de parentes, vizinhos, amigos e instituições mais próximas. Para a autora, o “mundo social primário” assim produzido atravessa lugares heterogêneos, muitas vezes desconexos, tais como a residência, a vizinhança, a escola e o trabalho (BOTT, 1976). É a partir deste mundo, o “lugar” que respalda diferentes processos de categorização, que os indivíduos experimentam e interpretam os acontecimentos cotidianos. O mesmo vale para as ideias que os indivíduos desenvolvem acerca da estrutura de classes, tanto em seu aspecto nominativo (apresentação

das classes existentes em certa localidade) quanto em sua dimensão valorativa (comparações entre as classes e elaboração de juízos de valor sobre as mesmas). Portanto, Bott (1976) argumenta que as posições de classe não são acessadas no cotidiano a partir de categorias socioeconômicas homogêneas e bem definidas, mas sim por meio das experiências de poder e prestígio no ambiente social efetivo da família.

É nítido que os repertórios observados nesse ambiente podem assumir manifestações bastante diversas. Como sintetiza Martin (1996), a família permite a transmissão de bens, subsidia o acompanhamento escolar, o acesso à moradia, à propriedade e ao trabalho, bem como fornece apoio às tarefas de cuidado. Além de auxiliar a assistência a crianças e idosos, a rede de parentesco pode ser seletivamente ativada para a garantia de suporte conjuntural, em situações de doenças ou perda de emprego (MARTIN, 1996). Por esse motivo, Wolf (1990) caracteriza a família como uma organização polivalente. Em sociedades cada vez mais segmentadas, nas quais as instituições se especializam em arcar com necessidades pessoais específicas, as famílias congregam, em pequena escala e em contextos circunscritos, funções sexuais, econômicas, políticas e afetivas (WOLF, 1990). Entretanto, a atribuição da família para tantas funções não se dá de forma natural. Como lembra Woortmann (1984), o exercício de tarefas remuneradas e não remuneradas pela família só é possível a partir da reprodução da família enquanto categoria ideológica. Em vez de emergir como o resultado de uma razão instrumental que persegue benefícios, a família corresponde a um modelo típico, culturalmente determinado, de organização das relações sociais. Ademais, como observa Jelin (1984, p. 9):

La unidad familiar no es un conjunto indiferenciado de individuos que comparten las actividades ligadas a su mantenimiento. Es una organización social, un microcosmos de relaciones de producción, de reproducción y de distribución, con una estructura de poder y con fuertes componentes ideológicos y afectivos que cimentan esa organización y ayudan a su persistencia y reproducción, pero donde también hay bases estructurales de conflicto y lucha. Al mismo tiempo que existen tareas e intereses colectivos, los miembros tienen intereses propios, anclados en su propia ubicación en los procesos de producción y reproducción intra y extradomésticos.

Com isso, a diferenciação dos indivíduos no interior da família advém, em especial, da categorização geracional e pela dimensão de gênero. Para Goldani (2004), enquanto em um nível macrossocial as gerações podem ser entendidas como *coortes* de idade, a nível micro estão associadas à sucessão biológica e social, desenrolando-se em uma linha descendente de

parentesco. Como segue a autora, os vínculos afetivos e as expectativas de benefícios econômicos, somados ao reconhecimento dos papéis assumidos entre parentes, são responsáveis por assegurar um “contrato familiar informal” entre as gerações. (GOLDANI, 2004, p.228). É a partir deste contrato familiar informal, que ocasionalmente pode ser rompido, que Jelin (1984) assinala a divisão e o compartilhamento de tarefas coletivas na unidade doméstica. Segundo Sarti (1994), tais tarefas englobam de um lado a obrigação de cuidado pelos pais ou responsáveis, e de outro o reconhecimento e retribuição por parte dos filhos.

No que diz respeito ao segundo elemento, Scott (1986) afirma que o gênero desponta como um elemento constitutivo das relações sociais, mais particularmente as pautadas nas diferenças percebidas entre os sexos. Isso leva a autora a uma proposição mais abrangente da aplicação do conceito, ultrapassando as fronteiras familiares e observando as características do mercado de trabalho, da ação política e do sistema educacional (SCOTT, 1986). Segundo Conway, Bourque e Scott (1996), o gênero é definido por um sistema binário hierárquico que organiza, a nível do cotidiano, as esferas do masculino e do feminino, trazendo consigo a oposição entre as atividades e comportamentos desejáveis e esperados em cada sexo. Nesse sentido, a regulação dos papéis sociais, concretizada fundamentalmente a partir da divisão sexual do trabalho, ganha relevo na constituição das hierarquias simbólicas (CONWAY; BOURQUE; SCOTT, 1996). Esta divisão, que em sua forma mais elementar se desenrola no ambiente familiar, é condicionada, em uma perspectiva mais ampla, à absorção do mercado de trabalho, à provisão de políticas públicas e aos recursos disponíveis às famílias.

Para Hirata e Kergoat (2007), como um padrão histórico de relacionamento entre os sexos, a divisão sexual do trabalho possui dois princípios básicos, a separação (que divide as ocupações em trabalhos masculinos e femininos) e a hierarquização (a valoração que institui o reconhecimento diferencial dos postos de trabalho direcionados a homens e mulheres). Como seguem as autoras, a designação dos homens para a esfera produtiva e para funções públicas com maior valor social adicionado é complementada pelo encaminhamento das mulheres para tarefas reprodutivas, relativas ao cuidado com crianças e à manutenção da esfera privada. Para Montali (2014), embora a partir da década de 70 tenha se verificado o crescimento da participação feminina em ocupações remuneradas, este movimento ocorreu sob os limites impostos pela absorção do mercado laboral. Além disso, a trajetória ocupacional das mulheres é caracterizada, em grande parte dos casos, pelos conflitos entre a casa e o trabalho, tendo em

vista os obstáculos que são inerentes à “incumbência simultânea de responsabilidades profissionais e familiares às mulheres” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p.604).

Como consequência destes fatores, nota-se maior presença das mulheres em vínculos contratuais precários, em atividades intermitentes e com baixos rendimentos, somados à conformação de duplas jornadas de trabalho, principalmente em contextos onde a provisão estatal de serviços públicos é insuficiente (MONTALI, 2014). Contudo, os conflitos entre casa e trabalho, assim como seus impactos, estão respaldadas nas posições de classe. Se nas classes populares as mulheres são obrigadas a assumir tanto encargos remunerados quanto não pagos, por vezes responsabilizadas em arcar com a quase totalidade das necessidades familiares (dificuldade acentuada em famílias monoparentais), os estratos superiores desfrutam da possibilidade de utilizar um grande contingente de trabalhadores baratos, em sua grande maioria mulheres, propiciando a redução do tempo voltado para tarefas domésticas e a dedicação em atividades produtivas mais valorizadas (SOUZA, 2009). Estes apontamentos, não representando a subversão da divisão sexual do trabalho, traduzem suas manifestações diferenciais em um espaço social. Da mesma forma, a desigualdade de gênero traz consigo outras experiências para além do mercado de trabalho, como a tomada de decisões na família e a criação de meninos e meninas.

Todavia, nos lembra Couto (2005), as relações familiares são caracterizadas por constantes acordos e negociações entre parentes, não sendo definidas de maneira apriorística por normas coletivas. Logo, a autora trata as posições hierárquicas enquanto submetidas a disputas cotidianas, pelas quais as responsabilidades e obrigações familiares são reformuladas ou reforçadas (COUTO, 2005). É coerente, então, que a categorização intra-familiar seja percebida como um processo de conflitos e de consensos, passível de transformações, como algo a ser verificado empiricamente na investigação sociológica.

Chegado este momento, vale notar a linha tênue que separa a “família” enquanto um conceito sociológico da “família” enquanto um conteúdo normativo. Para Bourdieu (2011), a prescrição da família enquanto um modo de existência padrão termina por obscurecer as condições sociais necessárias para o funcionamento “normal” da esfera familiar. Segundo o autor, “a família em sua definição legítima é um privilégio instituído como norma universal”, privilégio este que resulta no “lucro simbólico da normalidade” (BOURDIEU, 2011, p.130). O não atendimento dos requisitos para o usufruto desta normalidade, como o acesso à moradia e ao trabalho, dificultam a apropriação dos recursos em circulação, seja pela insuficiência do

volume de capitais disponíveis, seja pelos resultados particulares da socialização familiar. Se a família é entendida como uma rede de suporte que condiciona o acesso a bens, serviços e reconhecimento, tal conteúdo não está ao alcance de todos. Certamente, a grande lição a ser extraída daqui é não “romantizar” o papel familiar nas trajetórias individuais.

Como um conceito, compreende-se a família como uma instituição polissêmica e historicamente determinada (CARVALHO; ALMEIDA, 2003), heurísticamente relevante por ser transmitida e apreendida no cotidiano de grupos de indivíduos como algo significativo. Nesse sentido, a investigação sobre a família visa dar conta das mais diversas experiências familiares que extrapolam o conteúdo normativo sobre a família, limitado à família nuclear composta por pai, mãe e filhos, na qual as tarefas de produção e reprodução estão rigidamente delimitadas. Porém, embora vacinem a pesquisa da procura por referências positivas cercadas por “desvios” e “patologias” (SARTI, 2004), estas considerações trazem outro desafio: como evitar o discurso normativo sem relativizar a reprodução da desigualdade, em suas múltiplas expressões, na esfera familiar. O abismo entre a transmissão garantida de capitais e as experiências de privação, mais do que desvelar modos de existência que são apenas “diferentes”, apontam para uma realidade segmentada e com obstáculos perenes à democratização do acesso ao bem-estar. Cabe à pesquisa, pois, entender quais os determinantes para experiências tão díspares, e como a esfera familiar atua para a reprodução ou transformação das condições de vida.

Com base nos elementos tratados, a família, como uma esfera de sociabilidade que encerra experiências materiais e simbólicas, desponta como dimensão explicativa do conceito de classe, seja em sua manifestação “real” (o trajeto por lugares diferentes no espaço social), seja em sua manifestação ressignificada (o conjunto de sentidos produzidos para dar conta do trajeto). Por esse motivo, creio que o conceito de “socialização familiar” é o que mais se ajusta para os propósitos desta dissertação. Almejando a tipificação de realidades familiares que, por vias e com alcances variados, propiciam redes de suporte para as trajetórias, o estudo visa dar conta de elementos que em sua expressão empírica são mutáveis e fugidios, convergindo para um conjunto de práticas narradas pelos interlocutores. Em um determinado lapso temporal, seguindo as transformações advindas das trajetórias, o indivíduo é constantemente demandado a reorientar suas condutas, passando a exigir, em contrapartida, novas atribuições da família. Portanto, mais do que uma característica específica das famílias, a socialização familiar aponta para uma relação que constantemente reconfigura

investimentos econômicos e emocionais.

Visivelmente, é mais comum que a socialização familiar seja associada à formação da personalidade, levando em conta o aprendizado de valores e comportamentos, processo que acompanha o indivíduo em toda sua biografia (BRUSCHINI; RIDENTI, 1994). Todavia, para esta pesquisa, amplio o conceito de socialização familiar à dimensão material que fundamenta a circulação e apropriação de recursos, elemento que ocasiona a edificação de horizontes distintos de mobilidade social. Isso porque a circulação de bens, serviços, favores e afetos pela família abarca tanto aspectos concretos e palpáveis, como o dinheiro, uma casa e objetos diversos, quanto medidas e obrigações cotidianas, como o cuidado de dependentes, o acompanhamento dos estudos e a indicação de um emprego. Nesse âmbito, após a leitura atenta das entrevistas, salta aos olhos que a mobilização familiar desses repertórios termina por elaborar diferentes “projetos” de indivíduos, possibilitando (ou até impondo) a dedicação pessoal em determinadas práticas. Esse processo, assim como referido por Durham (2004a), representa a efetivação de um mapeamento dado a cabo pela família, que vislumbra, incentiva, investe, desestimula ou obstrui a persecução individual de certas realizações. Dessa forma, a socialização familiar traz consigo tanto a transmissão de recursos quanto o ensinamento dos comportamentos e habilidades esperados em uma geração, processo relacionado, em última instância, à introjeção lenta, gradual e diferencial do *habitus*.

Em decorrência, a socialização familiar distancia-se do conceito de “socialização primária” nos escritos de Berger e Luckmann (2013). Para os autores, a socialização primária, desenvolvida na infância, é direcionada à formação de um “outro generalizado” na consciência dos indivíduos, convertendo, com base na abstração dos papéis sociais, os parentes em entidades que simbolizam a sociedade. A partir disso, certas regras aplicadas no seio da esfera familiar, como o respeito à autoridade e a proibição de agressões, passam a orientar o comportamento em outros ambientes, sob pena de punições difusas. Segundo Berger e Luckmann (2013), a socialização primária se encerra quando a interiorização do “outro generalizado” é bem-sucedida, processo complementado pela “socialização secundária”, com vinculação institucional (cujo melhor exemplo é a escola) e advinda da divisão do trabalho, propiciando a aquisição do conhecimento voltado para funções específicas.

Basicamente, o conceito de socialização familiar aqui utilizado difere dessa perspectiva por dois motivos complementares. Em primeiro lugar, a socialização familiar é

algo que “acompanha” o indivíduo em toda a sua trajetória, não reduzindo-se à etapa infantil, momento de maior dependência afetiva e econômica. Como veremos, a ativação de nós da rede familiar são imprescindíveis na formação escolar e na procura por empregos, bem como no aprendizado de atitudes condizentes com a persecução das espécies de capital. Desse modo, a socialização familiar é percebida como um investimento constante, apresentando diferentes atribuições temporais. E em segundo lugar, partindo de preocupações distintas às apresentadas pela sociologia do conhecimento de Berger e Luckmann (2013), esta pesquisa visa analisar como as relações intra-familiares concedem suportes diferenciados às trajetórias, observando os vínculos afetivos e as possibilidades de acesso a recursos materiais e imateriais. Assim, compreendo a socialização familiar como um processo com forte carga emocional, no qual são estabelecidos repertórios de formação de personalidade e circulação de bens e serviços.

2.3. Família, indivíduo e domicílio: algumas considerações para a pesquisa

Nesta pesquisa, os indivíduos são instituídos como unidades de análise, escolha que traz consigo algumas consequências importantes. Por essa via, ganha relevo o caráter processual da socialização familiar, uma vez que diferentes momentos das biografias são passíveis de apreciação. Com isso, a busca pela homogeneidade na elaboração dos tipos, associada ao esforço de generalização, é complementada por uma temporalidade expandida que repercute em uma abordagem diacrônica. Como resultado, as narrativas evidenciam como a assunção de diferentes papéis, através da filiação, do matrimônio e da paternidade/maternidade, reposicionam o indivíduo em uma rede familiar, formulando novas obrigações e expectativas.

Portanto, o trabalho empírico assume como ponto de partida a participação diferencial na vida familiar. Segundo Sarti (2004), os discursos dedicados à família sempre partem de um ponto de vista, posto que a esfera familiar não corresponde a uma simples soma de indivíduos, mas a um “universo de relações”. Nas trajetórias, os lugares ocupados nesse universo propiciam condições diversas à produção das narrativas:

As fronteiras da família, delimitadas pela história que vai sendo contada aos indivíduos ao longo de suas vidas, são, entretanto, constantemente redefinidas pelas várias mensagens que lhes chegam, vindas do mundo ao seu redor. Além disso, cada um conta essa história do seu jeito. Ela é recontada de maneiras

diferentes por e para cada um dos membros que compõem a família, dependendo do lugar a partir do qual ouvem e falam, construindo várias (e variadas) histórias. Os discursos são distintos porque os lugares são diferenciados. O discurso muda não apenas de acordo com quem fala, mas também em relação a quem se fala. A família, como o mundo social, não é uma soma de indivíduos, mas sim um universo de relações (SARTI, 2004, p. 18)

Prosseguindo com minhas considerações, ressalto que nesta dissertação parte dos interlocutores foram abordados em seus domicílios. Entretanto, como aponta Burke (2000), o vínculo entre família e residência não deve ser tomado como um dado absoluto, já que para além de uma unidade residencial, a família consiste em uma unidade jurídica e econômica, cujos componentes estão conectados por envolvimento emocional. Por conseguinte, as fronteiras que delimitam as múltiplas relações familiares, dentre elas a co-residência, podem não coincidir. Porém, se a residência não deve ser tomada como um elemento a priori no estudo da família, a sustentação fornecida pelo domicílio para a aglutinação, mobilização e conexão de indivíduos em uma rede de parentesco aparece como um dado básico para o acesso a patamares mínimos de bem-estar. É plausível afirmar que a esfera doméstica diz respeito a um ambiente construído e apreendido como local “padrão” de regulação das relações familiares, ainda que a família transborde as fronteiras da moradia.

Da mesma forma, a categoria “família” abarca configurações familiares destoantes, podendo variar em sua estrutura (configuração da extensão familiar e dos papéis que a compõem) e em seu ciclo vital (etapa de desenvolvimento da sucessão geracional) (BRUSCHINI, RIDENTI, 1994). Para Bruschini e Ridenti (1994), as famílias, como grupos dinâmicos, eventualmente não correspondem aos limites propostos por uma concepção “moderna” de família, reportada a um núcleo conjugal com filhos. Tal observação ganha importância ao notarmos as profundas modificações da constituição familiar no Brasil durante a segunda metade do século XX, levando em conta a maior expressividade das famílias reconstituídas, dos casamentos homossexuais, das taxas de divórcio e dos “não casamentos” (CAMARANO; FERNANDES, 2014). Igualmente, verifica-se a queda da quantidade de filhos por casal, da mesma forma que crescem o número de casais que optam por não ter filhos.

Para o território brasileiro no último Censo de 2010, 44,7% dos arranjos domiciliares nucleares (composto por um pai e uma mãe, representando 65,1% da totalidade dos arranjos) são representados por casais com filhos com idade de 13 anos ou mais, seguidos por casais

com ao menos um filho com idade entre 6 e 12 anos (17,8%), casais nos quais a mulher possui 40 anos ou mais e que não possuem filhos (14,8%), casais com filhos com idade de até 5 anos (12,9%) e casais nos quais a mulher possui menos de 40 anos e que não possuem filhos (9,7%)¹⁹ (CAMARANO; FERNANDES, 2014). Continuando com Camarano e Fernandes (2014), os arranjos domiciliares não nucleares, que representam os 35,9% restantes, são compostos pela monoparentalidade feminina (14,4% da totalidade dos arranjos), unipessoalidade feminina (9,3% da totalidade dos arranjos), unipessoalidade masculina (8,7% da totalidade dos arranjos) e monoparentalidade masculina (2,1% da totalidade dos arranjos)²⁰. Em síntese, embora estejam limitados aos domicílios por questões práticas e logísticas, os dados ilustram a pluralidade das formas de convivência familiar, fenômeno que demanda uma atenção constante na condução do trabalho empírico.

Com base nesses elementos, analisarei a atribuição de papéis, a relação família-domicílio e a configuração familiar como passíveis de investigação, não resolvidas previamente. A partir daqui, cada capítulo é dedicado a um tipo de socialização familiar, produzido com base no estudo das narrativas. Vale notar que os tipos estão voltados para um plano conceitual pautado na busca pela coerência interna, que ganha sustentação a partir do agrupamento das narrativas. Assim, nenhum interlocutor se encaixa perfeitamente nos tipos, visto que os acontecimentos observados nas biografias são recorrentemente contraditórios. A utilização das falas na argumentação tipológica está associada ao potencial explicativo dos acontecimentos narrados, observando-se a preponderância de cada tipo nas características das experiências individuais e familiares. Na recuperação das falas, tendo em vista a garantia do anonimato, os interlocutores são diferenciados por números, enquanto que nas citações maiores a identificação é acrescida da profissão, da idade e do bairro de moradia.

19 Destas categorias, verifica-se crescimento, desde 1980, dos casais sem filhos e dos casais com filhos com idade de 13 anos ou mais.

20 Os rendimentos variam amplamente dentre tais arranjos, estando os piores rendimentos médios *per capita* situados na monoparentalidade feminina e nos casais com ao menos um filho com idade entre 6 e 12 anos (0,9 salários-mínimos), enquanto que os maiores rendimentos médios *per capita* são encontrados em casais jovens sem filhos (2,1 salários-mínimos) (CAMARANO; FERNANDES, 2014).

3. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PRIVAÇÃO

Neste tipo, a família emerge como uma esfera de necessidades insatisfeitas, abarcando histórias marcadas por profundos processos de vulnerabilidade. Logo, ganha realce o não atendimento de expectativas associadas à vida familiar, pelas quais os entrevistados evidenciam, em graus e combinações variadas, a baixa capacidade da família em prover conforto e suporte cotidiano, em sua dimensão material e/ou afetiva. Com a negação de tais expectativas, as biografias são descritas enquanto realidades destoantes de uma “normalidade”, uma idealização.

No corpo deste capítulo, pretendo explicar como a *socialização familiar pela privação* é definida pelo acesso insuficiente às espécies de capital, convergindo para uma reprodução intergeracional da precarização das condições de vida. Em uma sociedade com graves disparidades socioeconômicas, com baixa presença do Estado na provisão de bens e serviços e com alta responsabilização da família em arcar com custos da reprodução social, vê-se um contexto familiar no qual a experiência do parentesco não desemboca na proteção dos indivíduos, ou na garantia de sua projeção a partir do acúmulo das diferentes espécies de capital. Por impossibilidades objetivas, estes arranjos familiares representam esferas de sociabilidade nas quais mínimos de bem-estar são alvo de disputas cotidianas, por vezes não alcançados. Como bem ilustrou um dos entrevistados, “pra sobreviver é uma guerra”.

Introduzindo a abordagem empírica, tratarei a seguir de trechos de duas narrativas, na tentativa de ilustrar empiricamente como a prática familiar é interpretada e significada a partir do discurso. Vale notar que a esfera familiar é apresentada de forma mutável, levando em conta os recursos disponíveis aos entrevistados, o papel familiar assumido na unidade doméstica e o rompimento e criação de novos relacionamentos. Verifica-se, a partir dessa perspectiva, que a forma com que a vulnerabilidade é experimentada no cotidiano propicia a produção de narrativas diferenciadas sobre o vínculo, associadas aos impactos diversos da rede familiar nas trajetórias individuais.

A Interlocutora 1, conferindo maior ênfase ao período subsequente à separação dos pais, nos fala que o ambiente doméstico, no qual conviviam a entrevistada, sua mãe e uma irmã, era marcado pela ausência de alimentos. Durante certo tempo, seu pai arcou com alguns custos básicos, embora tenha abandonado esta postura ao iniciar outro casamento. A mãe, na época doente, não podia trabalhar, o que terminava por agravar o quadro de carências. Com o

falecimento desta, a entrevistada passou a morar com o pai e a madrasta, época recuperada como um momento de grandes conflitos e abandono. Em seguida, recebeu a proposta de residir com uma ex-sogra de sua irmã, negando o convite pela certeza de obstrução da saída de casa pelo pai. Após este afirmar que a mudança de moradia não era algo visto como negativo, sendo uma escolha apenas sua, decidiu sair de casa, evento marcado por profundas mágoas.

Atualmente, o pai é apresentado como uma figura não solidária, indiferente aos anseios da entrevistada. Como diz, “se eu não tiver dinheiro pra pagar meu aluguel ele não paga. Então eu tenho que me virar mesmo, fazer alguma coisa, pra poder conseguir, pra pagar”. Segundo a Interlocutora 1, “sempre minha vida foi assim, eu tinha que pensar em mim, em mim, em mim”, pois “eu não tenho praticamente ninguém pra me ajudar”. As falas convergem para a negação da família enquanto uma esfera possível de ativação de recursos, materiais e afetivos, o que acarreta na maior dependência da entrevistada de pessoas externas ao seio familiar. Em decorrência, a Interlocutora 1 aponta nunca ter existido uma família que se preocupasse com suas necessidades e desejos, sendo inclusive incapaz de discorrer na entrevista o que para ela seria uma família, ou qual a importância da família para um indivíduo. O seu sustento sempre dependeu, precocemente e em ocupações insatisfatórias, apenas da sua força de trabalho.

Nos dias atuais, é possível identificar certa mudança nesse quadro, embora com grande piora das condições financeiras. Hoje a interlocutora reside com a irmã e três sobrinhos em uma casa alugada no bairro de Valéria. Com apenas um quarto, o domicílio é visto como insuficiente para todos, ainda que seja percebido como razoável, levando em conta o parco rendimento familiar. No momento, as duas provedoras estão desempregadas, sendo que a única fonte de dinheiro para o sustento da casa e o custeio de despesas é o benefício da irmã pelo Programa Bolsa Família. Como argumenta, o Bolsa Família representa um recurso central para a subsistência doméstica, embora o cumprimento das condicionalidades esteja comprometido pela ausência de recursos. Segundo a Interlocutora 1, “minha irmã ganha, a gente precisa e bastante. E é tanto que o dinheiro que ela recebe, se ela for dar aos meninos como é devido né, ir pra escola, pra comprar material, a gente não vai comprar o que comer em casa”. Por outro lado, mesmo anotando um quadro de grandes carências, evidenciado pela insegurança alimentar e pelo adensamento residencial, a entrevistada enxerga como positivo o ambiente doméstico atual, em contraste ao passado:

Antes a casa que eu vivia, vamos supor assim, tinha um pouco de mais luxo, mas porém não tinha harmonia em casa. Que como eu convivía assim, quando eu vivi com minha madrasta, então a casa era grande e tudo, tudo direitinho, tinha, vamos supor assim, o horário de almoço e tudo, mas porém não tinha o amor, entendeu? [...] Eu tenho três sobrinhos, todos os três adolescentes e minha sobrinha tem uma filha, então a situação tá bem difícil, mas porém a gente tem aquela paz em casa. Pode faltar comida, pode não ter o dinheiro do aluguel, mas porém a gente vive em paz, em relação a isso, a gente não vive discutindo igual era antes

(Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria)

Entendendo que a família seria algo que “olhasse” por ela, principalmente antes da idade adulta, a Interlocutora 1 demarca a fragilidade, ou mesmo inexistência, do cuidado familiar em sua trajetória, elemento que evidentemente possui profundos impactos no acesso à escolaridade e na inserção laboral. Em suma, a família é apresentada pela interlocutora a partir do não atendimento de expectativas individuais sobre um modo de existência percebido como útil e desejável. Este elemento, que assume centralidade nos discursos dedicados à *socialização familiar pela privação*, é ilustrado igualmente pelo Interlocutor 5, quando questionado sobre o acompanhamento dos pais no seu desenvolvimento escolar. Segundo o entrevistado, o acompanhamento “deveria” acontecer, mas foi impossibilitado pela falta de tempo dos pais, sobrecarregados com a jornada de trabalho. Outro exemplo, como veremos adiante, foi informado pelo Interlocutor 4, que ressalta a falta de recursos familiares para a garantia de conforto aos membros da esfera doméstica.

Todavia, a caracterização da experiência familiar não é uma via de mão única. Me defrontei no trabalho de campo, da mesma forma, com o não atendimento de expectativas da família sobre o indivíduo. Se no primeiro elemento falei de um processo que se origina no indivíduo e significa a família, nesse caso coloco em relevo a valoração do indivíduo pela família, com base em projetos concebidos nas relações de parentesco. O Interlocutor 2 argumenta, nesse âmbito, que a fragilização do vínculo familiar em sua trajetória se deu devido à percepção negativa dos familiares sobre sua postura e escolhas. Segundo o entrevistado, teve uma vida “sem consequência”, sendo sua adolescência resumida a “praia e droga [...] a única coisa que tinha a porta aberta pra mim era a droga, o resto das portas tudo era fechada”:

Eu era o ovelha negra, ou seja, o descartável. Sobrevivia por guerra [...] Aí me aceitavam e aturavam porque não tinha jeito. Até que eu levei uns 5 anos

dormindo em cima da lage da própria minha família. Foi um plástico e três paus [...] Nunca tive, nunca tive ninguém pra me olhar [...] Eu tinha que sobreviver mesmo. Tudo que eu fizesse de errado eu ia ser pago, eu não ia ter ninguém pra me apoiar, então eu fazia de tudo escondido pra nunca errar [...] Como até hoje eu tenho dois irmãos que não fala comigo, os únicos dois que tem não fala
(Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Para o Interlocutor 2, ele ainda estaria em um processo de “julgamento” pela família, algo que o tornou um indivíduo “descartável”. O resultado do julgamento, em curso desde a infância (já que, como aponta, necessitou se relacionar com pessoas de “índoles mais perigosas para sobreviver”), produziu sanções ao entrevistado, como a proibição de co-residência, a ruptura de vínculos e a negação de recursos. Como descreve, optou por uma saída extremamente precoce de casa, ainda aos dez anos, retornando aos treze. Aos quinze anos participou de sua primeira ocupação de terra urbana, sozinho.

Uma mudança importante em sua trajetória foi o início de uma família há quinze anos. Atualmente reside no Residencial Jardim Cajazeiras, conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha localizado no bairro de mesmo nome, juntamente à esposa, quatro filhos consanguíneos e dois de “criação”. Verifica-se na entrevista uma reorientação da caracterização da esfera familiar, desaparecendo das falas o estigma enquanto um “descartável” e ganhando destaque a tomada de um papel central enquanto organizador da esfera doméstica, tanto em relação à provisão financeira quanto no cuidado da casa. Porém, a centralidade da família na dimensão relacional do cotidiano não significa a interrupção de um ciclo de necessidades insatisfeitas. Como diz, “desempregado, cuidar de gente doente [sua esposa], ainda duas crianças, desempregado é barril. Não queira dar os pulos como eu dou não que você vai ficar meio ruim, amanhã sua perna vai inchar. É uma loucura”.

Hoje em dia, o entrevistado anota uma modificação das condições de vida para as gerações mais novas. A infância de seus filhos, ao contrário da sua, “é 10”, sendo que “eu sonho pra que meus filhos amanhã, depois, escolham o que quer ser. Se ele escolher o que quer ser, e tiver essa oportunidade, já agradeço muito a Deus”. Embora pareça algo de menor valor, que não demarque propriamente uma trajetória de ascensão de classe, este elemento se apresenta como de extrema relevância para o entrevistado. Como afirma, nunca teve condições de realizar escolhas, “pra mim o que tava nos dedos era o que servia”. Esta mudança, cabe ênfase, é demarcada como uma transformação intergeracional possibilitada pelo novo caráter da esfera familiar. Entretanto, este caráter não é apresentado como suficiente para o acesso a patamares mais estáveis de bem-estar, assim como verificado por

meio da trajetória profissional, das condições de habitação e do acesso à escolaridade pelos filhos²¹. Verifica-se aqui a principal distinção entre a *socialização familiar pela privação* e a *socialização familiar protetiva*, o segundo tipo a ser problematizado nesta dissertação.

Portanto, as diferentes temporalidades que compõem as biografias possuem como ponto de partida um visível distanciamento entre as expectativas de proteção social, enquadradas no rol das responsabilidades familiares, e o cotidiano das unidades domésticas. Seguindo esse raciocínio, é nítido que a carência de recursos é um fator que perpassa a socialização familiar, o que me leva a despendar uma discussão mais detida sobre o acesso às espécies de capital nos trechos seguintes, ampliando o escopo de análise para outras narrativas.

No que diz respeito às trajetórias ocupacionais, nota-se a evocação do trabalho extremamente precoce, somado à insegurança financeira e à dificuldade de permanência no emprego. Da mesma forma, a experiência do trabalho é narrada como algo alheio a escolhas, limitado à busca por acesso a bens essenciais. Ao contrário dos outros tipos, desponta com maior intensidade a qualificação pela “prática”, bem como a ausência de discursos desse tipo, em detrimento de cursos formais com reconhecimento institucional:

Então sempre foi assim minha vida mesmo, tinha que trabalhar, e como nunca trabalhei fixo, tinha que me virar aqui, me virar ali, mas tá sempre pensando em algo pra se alimentar, entendeu, ou pra se vestir, pra não precisar fazer algo de errado [...] Eu não tô na condição de tá escolhendo serviço [...] Hoje em dia tá difícil encontrar pessoas assim [empregadores que respeitem direitos trabalhistas]. Que respeitem o horário dos funcionários. Muito difícil... esse último que eu tava mesmo eu pegava 6 da manhã largava 9 e 40 da noite. E mesmo assim fiquei 7 meses trabalhando com eles lá, e agora nesse mês que passou eles me demitiram e ainda disse na minha cara que eu tinha direito pra receber na casa deles só 300 reais

(Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria)

Falta alguma coisa. Esse dinheiro eu pego aqui, falta alguma coisa... não é suficiente. Sabe porque não é suficiente? Porque eu pego esse dinheiro aqui, vou ali na Rede Mix aqui, compro, faço uma feirinha, de uma carne, uma farinha, um arrozinho, feijãozinho, levo pra casa, acabou o dinheiro [...] Tô aqui fazendo o corre, muitos dá aqui, muitos não dá, muitos dá trocadinho, muitos não dá trocado. Muitos dá sugestões, muitos dá piada [...] Que tem, a maioria dos caras que tem carro, que chega na vaga pra querer botar o carro, quer dar sugestões, quer botar dedo na cara do outro. Quer ameaçar o outro [...] Ameaçar, “é o que rapaz, aqui não é seu rapaz, não vou pagar nada não [...] Eu que sou um pobre coitado, u negro trabalhador, sofredor, você quer me bater, fazer acontecer comigo, chamar a Polícia

(Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de

21 Como já relatado, um dos obstáculos para a obtenção do Bolsa Família diz respeito à demolição recente da antiga escola de seus filhos, que foram transferidos para um contêiner improvisado.

Amaralina)

Eu trabalhei mais como sapateiro, trabalhei também como ajudante de polidor, polidor de carro, frentista... ajudante de pedreiro também [...] Fui aprendendo na prática

(Interlocutor 5, pescador, 24 anos, morador de São Lázaro)

As condições laborais são evocadas sob o discurso da precariedade extrema, em trabalhos sujeitos a perigos, humilhações e baixo acesso a direitos trabalhistas, trajetória iniciada desde a infância. Não havendo associação com a satisfação pessoal ou o crescimento profissional, as falas evidenciam, como consequência da necessidade de sustento da esfera doméstica, a submissão a condições de trabalho inadequadas. Então, a provisão de recursos à família é percebida como uma tentativa de garantir a sobrevivência e o atendimento de carências básicas. Os relatos sobre as ocupações fundamentam-se, ainda, na fluidez do acesso ao trabalho, ganhando destaque a produção de narrativas sobre o desemprego, situação permanente ou sazonal experimentada pelos indivíduos. Tais narrativas fundam-se nas características do território de moradia, com baixa oferta de empregos e distante de centros urbanos, e nas características dos próprios entrevistados, submetidos aos impactos da saída da escola e aos problemas oriundos de certas ocupações específicas, percebidas como desprotegidas e vulneráveis.

Ao falarmos dos recursos familiares escassos, seguindo com a preocupação relativa ao capital econômico, cabe ressaltar a participação do Programa Bolsa Família nos rendimentos familiares. Com impacto significativo nas narrativas de bem-estar, o benefício pelo Programa apresenta-se como elemento garantidor de maior estabilidade aos interlocutores. Porém, evidentemente tal rendimento não é suficiente para a efetivação de trajetórias positivas de classe, servindo apenas como suporte para a satisfação mínima de carências e garantindo a sobrevivência familiar em situações de exclusão de membros da família do mercado de trabalho. Como diz o Interlocutor 2, “ele [o benefício] caiu como uma luva”. Contudo, “é um remédio que você sabe que não vai curar”, já que “é só pra você ter uma garantia de um gás, um recibo de água, um recibo de luz. O Bolsa Família só serve mais pra isso”. Chama a atenção, para além da limitação da renda pelo Programa, que as condicionalidades e as etapas do cadastro acabam por vezes servindo como barreiras para a obtenção da renda. O cumprimento das condicionalidades, ainda que toquem em direitos fundamentais (acesso à saúde e educação), dependem da ativação de recursos e nós da rede familiar, ambos com nítidas limitações. Além disso, é possível observar uma defasagem na

relação dos indivíduos com a burocracia estatal, fator que repercute em obstruções à efetivação dos benefícios. Dessa forma, os discursos sobre a perda do benefício, ou a dificuldade de sua obtenção, mostram-se importantes, assim como apontado anteriormente pela Interlocutora 1:

Eles estavam frequentando a escola lá de Coutos, mas teve que demolir, botaram eles num, nesses negócios de carro, esses... aquele negócio que tão botando pra fazer delegacia, como é o nome daquela peste? Esses contêiner. Ele botou esse tal de carro móvel pra poder dar aula a esses meninos, mas é muito abafado, e não tem dever, e pela idade dele de 4 anos eu segurei esse ano aí porque ela teve que transferir pra cá pra poder... pra eu cuidar dela [esposa]. Aí nesse instante mesmo mandei ela [esposa] lá em baixo no colégio, segurava pelo menos esses dois mês, por causa do Bolsa Família dela, mas não consegui não.

Ah, ela recebe o Bolsa Família...

Eles não tão indo pro colégio, e ela não soube alegar. Pra ela alegar lá, porque teve que demolir o colégio

(Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Sim, porque eu fiz meu Bolsa Família, desde o meu cadastro do Minha Casa Minha Vida e nunca... já recorri na prefeitura, fui no NAD, peguei toda a papelada [...] mas o meu Bolsa Família jamais

(Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

À entrada precoce no mercado de trabalho, combinam-se outros elementos com efeito negativo para a escolaridade, como a baixa perspectiva de resultados dos estudos e as condições precárias de acesso à educação. Nesse âmbito, as narrativas sobre a escola fundam-se na temática do abandono, evocado enquanto uma necessidade objetiva, para além da vontade individual. Como afirma a Interlocutora 1, “não fui pra área dos estudos também não. Porque não consegui completar os estudos. Eu sempre tive que escolher, ou estudar ou trabalhar, então eu preferia trabalhar”. Quando passou a estudar à noite, não conseguia, após um dia de trabalho como empregada doméstica, ter “aquela mente aberta de pegar totalmente os estudos”. Esta situação, segundo a entrevistada, permanece nos dias atuais, já que se for optar entre o estudo e o trabalho “eu tenho que trabalhar. Eu sei que o estudo é muito importante, mas na situação que eu vivo eu não posso pensar só em estudar, entendeu? [...] meu trabalho pra mim fica em primeiro lugar”.

De forma semelhante, a Interlocutora 7 descreve:

eu não estudei, estudei até a 7ª série, não dá pra dizer que eu tive oportunidade não porque não tive [...] Vim pra aqui mas não tive oportunidade, porque eu tinha que escolher, ou trabalhava ou estudava, porque meu trabalho nunca coincidia com o horário do estudo [...] Meu primeiro trabalho foi tomar conta

de... babá. Depois fui trabalhar de doméstica mesmo. E só que o horário que eu saía de lá, nunca dava pra... eu me matriculei até nesse Isba [Instituto Social da Bahia] aqui à noite, você só paga matrícula e depois não paga mensalidade. Mas não dava, porque eu só chegava no colégio 8 horas, 8 e meia, 9 horas. Às vezes nem ia, porque não dava, a mulher chegava em casa, no horário dela também que era complicado, que ela trabalhava em Camaçari, era complicado... aí não dava, não tinha como estudar não. Às vezes estudava, estudava, mas não concluía, estudava 3, 4 meses e não terminava. E aí fui pra rua, e aí que lenhou tudo mesmo.

(Interlocutora 7, secretária, 43 anos, moradora do Residencial Bosque das Bromélias – Estrada Velha do Aeroporto)

No que diz respeito às memórias da época escolar, foram identificadas falas que relatam a dificuldade de acompanhamento por parentes ou responsáveis no desenvolvimento infantil, seguidas por vezes de discursos que apontam para o desejo, mesmo que por vezes distante, de retorno aos estudos; e a busca pela garantia de permanência dos filhos na escola, embora tal permanência esteja submetida a provações semelhantes às vivenciadas pelos pais:

Mas quem mora na rua vai estudar pra que? Não tenho tempo de estudar. Não tenho tempo de pensar em estudar. Tem tempo de pensar em estudar quem tá em casa, sai de manhã, chega de noite, vai pra escola. Aí pensa. Mas quem tá na rua não, quem tá na rua pensa no que, de arrumar um dinheiro pra guardar. Não pensa de tá na escola de noite, porque se for pensar pra ir pra escola de noite, vai voltar pra rua de novo. Aí não adianta. Tem que tá na escola e da escola ir pra casa. Esse é o certo [...] depois que eu conclui a quarta série que eu sai da escola e aí fui pra rua

(Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua)

E você acha que seus pais acompanhavam seu desempenho na escola?

Deveria... [...] Não acompanhou [...] Eu acho que não acompanhou, acredito que não tiveram tempo né. Mas podia fazer um esforço, como a gente faz hoje né. Podia fazer um esforço. Eu acredito que não teve tempo né, mas sempre pra alguma coisa um tempinho a gente arruma né [...] eu parei de estudar, parei de estudar cedo com uns 14 anos, parei de ir pra escola. Aí mudou tudo, eu perdi um bocado de coisa, inclusive agora mesmo tô querendo voltar a estudar, com fé em Deus.

(Interlocutor 5, pescador, 24 anos, morador de São Lázaro)

Como descreve o Interlocutor 6, comerciante e morador do Residencial Jardim Cajazeiras, sua trajetória está permeada por obstáculos ao acúmulo de capital cultural, já que “não consegui mais [continuar na escola], que tinha que parar pra ajudar meus pais”. Ainda na infância, época em que se deparou com a carência de alimentos, necessitou assumir trabalhos para custear os encargos domésticos. Chegando à idade adulta, sempre “trabalhando e ajudando meus pais em casa”, tornou-se incontornável seu alistamento no exército, já que seu pai “não aguentou mais pagar nada pra mim”. Segundo o entrevistado, este argumentou que

“eu não vou ter condições de pagar nada pra você [...] vá cuidar de sua vida. Você já é bem prático, vá simhora”. Após uma estadia de 6 meses no exército, voltou a trabalhar, já que “precisava ajudar meus pais em casa”, assumindo uma ocupação no ramo da construção civil em Minas Gerais. Atualmente, embora aponte para melhoria das condições de vida, tanto as suas quanto as de seus filhos, relata grave insegurança financeira, alavancada pela dificuldade de cadastro no Bolsa Família e acesso à aposentadoria.

Entretanto, destacar a *socialização familiar pela privação* como uma experiência de necessidades insatisfeitas não significa argumentar a inexistência de solidariedade no seio da esfera doméstica. Devo demarcar que a “privação” diz respeito às espécies de capital que condicionam a garantia de patamares mínimos de bem-estar, a partir do acesso a direitos básicos em uma sociedade de mercado. Dessa forma, a negatividade do conceito não está vinculada à interpretação de tais trajetórias enquanto desprovidas de reciprocidades próprias ou modos de vida característicos. A problematização dos relatos visa suprir essa lacuna analítica, levando em conta a importância da definição do tipo para além da limitação da ausência. A incapacidade de garantir trajetórias positivas de bem-estar pode se combinar, então, ao desenvolvimento de trocas na rede de parentesco, ainda que com resultados limitados:

Eu nunca deixei de ter contato com minha família, nunca. Meu negócio é porque briguei e sai por causa do meu padrasto. Pronto, só isso. Mas sempre tô no contato com minha família [...] Continuei vendo minha mãe sim [...] que eu sabia onde ela trabalhava, tinha contato, passava o final de semana na casa de minha tia. Ficava lá de boa, ia ver minha mãe [...] Por incrível que pareça, hoje, se eu chegar em casa hoje, claro, minha mãe vai me receber de braços abertos. Porque eu me considero ser um bom filho

(Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua)

Segundo o Interlocutor 3, a manutenção dos vínculos familiares, principalmente por meio de sua mãe e irmã mais velha, possibilitou o usufruto de recursos, ativados em situações de maior insegurança financeira e necessidades advindas da situação de rua. Para o entrevistado, é de extrema importância passar alguns dias na casa de parentes, para descansar do desgaste devido à ausência de domicílio. E ainda, logo após a saída de casa, devido a uma briga com o padrasto, o entrevistado encontrou na casa de uma tia abrigo e possibilidade de emprego. Não obstante, vê-se que a ativação de recursos na *socialização familiar pela privação* visa garantir a supressão de demandas básicas, não projetando maior estabilização da trajetória ou acesso às espécies de capital. Sua capacidade em prover uma filha de recursos

encontra-se, levando em conta o desemprego e a situação de rua, comprometida. Salta aos olhos que a aceção anterior acerca do tipo, vinculada à reprodução intergeracional da precarização das condições de vida, encontra-se fortemente ilustrada nesta trajetória:

Quando eu posso dou a despesa [para a filha], quando eu não posso também não... [...] se eu tivesse nesse momento condições agora eu daria o que ela quisesse, poderia dar o que ela quisesse. Assim 'escolha o que você quiser aí', só para ver ela feliz, de coração. Mas nesse momento, infelizmente...

(Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua)

De maneira semelhante, dando prosseguimento à discussão sobre o suporte familiar, a Interlocutora 7 descreve o papel da família em sua infância. Devido à baixa idade de seus pais, a entrevistada viveu até a adolescência na cidade de Berimbau, interior baiano, juntamente aos avós (“pais são os que criam”) e dois primos, contando com a proximidade de parentes e vizinhos “que você tinha como família, né?”. Nesse contexto, seus avós, dois pequenos agricultores, eram responsáveis por garantir o sustento doméstico, embora a provisão de bens fosse incapaz de contornar as graves dificuldades financeiras. Nas palavras da entrevistada, as condições materiais da família, principalmente em épocas de seca, “era barril. Coisa de a gente comer café com farinha mesmo”. No que diz respeito à trajetória educativa, a Interlocutora 7 lembra da grande distância entre a casa e a escola, em um local desprovido de transporte escolar, além de não contar, devido às longas jornadas de trabalho de seus avós, com acompanhamento diário nos estudos. Assim, passando a maior parte do dia sozinha, e obrigada a lidar com infraestrutura local insuficiente, “era eu e eu mesmo [...] mal dava pra estudar”.

Após um certo tempo, com o falecimento de seu avô, “ficou um pouco pior. Até porque meu avô mais que trazia as coisas pra dentro de casa, e aí minha vó teve que correr atrás [...] a dificuldade foi maior ainda. Mas a gente sobreviveu”. No entanto, devido à subsequente morte da avó, a entrevistada necessitou retornar a Salvador, passando a residir com sua mãe. A partir daí, a ausência dos avós, somada à inexistência de suporte afetivo neste novo núcleo familiar, convergiu para um ponto de inflexão na trajetória da entrevistada. Em suas palavras, “foi muito complicado minha vinda pra cá, e tudo foi, a perda do meu avô, a perda da minha vó, eu vim morar numa família que não tinha nada a ver com a minha, tudo foi atribulando na mente, sabe?”. Como estopim deste período, a Interlocutora 7, na época com 16 anos, decide sair de casa, passando a vivenciar a situação de rua²².

22 Hoje, a entrevistada reside num conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida localizado na

É possível notar que a rede familiar, durante a infância da entrevistada, era percebida como uma importante fonte de suporte afetivo, embora desprovida dos recursos materiais. Se esse suporte não era suficiente para lidar com certas demandas, como a insegurança alimentar e o baixo acompanhamento escolar, mostrou-se essencial para a trajetória da Interlocutora 7, que percebia-se amparada e querida. A ruptura brusca de tais vínculos acarretou em um momento de grave mal-estar, visto que “quando eu fui pra rua eu tava em depressão realmente, por tudo que eu perdi”.

Outro entrevistado assim inicia a fala sobre sua família:

Minha mãe criou oito filhos. Sem pai, minha mãe doméstica, ganhando um salário mínimo. Criou 8 filhos. 8 filhos minha mãe criou. Sem nenhum pai! [...] E ia pra feira, na Cesta do Povo, no mercado, eu pedia, “ô freguês, me arranja uma reciclagem, uma sobra aí freguês! Que eu não tenho nada, tô com fome, pra eu levar pra casa” [...] Aí levava as caixas de verdura. Eu vinha de lá, catava nos baldes do lixo, ó. Bolo, pedaço de pão, saco de pão duro. Torrada, levava pra casa, “ô mainha”, minha mãe acertava, botava manteiga, botava tudo no forno [...] Tinha vez que eu pegava saco de bolacha e minha irmã levava pra casa, fruta, tomate bem machucado, e minha mãe pegava, que minha mãe é cozinheira, trabalhou em restaurante, faz todo o tipo de comida. Minha mãe faz todo o tipo de comida rapaz, é cozinheira.

Isso você pequeno?

Pequeno, com 10, 12, 15 anos

(Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina)

Vê-se nesta fala a ativação, em um contexto de grave insegurança alimentar, de uma rede de solidariedade doméstica voltada para a garantia de subsistência. Havendo uma combinação entre sobrecarga do trabalho da mãe (a partir de sua dimensão do trabalho pago, enquanto empregada doméstica, e não pago, cuidando da casa e dos filhos) e assunção precoce de responsabilidades, a socialização em apreço representa a baixa efetivação de direitos fundamentais. Neste caso em particular, residindo em um domicílio com sua mãe e sete irmãos, o entrevistado destaca a busca por geração de renda ainda na infância, como catador de material reciclável, em decorrência da insuficiência do salário-mínimo materno. Devido à jornada extenuante de trabalho da mãe, despontou a ausência da mesma do ambiente doméstico, trazendo consigo a necessidade de ativação de nós da rede familiar situados fora

Estrada Velha do Aeroporto, participando ativamente do Movimento de População de Rua de Salvador. A participação no Movimento é apresentado como outro ponto de inflexão em sua trajetória, levando à formação de uma nova família, como gosta de ressaltar. A Interlocutora 7 atualmente trabalha como secretária na sede do Movimento, localizada no Pelourinho.

do domicílio, capazes de arcar com o cuidado das crianças. Além disso, de maneira análoga à responsabilização precoce no mercado de trabalho, nesse período ganha realce a exigência da atuação do Interlocutor 4 na gestão da unidade doméstica:

Pra ganhar o pão de cada dia aqui, passei o pão que o diabo amassou. Suei, pegava, levava minhas irmãs pro colégio, ainda trazia minhas irmãs pra casa. Levava minhas irmãs pra creche, oxe, fazia, ia pra padaria comprar pão [...] minha mãe tem 57 anos, guerreira, eu tenho 5 irmãs, 6 irmãos, 5 mulher e dois homens, tá entendendo? Sempre eu trabalhava, vendia latinha, vendia ferro, botava tudo num pano e ia pro mercado, ia pro negócio vender. Chegava lá vendia, aí ia pra padaria comprar pão. Sempre na faixa de 5 e meia, 6 horas da noite, chegava em casa com três, quatro reais de pão, uma manteiga, cafezinho, uma margarina, um litrinho de leite, todo dia, no café todo mundo. Que minha mãe trabalhava, era doméstica, cozinheira, fazia compra todo mês, 300 reais. Pagava luz, água, e eu também sempre ajudava nas tarefas, na limpeza irmão **(Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina)**

Como esperado, a infância e a adolescência se apresentam como temas essenciais na análise das narrativas. É notório que os arranjos familiares, pelo menos em sua ideação, fundam-se na busca pela proteção dos indivíduos em seus diferentes ciclos de vida, levando em conta as carências específicas de grupos em idade não ativa (crianças e idosos). Porém, foi recorrente nas entrevistas uma evocação da “perda da infância”, devido às condições financeiras, às necessidades de trabalho precoce e à exposição a riscos:

Eu morava no bairro de Palestina, minha infância foi um pouco... praticamente eu não tive infância na verdade. Não fui daquelas crianças de sair pra brincar, entendeu? [...] Eu acho assim, eu não tive uma infância como as crianças normais têm. De brincar, ir praça, essas coisas assim não tive. Perdi minha mãe com 10 anos de idade. Com uns 12 anos pra 13 anos eu fui criada por uma pessoa que eu não conhecia, entendeu? Que me adotou praticamente. Não fui criada pelo meu pai, e fui vivendo minha vida assim, batendo a cabeça ali, a cabeça acolá [...] Algumas [jovens] tem mãe, tem pai pra ajudar né, pra ir pra balada, essas coisas. Não, eu não sou disso. Nunca fui disso, até mesmo porque se eu fosse pra gastar dinheiro na balada eu não ia comer **(Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria)**

Eu realmente não tive essa parte de infância. Eu venho de uma fase muito esquisita. Pra sobreviver é uma guerra. Na verdade tive, porém, que me envolver com outras pessoas de índoles mais perigosas pra poder sobreviver, porque não tinha pão. E conforme seja, fui levando, levando, levando, não tive infância. A minha infância, graças a Deus, hoje eu tenho pra meus filhos, não tive **(Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras)**

Não, só em casa mesmo com minha mãe, minha mãe guerreira. Lavava roupa pra ganhar. E eu que ajudava ela, inclusive passava o ferro era eu. Que minhas irmãs era tudo menorzinha, e só eu que era o cara. Ela lavando, eu... no dia da

entrega era eu também [...] E minha história é essa aí. Sofrida como garoto, em São Paulo fui que eu [vivi] minha infância [após a idade adulta]
(Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Mudanças intergeracionais se mostram, da mesma forma, importantes para uma redefinição das práticas familiares, especialmente as relativas à constituição de novas famílias e à passagem de indivíduos para a idade ativa. Segundo o Interlocutor 4, se antes a condição financeira de sua família era “fraca”, hoje em dia verifica-se uma melhora, já que “dois irmãos já estão grandes, corre, cada um faz o que quer, faz o trabalho seu”. Outrossim, a escolaridade se mostra como importante indicador de melhoria de vida dos irmãos, “tudo cheio de série”, estando todos em ocupações relativamente estáveis, “tudo segundo grau, terceiro grau, minha irmã é toda cheia de série mesmo, formada mesmo”. Sua mãe, todavia, “trabalha, não tem nada, só tem Jesus”. A melhoria de vida dos membros do arranjo familiar não constitui uma transição de classe, mas um resultado de certa independência das trajetórias individuais do destino da família de origem, embora o entrevistado, assim como alguns de seus parentes, permaneça em uma posição de extrema privação, evocada pela combinação entre abandono dos estudos, trabalho precário e baixos rendimentos.

Prosseguindo com a argumentação do tipo, revela-se importante a interpretação dos entrevistados sobre o acesso ao domicílio, em especial no que diz respeito às relações de parentesco, às mudanças espaciais e ao investimento de recursos. Seja em moradias autoconstruídas em bairros desprovidos de bens e serviços, seja em habitações advindas de benefício por política habitacional, também em áreas desprovidas de bens e serviços, o domicílio se apresenta como importante indicador das trajetórias. Evidentemente, no bojo da ausência de quantidades satisfatórias de capitais, a moradia que serve de espaço para a *socialização familiar pela privação* reflete a desigualdade de classes. Surgem nas narrativas discursos sobre a dificuldade de acesso à educação e saúde nos locais de habitação, somadas às condições de vida inadequadas e aos obstáculos para a obtenção de emprego:

Eu acho que na parte da saúde falta bastante. Lá tem posto, mas nem sempre tem médico. Na parte da farmácia nem sempre tem medicamento. No módulo policial é a mesma coisa, tem módulo policial mas nem sempre tem polícia. Na última vez que eu fui eu nem consegui. É tanto que o posto tá lá, é tanto que eu nem vou.

(Interlocutora 1, desempregada, 25 anos, moradora de Valéria)

Se eu não fizesse esse ciclo de localização de amizade aqui, eu não sobreviveria, porque aqui você não tem como ganhar real [dinheiro, através do trabalho] [...]

Deveria ter um pouco mais é um posto médico aqui, que aqui é insuportável. Uma lotérica, ave maria... mas diz que é com o tempo né. Mas atendimento médico aqui é horrível. Se você precisar de uma emergência aqui, você, ave maria, você tá doido. Tem até uma salvação aqui que é os carros aqui, quando alguém cai doente tem um socorro. Aqui tá horrível esse negócio de, você imaginar, pra uma emergência, tá horrível. Aqui era pra ter um posto aqui mais perto. Uma lotérica, um negócio assim. Tem nada.

(Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Não sei a opinião dos outros (sobre o Programa Minha Casa Minha Vida), mas a minha, tô bem. Tô bem, que eu dormia numa caminha de solteiro com ratazanas passando por baixo. Quando chovia, a água também passava por baixo, e eu deitado em cima, com uma banquinha com uma tevezinha deste tamanhinho, e deixava a água passar pra no outro dia eu ir limpar [...] Enquanto der pra mim poder pagar aí tudo, com a ajuda do pessoal que me dá forças aí, pra mim tá ótimo [...] [sobre o deslocamento na cidade após o benefício pelo Programa Minha Casa Minha Vida] Não, um pouco mais difícil. Lá na suburbana é bem melhor. Bem melhor, porque aqui ficou contramão. [...] [sobre o acesso a serviços] Bom, nós nos deslocamos para Pau da Lima.

(Interlocutor 6, comerciante, 64 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Determinados investimentos são vistos como positivos, como mudanças de bairro ou o incremento do domicílio. Como lembra o Interlocutor 4 ao falar da casa da sua mãe, ela “foi mudando, foi mudando, que era de tábuas, de tábuas passou pra bloco. De bloco. É melhor, equipou [...] É, é, pouco Deus é, que é dois quartos, cozinha, banheiro, sala, todo equipado, cheio de móveis, cheio de coisa”. Entretanto, a despeito da possibilidade de trajetórias positivas nesse sentido, a moradia em locais precários, ou a ausência de moradia própria, devido à situação de rua ou à dependência de parentes, permanece como elemento definidor do modo de vida dos interlocutores.

Caminhando para o encerramento desta etapa, entendo como importante a evocação de certos atributos da esfera familiar que são apresentados como demarcadores de uma posição social. Dessa forma, como afirmou o Interlocutor 5, a classe baixa seria definida pela ausência de carro e casa, “porque eu moro na casa de meu sogro, com criança”. Além disso, a sua caracterização enquanto membro da classe baixa se daria “porque trabalho muito, ganhamos pouco, e temos pouco tempo pra gente”. Difícil encontrar uma síntese mais precisa acerca da fragilização da reprodução na *socialização familiar pela privação*, visto que a impossibilidade de tempo para a esfera privada, para além da jornada de trabalho exaustiva, significa menos investimentos voltados para os vínculos estabelecidos no âmbito familiar.

Como já foi possível antever, outro elemento que fundamenta a categorização das famílias é a segurança (ou insegurança) alimentar. O acesso estável da família à comida termina por diferenciar os interlocutores de outros, submetidos à privação de alimentos,

enquanto que a dificuldade de acesso à alimentação termina por demarcar trajetórias negativas. A alimentação adequada é apresentada como algo a ser alcançado diariamente, não assegurado, demandando uma disputa por recursos extremamente escassos para garantir a subsistência familiar. Outros indicadores, como a situação de rua, terminam igualmente por identificar a vulnerabilidade extrema, por vezes correspondendo a uma autoidentificação do indivíduo:

Rapaz... se for botar num raio x eu vivo até melhor que um bocado viu. Mesmo desempregado. Eu tenho escolhas pra comer, não tenho horário pra comer, como à vontade, não me falta nada, pra mim não me falta nada. Pra agora, pra mim, só o que me falta mesmo é segurar esse menino e ver eles crescer. Porque o resto... tudo eu dou os pulos

(Interlocutor 2, desempregado, 43 anos, morador de Jardim Cajazeiras)

Não vou mentir pra você, já passei fome em casa. Vou falar pro senhor aqui ó, eu já comi farinha com pimenta! [...] Tem vez que eu passo o dia todo, de de manhã 7 horas da manhã até 10 horas da noite, tem vez que eu chego em casa assim 9 horas, pra comer uma besteira, pra tomar um cafezinho, beber uma aguinha, comer um pãozinho, comer um pouco de comida, um arroz, comer um ovo [...] Tomando, no tempo de chuva aqui, pra ganhar um trocado, 10, 15, 20 reais, pra levar pra casa pra comprar uma carne, um feijão, dia de domingo, dia de sábado, pra comer eu, mãe, a família, comprar alguma coisa

(Interlocutor 4, guardador de carros, 33 anos, morador do Nordeste de Amaralina)

O que é dos outros é dos outros o que é meu é meu. O pouco que eu tenho, eu vivo daquilo ali que eu tenho. Se precisar comer do lixo eu como de novo do lixo. Não tenho vergonha pra nada [...] Só os que moram na rua mesmo [qual seria a posição mais vulnerável na sociedade]. Às vezes tem gente que tem casa, tem tudo, mas não tem o que comer dentro de casa, que adianta? Aí tem que vir pra rua pra poder pegar comida, uma equipe, que passa equipe de noite

(Interlocutor 3, desempregado, 36 anos, situação de rua)

Por fim, deve-se ter em mente que a construção tipológica não fundamenta uma visão determinista e finalista sobre a experiência familiar. Embora sejam possíveis significações positivas a partir da tipologia, a *socialização familiar pela privação* evidencia um conjunto de indivíduos que compartilham, através de formas específicas de viver em família, uma dada posição de classe. Devo salientar, ainda, que a “falha” do arranjo familiar no que diz respeito à reprodução de seus membros não consiste em um elemento patológico do vínculo. Na realidade, a *socialização familiar pela privação* traz à tona tendências pelas quais os indivíduos, em um determinado “lugar” no espaço social, acessam e ressignificam as experiências cotidianas do parentesco em um contexto de estratificação extrema por classes.

4. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PROTETIVA

Em linhas gerais, a *socialização familiar protetiva* é definida pela conformação de uma rede de suporte cotidiano ancorada na família, tendo em vista a transmissão de recursos e o desenvolvimento de práticas de ajuda mútua. Diferenciando-se da *socialização familiar pela privação*, neste tipo verifica-se a garantia de patamares mínimos de bem-estar, de maneira associada à neutralização dos processos de vulnerabilidade intrafamiliares. Entretanto, as trajetórias na *socialização familiar protetiva* estão sujeitas à gestão de quantidades escassas de capital, com obstáculos concretos ao trânsito dos indivíduos para posições situadas em estratos de classe superiores.

Cabe afirmar que a diferenciação entre a *socialização familiar protetiva* e a *socialização familiar pela privação* não se dá através de uma “potência de vontade”, ou devido a um suposto contraste entre interações virtuosas e desfuncionais na dinâmica dos arranjos familiares. Argumento que a distinção entre os tipos advém das posições de classe definidas de maneira relativa, estando a posse de espécies de capital estabelecida enquanto condição para a assunção da família enquanto esfera capaz de arcar com custos da reprodução social.

Neste capítulo, me debruçarei em narrativas que apontam para um conjunto de práticas familiares que proporcionam a circulação de bens, serviços e ações recíprocas na rede de parentesco. Visto isso, dois elementos se destacam como essenciais para a compreensão do tipo. Em primeiro lugar, por meio de uma temporalidade expandida, os entrevistados se reportam à transmissão intergeracional de oportunidades que possibilitam, mesmo que de maneira limitada, certas trajetórias positivas de trabalho e escolaridade. Em segundo lugar, é nítida uma sobrecarga da família em garantir a proteção de seus membros, levando ao limite as capacidades familiares em lidar com intempéries diárias. Como discutirei mais detidamente, tal sobrecarga está ancorada, entre outros fatores, na exploração do trabalho feminino, tanto pelo trabalho não-pago quanto em sua expressão remunerada. Para dar conta destes elementos, opto por me deter inicialmente em duas narrativas, almejando a construção gradual do tipo e evidenciando o compartilhamento, pelas trajetórias singulares, de um modo de existência específico.

Para a Interlocutora 12, a família seria uma esfera capaz de prover ajuda cotidiana, levando em conta a disponibilidade do cuidado nos diferentes ciclos de vida. Durante sua

infância, a principal função da família era garantir o acesso à escolaridade, algo que a diferenciaria da “classe baixa”, propiciando à entrevistada ter “o pouco do estudo”. Hoje em dia, a Interlocutora 12, a única provedora de uma casa com quatro crianças (com rendimentos advindos do trabalho como costureira e de benefício pelo Bolsa Família), encontra na família um importante auxílio para o cuidado de seus filhos, já que necessita passar grande parte da jornada diária fora de casa, trabalhando em um pequeno empreendimento na Barroquinha. Ademais, ao constituir uma nova família, a entrevistada iniciou a construção de um domicílio no segundo andar da casa de seus pais, no bairro de Plataforma, contando com o apoio de uma tia na aquisição de recursos e materiais de construção. Algo evidentemente de extrema relevância, devido à importância da proximidade territorial para a ativação da rede familiar, somada à possibilidade de acesso à moradia em contexto de alta de preços das terras urbanas. Atualmente, nos diz a entrevistada, sua casa está passando por uma reforma, cujo principal objetivo é garantir maior conforto para seus filhos, empreitada também despendida com a ajuda de parentes.

Sintetizando sua fala, e comparando-se a pessoas que estariam em posições entendidas como desprivilegiadas em nossa sociedade, a Interlocutora 12 diz: “pouco ou muito, eu ainda tenho ajuda assim, de minha família, em algumas coisas. Tem pessoas que não tem apoio de ninguém, né? De ninguém mesmo. Pessoas que não tem a chance que eu tenho”. Contudo, a função da família em prover suporte aos seus membros encontra, na *socialização familiar protetiva*, elementos que denotam esgarçamento de seu campo de atuações. No caso em apreço, a entrevistada relata que a ajuda de familiares não ofusca a necessidade de repassar parte da responsabilidade da gestão domiciliar para sua filha de onze anos. Como afirma, “minha filha de onze anos, ela que cuida do irmão de quatro anos e da menina de seis anos [...] ela que organiza tudo”.

Outra entrevistada apresenta elementos igualmente importantes. Cabeleireira e moradora do Bairro da Paz, filha de uma diarista e um metalúrgico, a Interlocutora 10 relata ter vivenciado em sua infância grave escassez de bens essenciais, com destaque para a experiência de insegurança alimentar. Segundo ela, seu pai se mostrava ausente do cotidiano da família, cabendo à sua mãe (“pai e mãe da gente”) se responsabilizar pela gestão do domicílio e pelo acompanhamento do desenvolvimento dos filhos. Residindo com seus pais e cinco irmãos, a entrevistada aponta ter assumido precocemente encargos domésticos, posto que “desde meus sete anos assumi a casa [...] fazer comida, cuidar da minha irmã, lavar

roupa, limpar a casa”. Ganha realce que tais encargos eram percebidos como necessários para a remuneração familiar, permitindo a participação de sua mãe em atividades para além do domicílio, através do trabalho assalariado. No entanto, com uma infância resumida à “trabalho, casa, escola e casa”, a Interlocutora 10 sustenta que o elemento mais relevante para sua biografia foi a presença materna. Embora tenha passado por situações de carência de bens e serviços, sua mãe “sempre cuidou da gente, sempre enfatizou que a gente tinha que estudar e tinha que ter um futuro diferente do dela”. A dinâmica do cuidado materno, nesse caso, se dava a partir da duplicação da jornada de trabalho, se desenrolando entre atividades remuneradas e em dias de descanso.

Continuando seu relato, a entrevistada revela ter engravidado aos dezessete anos, momento em que decidiu, juntamente a seu marido, dividir uma moradia. Como o trecho a seguir destaca, o compartilhamento de responsabilidades entre ela e o cônjuge, embora com maior responsabilização da interlocutora²³, possibilitou o revezamento na busca pelo acúmulo de capital cultural. Em suas palavras:

[...] então a gente decidiu quando eu tava grávida que iríamos morar juntos. Ele ia terminar os estudos dele, eu ia cuidar do bebê. Quando ele terminasse o dele, ele ia olhar o menino pra mim pra eu terminar os estudos, e assim a gente fez. E daí depois que eu tive o meu primeiro filho, eu voltei a estudar, aí fiquei grávida 5 anos depois, aí parei, aí quando meu filho fez uns 2 anos, retomei pra estudar, e fui fazer o curso de cabeleireiro pra ter uma profissão. E ele continuou trabalhando, e a gente sempre se ajudou. Quando tenho uma necessidade de fazer um curso ele suporta a carga da casa, e quando ele precisa viajar pra fazer um curso, eu também assumo a casa como se ele estivesse presente.

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

Nos dias atuais, a Interlocutora 10 reporta a importância da família à organização de um “projeto de vida” para si e para seus entes mais próximos, denotando a centralidade do planejamento da esfera familiar, tanto no âmbito econômico quanto nas trocas de favores cotidianos, para sua trajetória individual. Como diz a entrevistada, “quando você projeta uma boa família, você sabe que no futuro você vai contar com ela”. Apontando estar inserida em uma rede de parentesco com forte proximidade territorial no bairro, o que ela chama de “condomínio familiar”, a interlocutora associa a família à capacidade de lidar com situações de incerteza, em oposição à condição de estar “sozinha na vida”. Vê-se, neste caso especificamente, a conformação de uma rede de parentesco em seu sentido mais amplo, na

23 “No início era difícil pra conciliar casa e trabalho. Porque era eu sozinha, meu marido saía cedo pra trabalhar”.

qual convivem um conjunto de famílias nucleares relacionadas pela consanguinidade. Nesses termos, a experiência do vínculo familiar seria uma forma de contornar períodos de insegurança, já que “quando você tem alguém que você possa contar, você tem tudo”. Seguindo com seu argumento, questiona: “e você sozinho na vida, você vai depender de um vizinho? Vai sempre ficar na incerteza”.

Se a principal preocupação financeira da família era, durante sua infância, garantir a alimentação adequada, para a interlocutora “a minha preocupação financeira hoje em dia é manter o padrão de qualidade de vida pros meus filhos”. O elemento mais sensível atualmente, tendo em vista esse objetivo, é a experiência da jornada exaustiva do trabalho desempenhado pela entrevistada, sendo necessária a ajuda de familiares para o acompanhamento dos filhos. Buscando lidar com essa dificuldade, a interlocutora decidiu, após o incremento dos rendimentos, contratar uma pessoa para realizar os afazeres domésticos, oportunizando sua dedicação completa ao trabalho. Da mesma forma, sendo a Interlocutora 10 gerente de seu próprio negócio, a interrupção do trabalho em ocasiões adversas levaria à grave insegurança financeira de sua família, situação na qual a rede de parentesco apresenta possibilidade e necessidade de ativação:

Tipo, pra eu trabalhar nos finais de semana, que às vezes eu subo às 6 da manhã e desço 10, 11 da noite, minha irmã olha minha filha. Se ela precisar sair eu cuido da filha dela. Se estiver alguém internado, doente, minha cunhada já cuida do filho de todo mundo. Então a gente sempre se ajuda nesse sentido [...] O meu comércio não precisou fechar porque eu fiquei doente de repente, eu tive uma pessoa que podia assumir por mim, e o período que eu fiquei de resguardo não fechou, então eu tenho muita pessoa pra cuidar. Tanto amigos e família [...] Como eu achei quem olhe a minha filha hoje, que tem vezes que eu ficava assim me perguntando “meu Deus, porque tem pessoas no mundo de hoje que dê tanta atenção, tanto amor, como se o filho fosse dele, muito obrigado Senhor”. E um dia lavando roupa ele me despertou “filha, você também cuidou do filho dos outros, você cuidou bem. Então você tá colhendo o que você plantou. Então a gente faz coisas boas lá na frente, e a gente recebe aqui.

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

Em síntese, a experiência familiar da Interlocutora 10 funda-se na divisão de encargos, possibilitando a conciliação entre o cuidado com as crianças e o término do ciclo educativo, este último complementado pela qualificação para o trabalho. Notadamente, este processo denota a combinação entre a mobilização de capital social, por meio de uma rede densa e ancorada no território, e o acesso ao capital cultural. Entretanto, a simples distribuição de encargos não garantiria, por si, a posse das espécies desejadas de capital. Para que seja

possível o acúmulo gradual de capitais é necessário que o arranjo familiar seja, em certa medida, previamente detentor de espécies de capital, possibilitando sua circulação intra e intergeracional. Como vimos na *socialização familiar pela privação*, a fragilização da função protetiva da família não decorre da ausência de solidariedade familiar, ou da inexistência de circulação de recursos nas relações de parentesco. O que se apresenta à leitura é que a posição de classe da família, vista de maneira geral, condiciona os resultados efetivos da solidariedade familiar, produzindo potencialidades ou obstruções para o alcance da mobilização de recursos. Como exemplos, podemos nos recordar das narrativas que relatam a escolha imperativa e precoce entre trabalhar ou estudar, bem como a impossibilidade de superação da insegurança alimentar e a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Por sua vez, na *socialização familiar protetiva*, vê-se a garantia de recursos básicos, muito embora o acesso continuado às espécies de capital seja apresentado como algo em disputa, efetivado de maneira ainda limitada. Assim, os nós da rede familiar são evocados como mecanismos capazes de “amenizar” situações adversas com efeito negativo ao bem-estar familiar.

Nos casos anteriores, observei redes de parentesco com diferentes tamanhos e amplitudes de circulação de recursos, abarcando indivíduos vinculados por laços consanguíneos em um território. Porém, o tipo pode, para além de uma ampla rede de parentesco, ser representado por outras manifestações particulares. É notório, por exemplo, que a família nuclear, em seu sentido mais restrito, pode vir a integrar a tipologia, levando em conta a atribuição de papéis na esfera doméstica e a formação de vínculos significativos para as trajetórias. Como diz um dos entrevistados, o Interlocutor 8, “meu pai geralmente saía pra trabalhar e minha mãe ficava tomando conta da família [...] meu pai sempre conseguiu o necessário para que a gente conseguisse sobreviver, para que a sobrevivência fosse possível”. Tais atribuições se expandiam até o entrevistado, já que “geralmente, como eu era o mais velho, na maioria das vezes eu ficava com os meus irmãos mais novos”. De maneira semelhante, o Interlocutor 13 afirma que “a gente morava de aluguel, eu saía pra trabalhar, ela [a esposa] ficava em casa, aí minhas filhas começaram a nascer, uma fazia um ano, a outra nascia, aí [a esposa] ficava em casa tomando conta das meninas”. Salta aos olhos, nos dois casos, a relevância da divisão sexual do trabalho na configuração dos papéis familiares.

Por seu turno, o Interlocutor 9 lembra ter vivenciado, a despeito das lembranças de adversidades após o falecimento da mãe, certa estabilidade nas suas condições de vida, já que o pai “nunca deixou faltar nada”. Trabalhando atualmente como barbeiro no Bairro da Paz, o

entrevistado declara que foi possível montar seu próprio negócio através da ajuda do irmão, uma importante fonte de auxílio material e “influência”. Observa-se, segundo o Interlocutor 9, que o irmão passa a desempenhar gradativamente uma tarefa de zelo e acompanhamento, como um papel herdado da mãe após o falecimento. Em decorrência destes fatores, as falas do entrevistado vinculam o núcleo familiar ao compartilhamento e à complementaridade das demandas cotidianas, possibilitando, a partir da inserção dos parentes no mercado laboral, o acesso a níveis satisfatórios de consumo. Para o interlocutor, seus familiares propiciam “sempre uma ajuda pra [eu] me manter”, estando a família caracterizada como algo a se “recorrer” em situações de maior insegurança, quando “fazer uns corres ali, outros aqui” não são o bastante:

Na verdade eu recentemente abri essa barbearia e tal, aí meu irmão como trabalha com, aí ajuda um ao outro assim, cada um tem sua tarefa assim em casa, trabalha de uma forma que é a pintura, eu trabalho com barbearia, e aí como cada um quando tem uma dificuldade, precisa de alguma coisa, ajuda assim um ao outro [...] Eu acho que obrigação é, de cada um o fato de trabalho mesmo. Acho que tem que ter o compromisso de cada um, para que venha a se manter, de várias formas. Materialmente também né, bem-estar de cada um.

(Interlocutor 9, barbeiro, 21 anos, morador do Bairro da Paz)

Da mesma forma, as narrativas podem evidenciar o parentesco como uma esfera mutável, na qual as práticas de entreajuda e as possibilidades de ativação de recursos se modificam em determinada temporalidade. A “expansão” e a “contração” da rede de parentesco deve ser analisada, então, como algo processual, não dado a priori. Segundo a Interlocutora 11, uma secretária moradora do bairro de São Caetano, enquanto seu pai ainda era vivo via-se acesso estável a bens, levando em conta sua atuação no mercado de trabalho. Após o falecimento do pai, desponta a responsabilização de sua mãe para a geração de renda, com destaque para um trabalho como empregada doméstica, sucedido por um cargo em uma empresa de transportes. Já a entrevistada, na época com treze anos, necessitou trabalhar em uma gráfica, uma vez que “a gente tinha que ser adulto antes do tempo, então tinha que ter responsabilidade de ir pro trabalho e ir pro colégio”. Residindo com sua mãe e cinco irmãos, onde “todo mundo trabalhava e estudava”, a entrevistada nos relata um período entendido como negativo em sua trajetória:

Minha mãe. Minha mãe ficava com a gente, porque na época ela não trabalhava, que nós éramos pequenos. Entendeu? Então particularmente, pai e mãe era bem presente. E meu pai morreu, eu tinha 9 anos, de lá pra cá que a vida da gente não

teve muito sossego né. Não foi aquela coisa boa não, a gente sofreu muito. Até passar necessidade. Então fez com que eu, com 13 anos, já fosse adulto né. Que imagine você, que eu tive que antecipar tudo, eu pulei da fase de criança pra fase da adolescência, quem disse? [...] E aí a gente foi. Foi uma vida muito sofrida, muita labuta, pra tudo. Poxa! Mas também nunca deixou de estudar
(Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano)

Porém, pouco tempo depois, passou a residir com os avós, etapa narrada como positiva para suas condições de vida. Como destaca, “dali que eu vim ter mais um sossego, tinha minha farda, tinha toalha, alimentação era melhor”. Em um ambiente doméstico com melhores condições financeiras, a entrevistada associa a mudança de habitação à obtenção de recursos antes inacessíveis, com impacto para sua escolaridade. Posteriormente, ela e a avó retornaram ao domicílio de sua mãe, em um momento em que “a casa não era toda construída”, sendo que “depois a gente [membros da família, com destaque para os irmãos] conseguiu [construir], começamos a trabalhar, aí construímos a casa, mobília, aí que a gente foi tendo uma vida melhor”.

Em suas falas sobre a vida adulta, a entrevistada reafirma a centralidade da família em sua biografia, levando em conta, principalmente, o acesso a ocupações. Nos momentos em que se deparou com a situação do desemprego, após uma atuação no Polo Petroquímico como cozinheira, relata ter iniciado com sua irmã atividades que garantiram a remuneração familiar, dando bancas e vendendo quentinhas. Em seguida, a rede familiar se mostrou fundamental para a expansão de contatos, já que a irmã, usufruindo da proximidade com um sindicato, a indicou para seu emprego atual. Hoje em dia, sua família mora em São Caetano, em um terreno apresentado como “de família”, onde está “todo mundo assim, no seu cantinho”. Residindo apenas com a filha, estudante de um curso técnico de enfermagem, a interlocutora nos diz que a melhoria gradual das condições de vida teria sido transmitida continuamente entre as gerações, visto que sua filha atualmente possui maiores oportunidades do que as experimentadas durante sua juventude. A entrada da filha na idade adulta também foi vista como um elemento positivo para o bem-estar familiar, em decorrência da iniciação no mercado de trabalho como promotora de vendas.

Antecipei, a partir de discussões transversais, as características do acúmulo dos capitais econômico e cultural na *socialização familiar protetiva*. A seguir, me dedicarei a uma discussão mais detida, verificando de que forma os entrevistados narram tais processos em diferentes ciclos de vida. Merece atenção que, ao contrário da *socialização familiar pela privação*, neste tipo o que fundamenta os discursos não são as necessidades insatisfeitas, mas

as diferentes possibilidades de acesso às espécies de capital, levando em conta a disputa pelo acesso limitado. Portanto, as narrativas evocam os limites para a garantia da escolaridade, de maneira associada à precariedade das condições de infraestrutura e obstruções para permanência na escola. E isso por motivos diversos, tais como a não adequação do jovem ao contexto escolar e a ausência de perspectivas futuras:

A questão de dificuldade mesmo só a condição de estudo, a dificuldade de você ter acesso à educação de qualidade, você buscar capacitações e muitas vezes não conseguir, você precisar de dinheiro e muitas vezes você não ter pelos valores de curso que você deseja fazer, às vezes é caro [...] E a adolescência foi isso, curso, trabalho e a convivência com o bairro.

(Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz)

A escola da gente era difícil. Porque num bairro grande, pra uma só escola, quando chovia inundava as casas, tinha queda de barranco, e aí as pessoas ficavam na escola. Então assim, a gente não teve uma base muito boa porque hoje você estudava, no inverno você ficava sem ter aula porque a escola às vezes servia de abrigo. Mas a gente sempre, os pais da gente sempre incentivou a gente a estudar

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

A gente ia sozinho, porque tudo era perto do colégio né, então nós íamos só. Naquele tempo pra eu estudar à noite minha mãe teve que assinar um termo de responsabilidade. Então minha mãe assinou um termo de responsabilidade e aí eu passei a estudar à noite, e quando eu chegava do trabalho minha mãe já tava com um guarda pó, que antigamente era guarda pó, depois passou a ser blusa, aí a gente ia pro colégio

(Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano)

Fui à escola, mas não entrava nada na cabeça [...] Frequentava, mas não entrava, não entrava, fazia a coisa mas não desenvolvia, aí peguei e parei. Não continuei, porque já não tava dando certo, aí quando foi, continuei trabalhando [...] mas era porque não entrava as coisas assim, achava que eu tava ali atrapalhando [...] Mas aí eu olhava assim, “eu não tô produzindo aqui, não dá pra mim”

(Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã)

Entretanto, a característica fundamental da *socialização familiar protetiva* é a atuação da família como potencializadora das chances educativas, minimizando as adversidades cotidianas. Como evidenciei no corpo deste tópico, os entrevistados descrevem, de maneira bastante rica, a neutralização de certas obstruções à escolaridade, desfrutando da proteção ao trabalho infantil (ou, quando este ocorre, pela garantia de conciliação entre trabalho e escola) e o acompanhamento do desenvolvimento escolar por parentes. Então, o tipo deve ser compreendido com base em uma tensão constante, produzida pelo choque entre a existência de obstáculos à trajetória escolar e a mobilização da rede familiar para a garantia

de percursos positivos. Da mesma forma, enquanto verifica-se o acesso estável a recursos básicos, salta aos olhos a instabilidade de investimentos mais decisivos, capazes de alçar os indivíduos para esferas que ultrapassam as condições originárias da unidade doméstica, tais como o ingresso no Ensino Superior e a inserção em postos de trabalho com melhores rendimentos.

Conforme observado nas falas das Interlocutoras 10 e 11, a escolaridade era garantida, em grande parte, pelo acompanhamento materno aos estudos, assim como pela relativa estabilidade da renda familiar. Por sua vez, o Interlocutor 9 destaca que sua precoce evasão escolar foi percebida como negativa pelo irmão, que lhe reiterou a necessidade de estudar, “porque as coisas não estão fáceis, tem que estudar mesmo porque sem estudo a gente não consegue objetivo bom”. Como resultado, o entrevistado retornou recentemente ao Ensino Fundamental, “porque ele [o irmão] influenciou bastante”. Da mesma forma, lembrando a Interlocutora 12, ganha relevância que a principal característica que a distanciaria das famílias de “classe baixa” seria a possibilidade de permanência na escola, levando em conta as condições materiais e o acompanhamento familiar. Contudo, suas falas revelam a dificuldade, nos dias atuais, de estar presente na vida escolar dos filhos. Como diz, “eu gostava de toda semana tá no colégio, pra ver como tava o acompanhamento de meus filhos”, mas devido ao trabalho como costureira “eu não posso mais parar pra fazer isso”.

Ademais, as narrativas se fundamentam em uma demarcação de fronteiras intergeracionais, pelas quais as trajetórias dos entrevistados permitem, quando é o caso, o incremento da escolaridade dos filhos. Se para o Interlocutor 13 seus estudos foram obstruídos pelo fato de não “entrar nada na cabeça”, em uma inserção laboral precoce e caracterizada por lapsos de acesso à educação, seus filhos encontraram condições de permanência na escola. Portanto, o acesso à escolaridade e a entrada no mercado de trabalho terminam por distinguir as gerações, já que todos os filhos concluíram o Ensino Médio e não foram submetidos à pressão para geração de renda durante a infância²⁴. Nas suas palavras:

Pelo menos meus filhos não trabalharam dia a dia, tomar chuva de madrugada pra sair, que nem eu fiz. Saía pra tirar leite, né? Meus filhos não teve isso, [...] Teve outra vida, eles tiveram outra vida. A gente não explorava eles não, e sempre cobrando o estudo, né? Porque na vida não tive isso, mas eles tem que ter um estudo. Amanhã, depois, não chegar, tá num lugar, não dar uma carta e

24 Neste caso em particular, os filhos acompanhavam o trabalho da mãe durante a tarde, “fazendo as coisas, iam com ela, chegava lá ficava lá trabalhando, iam já com a bolsa ali, quando dava no horário de ir pra escola ia, estudava de manhã, de tarde iam pra lá ajudar ela”.

ser preso por aquilo ali que não sabia o que tava acontecendo. Eles sabem [...] Mas já com meus filhos eu dei tudo, não tem ninguém formado porque eles não quis, mas todo mundo tem seu terceiro ano completo, aí não foram pra faculdade porque filho crescido a gente não vai mais forçar a ele fazer as coisas, se quer a gente vai ajudar, agora não quer... Não é isso? Eu penso assim.

(Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã)

Quando possível, a partir do incremento da renda familiar pela trajetória ocupacional, vê-se também que o investimento no sistema privado de educação é descrito como importante. No entanto, existem limites visíveis para o acúmulo de capital cultural, com realce para a dificuldade de inserção no Ensino Superior, privilegiando-se o ingresso em cursos técnicos. Mesmo assim, as entrevistas asseguram uma diferenciação positiva em relação às gerações passadas:

As diferenças [entre sua escolaridade e a de seus filhos], porque a vida financeira melhorou. Meus pais não podem pagar uma escola particular pra gente ter uma boa formação logo na infância, então é a diferença que nossos filhos veio já pra isso, pra uma escola particular. Então a gente se preocupa com a alfabetização deles. Então eles estão tendo uma boa base de alfabetização, porque quando ele chega da segunda série em diante a gente já bota no Governo. Eles estudam particular até a segunda série. Porque eu acho que vai ter uma base pra ele seguir pro resto da vida

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

[continuou estudando] até me formar. Meu irmão também se formou. Isso tudo minha mãe trabalhando, trabalhando, cuidando de casa. Entendeu? Estudava, não tinha livro. Não tinha lápis. Até hoje eu falo pra minha filha, aproveite tudo que você tem, porque eu, da sua idade, eu não tinha um terço [...] Na verdade assim, ela [filha] sempre estudou em colégio particular, pequena. A gente botou no colégio, e continuou. Depois eu me separei, fui morar em São Caetano, ela fez "mainha, eu quero estudar no Adventista". O pai foi e matriculou lá no Adventista. Depois ela veio pro Santa Clara, e aí foi pro Odorico, pronto, finalizou o curso dela, e fez vestibular pra nutrição. Ela passou. Mas aí a gente ficou sem recurso pra poder pagar, nem eu nem o pai dela. Aí a gente pegou, não fez a matrícula dela. Aí eu fiz assim "Lai, pra você não ficar parada, porque é que você não faz um curso?" [...] Ela fez "é, mainha", eu "veja aí o que você quer". Aí ela olhou, olhou, fez assim "é mainha, eu acho que eu vou fazer técnica de enfermagem". Aí ela tá fazendo esse curso.

(Interlocutora 11, secretária, 53 anos, moradora de São Caetano)

Os dados contribuem para o desvelamento das particularidades das demandas familiares submetidas aos indivíduos. Se na *socialização familiar pela privação* os projetos fundam-se na centralidade do trabalho precoce para a manutenção domiciliar, na *socialização familiar protetiva* a garantia da escolaridade assume importância primordial. Quando ocorre entrada no mercado laboral, a partir do trabalho propriamente dito ou a partir do

acompanhamento do trabalho dos pais, esta inserção é vista como um elemento secundário, parcial, não constituindo obstáculo intransponível à escolaridade. Com isso, a possibilidade de dedicação aos estudos pelas gerações mais novas é vista como um importante indicador de triunfo da trajetória familiar.

Aprofundando esta discussão, na *socialização familiar protetiva* vemos o surgimento de discursos que apontam para a qualificação por meio de cursos pagos com reconhecimento institucional. Porém, vale ressaltar que o acesso a tais cursos depende da ativação de recursos familiares, por vezes limitados, elemento que termina por dificultar a qualificação formal em algumas trajetórias. Por conseguinte, outros mecanismos podem ser utilizados, como o aprendizado laboral no próprio seio da família:

Mas alguns cursos profissionalizantes que tinha na comunidade eu sempre procurei fazer. E aí vai, teve recuperador predial, trabalhava com questão de construção civil, reparador de eletrodomésticos, arte-jardinagem [...] Aí tanto no curso básico quanto manutenção, softwares, essas coisas. Mas tomei cursos básicos também, nada aprofundado. E alguns cursos na área de gestão, elaboração de projetos, trabalho em equipe, grupos, essas coisas, foram alguns dos cursos que eu fiz, porque assim, sempre gostei de participar, e tá sempre presente quando tinha tempo.

(Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz)

Retomei pra estudar, e fui fazer o curso de cabeleireiro pra ter uma profissão [...] Aí aos meus 20 anos eu fui trabalhar num salão como manicure, e lá peguei gosto por fazer cabelo, e comecei a fazer o curso, com 22 anos já tinha meu próprio negócio [...] Pra fazer uma boa profissão... eu tenho que me dedicar ao máximo. Tanto nas atualizações da moda, tudo que tá vindo, e sempre cursos novos. Que as empresas a cada dia tão nascendo novos produtos, então eu procuro sempre tá renovando, melhorando, nesse sentido, e dar o melhor de mim.

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

Eu mesma aprendi vendo ela [mãe] costurar. Em casa, eu fiquei trabalhando em casa com minha mãe, fazendo facção. Que aí que eu fui exercer o cargo de costura, foi em casa costurando com ela [...] Fiquei uns dois anos trabalhando com ela assim, em casa, depois eu fui pra rua, trabalhar na rua. Foi que eu comecei a ficar fazendo bico, aí depois eu fui trabalhar em uma empresa, na Brasil Gás, fiquei um ano e pouco na Brasil Gás trabalhando de costura.

(Interlocutora 12, costureira, 30 anos, moradora de Plataforma)

Já o acúmulo limitado de capital econômico, submetido a projetos familiares duráveis, se desenrola através de trajetórias ocupacionais positivas, embora em empregos recorrentemente precários. Todavia, as práticas familiares na *socialização familiar protetiva* convergem para a consolidação de condições mínimas para o engajamento estável em determinadas ocupações. Isso se dá, principalmente, a partir da circulação de recursos

convertidos em investimentos voltados para a qualificação e para o incremento do “próprio negócio”. Outros elementos, como a atuação de membros da família no cuidado de crianças, terminam por servir como potencializadores da atuação dos indivíduos em diferentes profissões, possibilitando o cumprimento de longas jornadas de trabalho. E é justamente com base em jornadas exaustivas que se dá o limitado acúmulo de capital econômico, somando-se a isso o tempo gasto em grandes distâncias percorridas entre os locais de moradia e os postos de trabalho.

Além disso, as famílias almejam um planejamento econômico que possibilite o acesso a bens e serviços de maneira continuada, estando a renda voltada, em grande parte, para os impostos, consumo e serviços básicos. Como apontou a Interlocutora 12, para a garantia das demandas familiares, “eu que tenho que saber administrar [o salário]”, enquanto o Interlocutor 13 afirma que “a gente [ele, esposa e filhos], quando vai fazer uma coisa, a gente planeja”. Por outro lado, ganha espaço nas entrevistas a gestão de recursos voltados para investimentos pessoais e familiares. Segundo o Interlocutor 9, por exemplo, a maior parte do dinheiro ganho como barbeiro é direcionado para o local de trabalho, sendo possível, através do compartilhamento de encargos com seu pai e irmão, que ele permaneça “investindo mais aqui. No trabalho mesmo, para poder, que venha a ganhar mais”. A Interlocutora 10, de maneira semelhante, argumenta ser responsável pela poupança familiar, enquanto seu marido volta-se para as contas da casa. Como diz, “a gente guarda de uma certa forma, pra poder investir em nós”, orientando parte da renda familiar para a compra de terrenos e incremento do domicílio. Concluindo sua fala, afirma: “a gente tá dividindo as contas e sempre pensando no futuro. Pra amanhã, no futuro, nossos filhos terem alguma coisa, e enquanto estivermos vivos pra poder usufruir do suor do nosso rosto”. Os dados coadunam, pois, com a ampliação da temporalidade do planejamento familiar na *socialização familiar protetiva*, em contraste à *socialização familiar pela privação*, pautada no resolvimento de demandas emergenciais.

No que diz respeito às trajetórias ocupacionais, adensando a discussão relativa ao capital econômico, a esfera familiar é evocada como uma rede que possibilita o ingresso em postos de trabalho antes inacessíveis. Além da Interlocutora 11, que ilustrou este ponto através do contato de sua irmã com um sindicato, outro entrevistado, o Interlocutor 13, afirma que sua mudança do interior para Salvador se deu através da mediação de uma tia, que também subsidiou sua entrada no mercado de trabalho:

Esse rapaz, o zelador lá do prédio que minha tia trabalhava, o Monte Belo, ele conhecia aqui o pessoal, ele passou aqui perguntando se tava precisando de uma vaga, minha tia falou com ele, “arrumar um trabalho pra meu sobrinho”, ele chamava Carlos. “Seu Carlos, você arruma um trabalho aí pra meu sobrinho? Ele veio do interior, aí ta precisando trabalhar” [...] Aí quando chegou um dia, em 76, minha tia chegou lá, mandou uma carta primeiro, se eu queria vir pra Salvador trabalhar. Aí eu disse que queria. Com 13 anos. Aí ela foi me buscar e eu vim [...] Vim pra aqui com minha tia, vim morar com minha tia, aí ela pegou e arrumou esse trabalho aqui, eu vim aqui em 13 de novembro de 76, no dia 12 de dezembro de 76 eu entrei aqui. Com 13 anos e 2 meses [...] Vim trabalhar de zelador.

(Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã)

Prosseguindo com esta linha de pensamento, as falas convergem para a importância da “posse”, em seu sentido mais amplo, para a demarcação de fronteiras intergeracionais. Voltada para a capacidade de colher, mesmo que minimamente, os frutos do próprio trabalho, a evocação da propriedade aparece como significativa nas entrevistas. Entretanto, isto só se torna possível pelo direcionamento quase completo dos indivíduos em idade ativa ao mercado de trabalho. Como afirma a Interlocutora 11, a partir da necessidade do esforço exaustivo para manutenção do domicílio, “você não tem lazer, você não tem nada”.

Outros entrevistados demarcam a importância de usufruir dos rendimentos do trabalho, sendo este um elemento significativo para as auto-percepções de classe:

Não depender de trabalhar dos outros, ser minha própria patroa. Tanto que eu nunca tirei carteira de trabalho porque eu nunca desejei isso. Trabalhei uma vez só pros outros. Hoje tenho meu próprio negócio, graças ao Senhor Jesus. Porque eu queria ter uma vida diferente, poder proporcionar pros meus filhos o que eles não puderam proporcionar pra mim. Porque eles ajudaram os outros a enriquecer e não tiveram nada. E aí eu sempre desde a minha adolescência eu cheguei a essa visão, poder trabalhar pra mim, porque o suor que eu trabalhar vai ser pra mim. O fruto sou eu que vou colher o que eu plantar. Então eu trilhei esse caminho, e graças a Deus eu consegui.

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

Porque aí eu vim pra cidade grande, sabendo que quem contar alguma coisa diferente, tudo, na vida, tinha que vir pra cá crescer, né? Crescer na vida. E com o objetivo de ter primeiramente um teto, uma casa. Esse era meu sonho, sempre foi meu sonho. “Não, vou ter uma casa”. Que meu pai sempre morou em fazenda com o que é dos outros, sabe? Trabalhava pros outros, sempre morou no que é dos outros. Não era dele, ele tinha coisas, animais, mas a terra não era dele, trabalhava pros outros. Então eu achava aquilo ali, “meu pai trabalha, não é dele isso aqui?”. Sempre ele trabalhava, fazia uma roça dele, mas a terra não era dele. Ele era empregado daquilo ali, amanhã ele vai embora dali, não leva nada. Aí sempre eu olhava cá, “não, quando tiver, vou ter o que é meu”

(Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã)

Certamente, um dos principais aspectos que sintetiza o acesso à propriedade é o domicílio. Nesses casos, o incremento da moradia representa um investimento de longa duração, possibilitando a reforma da casa, a mudança do local de moradia e/ou a superação do aluguel. Nota-se que o domicílio é percebido como um local que condiciona o conforto familiar, da mesma forma que serve como um indicador de ascensão social visível para o ambiente externo. De maneira mais específica, na *socialização familiar protetiva* o acesso à moradia é evocado como o produto de uma disputa geracional ainda em curso, que ganha concretude por meio da inserção laboral relativamente estável do entrevistado ou de parentes próximos:

Pra quem morou em casa de taipa, de chão, e hoje ter uma laje, uma casa de bloco, totalmente diferente [...] De positivo velho, tem muita coisa né, como eu falei, o bairro hoje é um bairro que podemos dizer que consolidou [...] Mas acho que um dos fatores principais que mudou é isso, acho que as pessoas hoje se sentem mais seguras nesse quesito de que posso construir minha casa, investir o dinheiro nela para ter uma estrutura de moradia boa, e não vou correr o risco de vir aqui derrubarem, me jogarem pra fora da minha casa. Então assim, uma das coisas principais.

(Interlocutor 8, desempregado, 31 anos, morador do Bairro da Paz)

Porque eu cresci num barraco com meus pais. No início do meu relacionamento fui morar com minha sogra. E depois construímos a nossa casa. E assim, era dois cômodos pra se tornar em 4, cozinha era cozinha e quarto. E a sala era uma sala e quarto, e agora a gente tem nosso quarto independente, nossos filhos também, temos uma área de recepção. Então mudou muita coisa. [...] Porque é uma casa pequena, mas eu tenho tudo que eu quero, posso proporcionar conforto pros meus filhos [...] E assim, eu tenho que se as pessoas que viram eu passar necessidade aqui, de repente vê eu ter o meu carro, já tenho meu próprio negócio, tenho uma casa melhor, poder construir um patrimônio aqui pra mim vai ser gratificante, então eu não tenho necessidade de sair daqui não.

(Interlocutora 10, cabeleireira, 27 anos, moradora do Bairro da Paz)

E quando eu fui morar com minha esposa, não tinha casa, a gente foi morar de aluguel, mas com aquele objetivo, que a gente tinha que morar de aluguel, mas não é nosso, a gente vai comprar o que é da gente. Aí batalhando pra comprar aquilo. A gente comprou lá em Itapuã, construímos nossa casa, um quartinho, começou com um vãozinho de três metros por três, saímos do aluguel e fomos morar, daí fomos crescendo, hoje graças a Deus tenho uma casa de laje, um lazer pra minha família.

(Interlocutor 13, porteiro, 53 anos, morador de Itapuã)

Como foi possível apontar neste capítulo, embora em um sentido mais abrangente a *socialização familiar protetiva* represente a possibilidade de trajetórias positivas, a atuação da família em arcar com custos da reprodução social não fundamenta uma ampla mobilidade de classe, ao contrário do que uma perspectiva dita “familista” poderia vir a embasar.

Demarcando posições com acesso limitado às espécies de capital, o tipo em análise aponta para trajetórias também limitadas. Contudo, se anteriormente caracterizei a *socialização familiar protetiva* a partir da gestão de quantidades escassas de capitais, é preciso que se demarque o sentido desta escassez.

Distanciando-se da *socialização familiar pela privação*, neste tipo as demandas básicas estão asseguradas pela família, observando-se o atendimento de expectativas associadas ao amparo familiar. Tais expectativas estão vinculadas ao acesso a bens e serviços essenciais, a partir da garantia de segurança alimentar e do estabelecimento de suporte para o término dos estudos e para a inserção no mercado de trabalho. Não obstante, para além deste ponto, os recursos em circulação, ainda que complementados pelas práticas de entreatajuda, são limitados, obstruindo projetos mais ambiciosos de mobilidade social. Se por um lado o acesso a patamares mínimos de bem-estar emerge como algo já conquistado, o acúmulo das espécies de capital desponta como algo não garantido, ainda em jogo, submetido à mobilização de um conjunto de práticas familiares voltadas para sua efetivação.

Na *socialização familiar protetiva*, o suporte fornecido pela família, a partir da geração de renda, do acompanhamento das crianças e da proteção ao trabalho infantil, revela a escolaridade como objetivo central da reprodução familiar. Como vimos, em grande parte dos casos isto só é possível pela ativação de parentes localizados fora do domicílio, convergindo para a relevância da conformação de redes interpessoais centradas no território. Entretanto, embora a existência de redes amplie a capacidade do indivíduo de acessar recursos, postos de trabalho e serviços, as redes por si não garantem trajetórias positivas. Assim, tais redes de influência, que estão associadas à posse de capital social no sentido bourdieusiano, condicionam o alcance do suporte fornecido pela família.

Por fim, a dita socialização protetiva não parte de uma perspectiva sobre a família fundada em práticas consensuais, ou na conformação de uma comunidade doméstica garantidora de benesses irrestritas ao indivíduo. Afirmo, sobre esse assunto, que a atuação da esfera familiar se ancora na divisão sexual do trabalho, com manifesta sobrecarga da atuação feminina. Deve-se ter em mente, então, que a família se apresenta como um espaço de negociações e de conflitos, no qual a distribuição de poder se dá de maneira desigual entre seus membros.

5. SOCIALIZAÇÃO FAMILIAR PELA PROJEÇÃO INDIVIDUAL

Se nos dois tipos anteriores o principal ponto de inflexão foi o acesso (ou não) a bens e serviços básicos, tendo em vista a capacidade da rede de parentesco em prover suporte às trajetórias, na *socialização familiar pela projeção individual* outros elementos ganham relevância. Em síntese, este tipo é definido por um repertório familiar que institui o indivíduo como um ente passível de investimento contínuo, com demandas que extrapolam as necessidades genéricas do grupo.

Pode-se dizer que a referida “projeção” apresenta duas dimensões conectadas: uma valorativa, que traz consigo a centralidade do indivíduo na organização de um ideal de família; e uma operativa, no domínio prático, que condiz com a mobilização e direcionamento constante de recursos. Nesse contexto, o investimento, assim como o seu sucesso, quando o indivíduo corresponde às expectativas que lhe são atribuídas, emerge como uma conquista familiar, vinculada a um legado intergeracional. O principal componente deste legado consiste na oportunidade de acesso perene ao capital cultural, concretizada a partir da participação em instituições formalmente reconhecidas. Para tratar destes fatores, iniciarei a abordagem empírica por três trajetórias distintas, aproximadas em uma discussão posterior.

A Interlocutora 21 lembra ter passado parte da infância em Peri Peri, onde “estudava em uma escola de bairro, pequena, próxima de casa”. Nesse período, seus pais, uma assistente da Telebahia e um eletricitista do Polo Petroquímico, “tinham um padrão de vida consideravelmente bom, tinham carro, apartamento financiado, tal, eu estudava em escola particular [...] não tinha luxo, não fazia viagem, mas tinha um padrão de vida razoável”. Em 1993, os pais optam por abandonar seus respectivos empregos, dando início a uma pequena empresa, embora tal empreitada tenha levado à piora das condições financeiras. Com a instabilidade de rendimentos, seus pais decidem não contratar mais empregadas domésticas, cabendo à mãe a alternância entre o cuidado com as crianças e o trabalho na empresa familiar. Entretanto, a despeito das oscilações financeiras, a Interlocutora 21 contou com a matrícula em escolas privadas até o Ensino Médio, período no qual passou a estudar no Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Da mesma forma, a entrevistada evoca que os pais “incentivavam bastante” sua trajetória escolar, tanto pelo investimento material quanto pelo acompanhamento cotidiano.

No fim do terceiro ano do Ensino Médio, a entrevistada ganhou uma bolsa de

intercâmbio para a Islândia, ainda que o custeio com as despesas pessoais estivesse acima das possibilidades familiares. Isso levou a Interlocutora 21 a buscar o apoio de empresas parceiras da escola, complementando a arrecadação com um prêmio advindo de um concurso de redação financiado pela Controladoria Geral da União (CGU). Segundo a entrevistada, este concurso foi determinante para sua escolha profissional, fazendo com que prestasse, após o retorno ao Brasil, vestibular para jornalismo. Ingressando na Universidade Federal da Bahia (UFBA) após uma breve passagem na Universidade Jorge Amado (Unijorge), a Interlocutora 21 afirma ter se dedicado a estágios profissionais em sua graduação, experiência sucedida por um trabalho como *freelancer* em uma revista. Vale notar que o acesso ao Ensino Superior é entendido como algo relativamente novo em sua família, já que “as irmãs da minha mãe, nenhuma fez faculdade, então as sobrinhas, eu sou a segunda a terceira a ter um nível superior. Então acho que é uma ascensão”.

Mais recentemente, a Interlocutora 21 foi contratada pelo Jornal A Tarde, o que permitiu um maior equilíbrio das despesas domiciliares. Residindo com a mãe, hoje aposentada, no bairro de Vila Laura, a entrevistada sintetiza assim sua biografia: “eu [me] vejo como alguém que se superou, que superou alguns limites sociais, econômicos, e que chegou além do que provavelmente a maior parte das pessoas chegaram [...] Então é continuar crescendo”. Este crescimento, notadamente, está vinculado ao acúmulo de capital cultural, especialmente a partir de uma pós-graduação em andamento na Faculdade Getúlio Vargas (FGV), direcionada para uma mudança de área profissional²⁵.

Já a Interlocutora 14, filha de uma empregada doméstica e um agricultor e ex-militar, nos descreve sua infância na zona rural de Irará, pequena cidade do interior baiano, local no qual residia com seus pais e 14 irmãos. Devido à inexistência de escola próxima, o pai da entrevistada decidiu alugar uma moradia na área urbana, na qual todos os filhos, cuidados por uma babá, passaram a residir durante os dias letivos. Contudo, após um certo tempo, seus pais optaram pelo aluguel da casa, revertendo o dinheiro em uma *kombi* utilizada como uma espécie de transporte escolar familiar. Assim, mesmo levando em conta as dificuldades cotidianas, “abaixo de Deus e acima dos homens, [o pai] conseguiu colocar os 14 filhos, dar a educação toda necessária que precisamos, todos estudaram”. Inicialmente matriculada na educação pública, e ingressando posteriormente em escolas privadas, a entrevistada lembra ter

25 A entrevista foi desenvolvida durante uma crise financeira no Jornal A Tarde, acarretando na eminência da demissão de 20% do quadro profissional. Somado a isso, a entrevistada enxerga o jornalismo como uma carreira instável e com rendimentos insuficientes, o que a levou a iniciar uma transição para a área de administração de empresas.

experimentado um importante acompanhamento dos pais em sua trajetória escolar. Em seguida, aponta o ingresso no curso de pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS):

Porque o meu sonho era ser professora, entendeu? Aí eu achava bonito, ingressei na carreira [nesse momento, o filho dela passa pelo local e fala "eu vou ser professor também"]. Ele também vai ser professor. Minha família praticamente, minha família é todo mundo professor. Minha irmã mais velha, minha outra irmã que veio depois. Quase todo mundo é professor. Até a outra que se formou agora, se formou em geografia, professora também. Todo mundo professor, até ele agora, que é meu filho, tá fazendo biologia, né?

(Interlocutora 14, comerciante, 57 anos, moradora da Mouraria)

Após a obtenção do diploma, a Interlocutora 14 passou a trabalhar como professora estadual em Salvador, cidade na qual, após mais de uma década na carreira docente, resolveu iniciar uma loja de roupas na Barroquinha. O motivo, na ótica da entrevistada, foi seu desejo de atuar como autônoma, pois “eu não queria mais trabalhar pra ninguém”. Atualmente, mesmo passando por problemas financeiros, ocasionados pelo declínio das vendas, é “aqui que a gente bota a comida dentro de casa, que paga o colégio de meu filho, que paga o aluguel”. Como observado, o estudo de seu filho desponta como objetivo central da organização familiar, já que ele, embora usufrua de bolsa parcial no curso de biologia da Universidade Católica do Salvador (UCSal), depende fundamentalmente do suporte econômico dos pais, devido ao pagamento da mensalidade (que equivale a cerca de um terço da renda familiar), ao deslocamento (alternando transporte público e o uso de um carro) e à necessidade de dedicação completa aos estudos (reduzindo a quantidade de membros empregados na unidade doméstica). As recorrentes dificuldades financeiras tornaram imperiosa a ajuda de parentes próximos, pelos quais se “eu precisar de alguma coisa, minha família me dá alguma coisa. A família dele [marido], as irmãs dele ajuda, com mil, dois mil, e aí vai levando”.

Finalmente, o Interlocutor 15 sustenta ter vivenciado uma infância bastante estável. Como diz, “fui uma criança que tive todas as minhas vontades. Foi bem, tudo que eu queria eu tinha [...] dava pra suprir as necessidades que a gente tinha dentro de casa”. Nascido em Esplanada, onde “sempre estudei onde eu queria”, o entrevistado afirma ter trilhado toda a escolaridade em estabelecimentos privados, desde o Ensino Primário até a matrícula em cursos técnicos. Tais cursos, que abarcaram um leque bastante amplo de mercado, foram pagos por sua família ainda na fase da adolescência. Há alguns anos, o Interlocutor 15 se

mudou para Salvador, com o objetivo de ingressar no curso de enfermagem da Faculdade Universo, compartilhando uma casa junto a outros estudantes no bairro de São Lázaro. Para o entrevistado, a mudança para a capital foi possibilitada pelo envio de dinheiro mensal por sua mãe, que trabalha como recepcionista e possui acesso, devido ao falecimento de seu pai, a recursos estatais como pensionista. Além disso, é nítido nas suas falas um pensamento prospectivo que associa o acúmulo de capital cultural à ascensão socioeconômica:

Primeiro é terminar meus estudos, me formar, fazer uma especialização, conseguir um emprego melhor na minha área, né? E aí correr em busca dos meus objetivos, uma casa, um carro, e ter uma vida mais estável [...] A gente tenta trabalhando, estudando, buscando uma melhora né, pra ter sempre uma melhora, independente que a infância tenha sido boa ou ruim, mas a gente busca sempre uma melhora, então é isso que eu tô em busca aqui.

(Interlocutor 15, enfermeiro, 24 anos, morador de São Lázaro)

Embora tenham apresentado diferenças substanciais em suas trajetórias, compondo a diversidade interna do tipo, os três interlocutores tocam em um ponto de grande importância. As narrativas convergem, de maneira especial, para a evocação da família como uma esfera que projeta o indivíduo para além das características originárias da unidade doméstica. Se na *socialização familiar protetiva* vimos a garantia de demandas básicas, a partir da gestão de quantidades escassas de capitais, que possibilitavam certas trajetórias positivas de trabalho e escolaridade, a *socialização familiar pela projeção individual* está ajustada a planos mais amplos de mobilidade social. No bojo desse processo, as narrativas revelam a elaboração do indivíduo como alguém a ser continuamente investido e acompanhado pela rede familiar, como um ponto que congrega, efetivamente, a circulação constante de recursos.

Como é possível notar nas falas seguintes, os ciclos de escolaridade e qualificação são utilizados como marcadores temporais, através dos quais os indivíduos significam momentos distintos de participação na esfera familiar. De maneira complementar, tal participação está fundada em um investimento pessoal a médio e longo prazo, direcionado sobretudo para uma constante tutela do indivíduo:

Minha aposentadoria daqui a dois anos, três anos, no máximo. Então esse marco é de minha filha tá ingressando no primeiro ano de faculdade, entendeu? Então é eu me aposentando e eu jogando minha filha dentro de uma faculdade, né? Ela entrando com o pé na faculdade, já com um ano de faculdade, sabendo o que ela quer, disputando o que ela quer, e estudando pra ela caminhar com as pernas dela. Ela viver com as pernas dela, pra ela procurar melhora, pra ela viajar, pra ela fazer, sabe? Sei lá, o que é que você pensa em ter na vida com uma

formatura que você tem. Não é isso? Então, é o que eu espero que minha filha faça, né? Eu tô dando uma oportunidade, se ela vai fazer eu não sei. Porque eu espero, o que eu realmente almejo pra ela é isso. Ela caminhar e realmente caminhar a passos largos, e a vida dela né, ela ter um desempenho financeiro bom né, pra que ela possa ter uma vida boa, uma vida de conforto, uma vida, sei lá [...] Dentro do que ela realmente vai procurar.

(Interlocutor 20, marceneiro e funcionário público, 54 anos, morador do Rio Vermelho)

Gostava. Sempre gostei de ir pro colégio, quando você vai ficando mais adolescente vai ficando com aquela preguiça de estudar e tal, os desleixos, mas sempre ouvia ali minha tia, que sempre tem que estudar, porque se você não estudar você não vai pra lugar nenhum, então sempre mostrava sempre o meu melhor, porque querendo ou não tinha que fazer aquilo. Não podia largar de mão. Tinha que concluir o ensino médio e procurar fazer faculdade e tudo mais [...] Meu ensino médio foi ensino médio com curso técnico, fiz ensino médio com curso técnico. Aí peguei, fiz, em vez de fazer primeiro, segundo e terceiro ano fiz o quarto ano, um ano a mais pelo fato de ser curso técnico [...] Sempre melhorar, meus projetos sempre vai ser em escada, eu procurei sempre fazer minha habilitação, já conclui, e agora vou fazer faculdade.

(Interlocutor 16, lojista, 23 anos, morador do Engenho Velho de Brotas)

Tô pagando pra ter um diploma a mais, um nível, de certificado de pós-graduação, especialização, que pode me dar um salário melhor [...] Uma alternativa poderia ser fazer mestrado, mas eu não me vejo estudando pra ser professora. E não dá pra ser só pesquisador no Brasil, então você tem que ser professor. Então eu não me vejo nesses círculos de poder, da academia né. Então por isso que eu optei por uma pós-graduação [administração na Faculdade Getúlio Vargas], eu tô aplicando pra mestrado fora do Brasil, no Reino Unido, mais por ser uma coisa mais prática até, pra não ficar na academia, não sei se eu passo, se eu ganho a bolsa.

(Interlocutora 21, jornalista, 28 anos, moradora de Vila Laura)

Estes elementos também são apontados pela Interlocutora 18, costureira e moradora do bairro de São Lázaro, que descreve o papel da rede familiar em situações de exclusão laboral. Ao falar deste assunto, a entrevistada realça uma contínua “assistência aos meus filhos”, algo que permanece nos tempos atuais, já chegada a idade adulta. Com recursos advindos do trabalho e de uma pensão, fruto da situação de viuvez, a Interlocutora 18 afirma se deparar com a sobrecarga pelo sustento da família, posto que parte de seus filhos, mesmo após o diploma superior, encontraram obstáculos para a entrada no mercado de trabalho. Nesses casos, a conduta adotada, em detrimento da procura por empregos aleatórios, se dá através da garantia de qualificação, acarretando no acúmulo de mais de uma graduação por alguns de seus filhos.

Seguindo esse raciocínio, a realização pessoal emerge como o grande mote da organização familiar, na qual ganha espaço, por meio de uma forte demarcação geracional, a

importância conferida ao desejo e à singularidade no período juvenil. Assim, a atuação dos parentes, pautada no atendimento das expectativas dos componentes da rede familiar, assume como principal ponto de referência os indivíduos em formação escolar. Como nos diz o Interlocutor 20, marceneiro/funcionário público e morador do Rio Vermelho, “a diferença [em relação à sua infância] é que minha filha não pensa em nada hoje [...] de ganhar pra se sustentar pra pagar alguma coisa. Só escola”. Complementando seu pensamento, o entrevistado aponta: “aí todo dia, eu digo a ela: 'rapaz, o seu trabalho é escola. O meu trabalho é pagar sua escola. A minha responsabilidade é lhe garantir a sua escola' [...] na escola tem inglês, tem espanhol, tudo que aparece o pai banca”. De maneira semelhante, a Interlocutora 22, que reside no Campo Grande e trabalha como comerciante e empresária, afirma que seus pais eram “rigorosos” com os estudos, supervisionando o desenvolvimento escolar no dia a dia. Nativa de Ilhéus, a Interlocutora 22 se mudou para a capital baiana com 16 anos, objetivando a conclusão do Ensino Médio “num dos melhores colégios” de Salvador. Durante esse tempo, “minha mãe ficava 15 dias aqui, 15 dias lá”, contando com uma empregada doméstica para cuidar dos filhos. Após ingressar no curso de secretariado da UFBA, a entrevistada, na época com 19 anos, passa a trabalhar na empresa de um primo.

Como as falas evidenciam, a efetivação dos projetos individuais depende dos recursos familiares disponíveis, possibilitando uma relativa neutralização das necessidades distributivas. De maneira análoga, o cuidado e acompanhamento cotidianos edificam contextos nos quais a persecução de capital cultural é percebida como um repertório válido de dedicação pessoal, finalidade que define, de maneira parcial, a vida familiar. Sob esse repertório, o indivíduo é apresentado como um componente que necessita ser continuamente protegido das demandas domésticas mais imediatas.

Portanto, na *socialização familiar pela projeção individual* o trabalho está vinculado à satisfação e à melhoria das condições laborais, processo definido por quatro elementos: a qualificação, com base na progressão da trajetória educativa e em cursos correlatos; os investimentos familiares, levando em conta a relevância de cursos privados para a formação pessoal, a partir da escola, de cursos técnicos e de universidades; a ativação de uma rede de contatos relativamente difusa, que congrega parentes e participantes de outras esferas de sociabilidade; e a busca pela realização pessoal, em decorrência do amortecimento das pressões por provisão doméstica:

Eu cheguei a fazer um curso só em uma rede privada, que tem, Microlins, essas

redes assim, cheguei a fazer um curso básico de informática, só, e cheguei a fazer também um concurso de mecânico montador, fiz o concurso, quem passasse no concurso teria direito a fazer um curso de mecânico montador com ajuda de custo. Aí fiz, passei no concurso, acabei fazendo esse curso, só que acabei não ingressando porque não era isso que eu queria [...] O emprego que eu tive primeiro foi em rua, foi em *lan house*, foi em loja, aí eu participei de uma entrevista, fui trabalhar em um shopping no Uruguai [bairro soteropolitano], aí depois trabalhei numa loja daqui da Pituba mesmo, Nutrimaster, depois passei pra aqui. Tô aqui há 4 meses [...] Não, foi indicação mesmo, por ser colega de um tio meu que tinha aberto a *lan house*, sempre eu mexia muito com computador, esse negócio de formatação e tal, gostava muito, aí ele me indicou [...] [no atual emprego] Aqui foi indicação, também [...] você vai arranjando empregos melhores, com carteira assinada, você vai ganhando melhor.

(Interlocutor 16, lojista, 23 anos, morador de Engenho Velho de Brotas)

Eu fiz alguns cursos na minha adolescência. Fiz o curso de técnico de enfermagem, foi na minha adolescência. Fiz cursos de... vários cursos [...] Trabalho. Sou técnico de enfermagem. Já trabalho na área [...] Eu comecei a trabalhar numa empresa de combustíveis, como eu já era gestor empresarial, aí eu consegui um trabalho como gestor financeiro. Aí fiquei 2 anos e meio nessa empresa. E de lá que eu fui trabalhar no hospital. Eu fui indicado através de uma amiga. Era uma das gestoras de um setor e aí me indicou também [...] [sobre os próximos planos] Primeiro é terminar meus estudos, me formar, fazer uma especialização, conseguir um emprego melhor na minha área, né? E aí correr em busca dos meus objetivos, uma casa, um carro, e ter uma vida mais estável.

(Interlocutor 15, técnico de enfermagem, 24 anos, morador de São Lázaro)

Foi assim, uma oportunidade. Meu primo era dono de uma corretora, aqui em Salvador, a Casa Forte, e aí eu queria que queria trabalhar, comecei a trabalhar com 17 anos, 18. E sei lá, me encantei na época pelo secretariado. Era coisa da moda. Terminei fazendo secretariado [...] Não, 17 não, desculpe, 19 anos. 19. Eu adorava viajar, então eu queria ter mais dinheiro pra poder viajar, entendeu? [...] eu comecei como recepcionista aí fui... aí comecei a entrar na faculdade, tudo, fui subindo de posto, aí fui secretária do diretor, até ser secretária do diretor [...] Depois fui pro Polo Petroquímico, trabalhei na Cobaf 18 anos. Aí depois saí, aí montei coisa pra mim, montei uma empresa de transporte escolar, de turismo, até hoje tenho, e pra não ficar parada, que eu não quero mais dirigir, aí eu aluguei aqui [ponto de comércio] [...] [porque decidi montar a empresa de transporte escolar] Também foi oportunidades, entendeu? Uma família amiga minha abriu um grande colégio aqui em Salvador, o colégio Diplomata, que já fechou né, agora é Villa Lobos. E surgiu a oportunidade

(Interlocutora 22, comerciante e empresária, 66 anos, moradora do Campo Grande)

Adensando a discussão sobre o capital econômico, o consumo familiar neste tipo parte do resolvimento das necessidades básicas, o que coloca a segurança alimentar em uma posição de segundo plano nas narrativas²⁶. Isso porque os indivíduos, ao falarem sobre o consumo familiar, tendem a apresentar os elementos entendidos como dependentes da

26 Isso não quer dizer que os gastos com alimentação não consumam parte considerável da renda familiar, mas sim que a segurança alimentar é algo percebido como resolvido na família dos entrevistados, tanto nos dias atuais quanto em gerações passadas (enquanto que na *socialização familiar protetiva* a superação da insegurança alimentar desponta como elemento importante em algumas narrativas sobre a infância).

alocação de recursos, em contraponto às demandas essenciais, que não variam sua garantia a partir de possíveis oscilações. Por seu turno, outros elementos, como as decisões por prioridades de gastos e o atraso de pagamentos, emergem como importantes indicadores financeiros. Outrossim, vale lembrar o papel conferido às demandas educacionais nas despesas das famílias:

Rapaz, a prioridade nossa, hoje ainda é educação de minha filha. A prioridade da gente é educação de minha filha [...] A gente guarda mesmo em casa, sabe, a gente tem tudo que a gente pode, a gente tem uma televisão boa, a gente tem... minha filha precisa de alguma coisa, tem o notebook dela, tem televisão dela, nós temos, sabe? Tem televisão no meu quarto, ela tem no dela, minha mãe tem no dela. Então a gente tem as coisas que a gente tem necessidade, a gente tem uma geladeira farta, a gente tem uma escola boa, a gente se veste bem [...]

(Interlocutor 20, marceneiro e funcionário público, 54 anos, morador do Rio Vermelho)

Tipo assim, meus pais não fizeram faculdade desde cedo, que assim, tinha as faculdades à distância lá próximo [Nova Sore], mas assim, tinha um custo, não era na cidade, mas você precisava viajar pra cidade vizinha, uma vez na semana pelo menos [...] Aí a gente acabou estudando em colégio particular, a gente participava dos eventos na escola que geravam certo custo, por ser uma escola particular. Então assim, eles sempre fizeram esse investimento pra não privar a gente de nada

(Interlocutor 17, desempregado, 25 anos, morador de Patamares)

Aí depois que meu pai saiu, os dois saíram na verdade [o pai e a mãe do antigo emprego], aí montaram uma empresa, que no princípio deu, tinha uns bons contratos, mas depois, muito por questão de gestão mesmo, foi piorando. E a situação financeira da gente, a gente saiu de Peri Peri pra morar na cidade baixa, morar de aluguel. E aí era sempre trocando de apartamento, ficava devendo, tal, atrasando escola também.

(Interlocutora 21, jornalista, 28 anos, moradora de Vila Laura)

Todavia, os investimentos familiares neste tipo são implementados em contextos marcados por incertezas e constantes mudanças de percurso. Direcionados para oportunidades de mobilidade social, estes investimentos se assemelham a “apostas”, sem a garantia dos resultados esperados.

Como caso ilustrativo, o Interlocutor 17 relata ter vivenciado condições razoáveis durante a adolescência em Nova Sore, ainda que se lembre de uma “fase apertada da família” no período do Ensino Médio, traduzida por uma passagem pela escola pública. Com o objetivo de fazer um cursinho pré-vestibular, o entrevistado se mudou para Salvador logo após completar o terceiro ano, residindo com uma tia no bairro do Imbuí. Importante notar que em toda a sua trajetória o dispêndio com escolarização despontou como uma prioridade familiar, exigindo o manejo dos gastos e captando a maior parte dos recursos domésticos.

Como diz, “eles [os pais, que são professores do Estado] não investiram neles, investiram em mim e em minha irmã”.

No ano seguinte, o Interlocutor 17, desfrutando de benefício pelo Prouni, ingressou na graduação de engenharia mecânica da Universidade Salvador (Unifacs), embora tenha logrado posteriormente uma transferência para o curso de engenharia civil. Já no final da graduação, através do contato de uma amiga, iniciou um trabalho como cadista em uma empresa de Camaçari. Este emprego permitiu a divisão de encargos com seus pais, bem como o aluguel de um domicílio, no qual o entrevistado passou a morar com a irmã, recém-chegada a Salvador e estudante de enfermagem.

Nos dias atuais, o entrevistado participa de uma pós-graduação na IPOG (Instituto de Pós-Graduação e Graduação) e cursa sua segunda graduação no bacharelado tecnológico da UFBA. Contudo, relata uma recente deterioração financeira ocasionada pelo fim do contrato de trabalho, restando ao Interlocutor 17 a participação em um estágio remunerado e o acesso ao seguro-desemprego. Com o alto custo de vida na capital, suas despesas tornaram o cotidiano em Salvador pouco rentável, gerando dois planejamentos possíveis, “um planejamento do positivo e [um] do negativo”:

Do positivo, continuar tudo como está, no máximo mudar do apartamento que eu descobri que é poente [...] No máximo eu vou mudar pra um nascente, no mesmo condomínio ou em outro bairro. Ou voltar pro Imbuí, porque tem infraestrutura melhor assim, supermercado, farmácia próximo. Mas na mesma linha de valor, na mesma linha, 2 quartos, uma infraestrutura... e caso não aconteça isso, eu pretendo voltar pro interior. Não dá pra ficar num apartamento que é realmente caro pra quem tá desempregado, atualmente eu ainda consigo manter isso, a minha parte da divisão dos gastos entre meus pais porque eu tô com seguro-desemprego. Mas em abril ele acaba, em abril é mil e cem reais a menos. E aí eu só vou ficar com a bolsa. Com a bolsa de 600 reais eu não vou conseguir manter aluguel e manter os gastos que a gente acaba tendo, com transporte pra vir pra UFBA, com alimentação.

(Interlocutor 17, desempregado, 25 anos, morador de Patamares)

As falas evidenciam que o suporte familiar, apesar de fundante para a narrativa, possui uma extensão circunscrita. Em geral, o retorno esperado dos investimentos está associado à tentativa de superação das condições familiares originárias, processo mais visível no início da vida adulta, no qual são construídos os alicerces para a independência individual. Entretanto, a restrição dos recursos familiares estabelece certos limites para a referida “projeção”, representados neste último caso pelo condicionamento do planejamento individual à imediata inserção no mundo do trabalho. Buscando lidar com esse revés, o

entrevistado está “distribuindo currículo em obra, porta a porta, mandando por *e-mail*, pra sindicato, tudo que você pensar eu tô tentando”.

Aprofundando este tema em particular, a trajetória do Interlocutor 19 me serve para percorrer alguns pontos já tratados, além de apontar a inexistência de vinculação direta entre a *socialização familiar pela projeção individual* e a efetivação de uma mobilidade social ascendente. Isso porque as incertezas do mercado de trabalho, em sua completude, escapam do alcance dos investimentos familiares.

Residindo no bairro de Brotas com sua esposa e dois filhos, o entrevistado atualmente “está taxista”, como gosta de enfatizar. Nascido em Salvador, o Interlocutor 19 passou a morar no interior ainda durante seu segundo ano de vida, em decorrência da transferência de seu pai, um gerente de supermercados, para Alagoinhas. Segundo o entrevistado, “eu tive a sorte de ter uma infância maravilhosa, porque assim, foi a época em que meu pai tinha o melhor poder aquisitivo”, fator que lhe proporcionou “uma vida normal [...] morava bem, num bairro bom e tudo mais”. Apesar de se lembrar de “altos e baixos” na vida financeira, “coisas normais de quem é assalariado”, o interlocutor descreve este período como de grande estabilidade material, o que era contraposto à baixa presença do pai no ambiente doméstico. Cabia à sua mãe o cuidado da casa e o acompanhamento diário, o que lhe rendia uma imagem de maior rigidez, principalmente no que diz respeito aos assuntos escolares. E ainda, manifestando a boa situação financeira, sua família contava com o trabalho de empregadas domésticas, o que terminava por desobrigar o entrevistado das tarefas cotidianas.

O Interlocutor 19 lembra ter estudado em três escolas públicas, já “que naquela época ainda prestava”. Nesse período, dois irmãos se mudaram para Salvador, contando com o auxílio familiar para “concluir o segundo grau, fazer o vestibular, essas coisas todas”. Ao completar dez anos, o entrevistado, juntamente à sua família, necessitou retornar à capital, devido a uma nova transferência de trabalho do pai. A partir daí, o Interlocutor 19 ingressa no mundo da música, aprendendo percussão como autodidata e passando a tocar em bares e restaurantes soteropolitanos. Mesmo que tal empreitada tenha propiciado bons rendimentos, o sustento da casa era despendido somente por seus pais (sua mãe iniciara recentemente um empreendimento como esteticista), possibilitando ao entrevistado “curtir a adolescência”. Fechando esse ciclo, a mãe do interlocutor, quando este possuía dezoito anos, faleceu em um acidente de carro, acontecimento sucedido pelo seu abandono dos estudos. Contudo, tal

decisão é percebida como uma consequência natural da dedicação à música, sem conexão direta com a tragédia familiar.

Se até o início da vida adulta o Interlocutor 19 se via dispensado de contribuir financeiramente com os gastos familiares, a partir dos vinte e dois anos começou a “custear minha vida [...] meu pai já não me bancava, a gente dividia as despesas de casa”, porque “a situação de meu pai já não estava tão boa assim”. Após trabalhar com a música durante longos anos, sendo esta sua única fonte de renda, o entrevistado decidiu voltar aos estudos após o casamento:

[...] ela [a esposa] me convenceu a voltar a estudar, disse “bicho, volte a estudar, conclua o seu segundo grau, até porque agora você vai ser pai, de repente a música tem altos e baixos, você precisa outra renda e de repente se você não tiver segundo grau vai ficar difícil”. Aí eu, “vou voltar”, ela sempre estudou e trabalhou. E aí voltei a estudar, conclui meu segundo grau e um amigo meu fez, “bicho, porque você não faz um curso técnico” [...] Aí, “rapaz, faça o curso técnico, eu tô fazendo” [...] E ele aí falou “faça lá na Emba, tal, não sei o que”, aí eu disse “tá, vou fazer, vou fazer o esforço, tal”. Era caro, mas eu disse “vou meter a cara”. Aí fui, fiz, conclui o curso [de segurança do trabalho], 6 meses depois tava trabalhando na Petrobras. Aí comecei, consegui minha primeira oportunidade numa empresa da Petrobras.

(Interlocutor 19, taxista, 46 anos, morador de Brotas)

Com o término do vínculo empregatício, o Interlocutor 19 foi contratado pela empresa Andrade Mendonça, passando a atuar em obras no Aeroporto de Viracopos, localizado em Campinas (SP). Como conta, a empresa subsidiava passagens de ida e volta a cada quarenta e cinco dias, enquanto que o entrevistado arcava com outras a cada vinte e cinco, evitando um lapso de tempo maior distante da família. Por sua vez, a esposa, orientada para o cuidado dos filhos em Salvador, necessitou se afastar do mercado de trabalho, divisão familiar laboral que ainda se mantém nos dias atuais: embora o entrevistado evoque constantemente o direcionamento da família para a educação dos filhos, a partir da educação privada, de diálogos no ambiente doméstico e do acompanhamento dos estudos, a figura materna desponta como principal vetor de efetivação.

Depois de nove meses, após desaquecimento das obras, o Interlocutor 19 foi demitido, retornando a Salvador em um momento que coincidiu com “o estouro dessa Lava Jato, dessa história toda, e parou a construção civil”. Procurando novas oportunidades como técnico de segurança do trabalho, o entrevistado foi “buscando, ligando e mandando currículo, e me inscrevendo em tudo quanto era site e tal [...] Mas foi, não consegui voltar, e meu

dinheiro foi acabando, dinheiro que eu tinha pra poder me manter”. Nesse contexto emergencial, o Interlocutor 19 recebeu a proposta de alugar o táxi de um amigo, trabalhando de terça a domingo e repassando semanalmente um valor acordado. Como conclui, “pelo menos eu não fico desempregado totalmente, e tem que ter uma renda, tenho filhos, não posso pensar em mim, tenho que pensar agora no coletivo. Aí eu peguei o táxi pra trabalhar, tô aí na batalha”. Porém, o novo emprego acarretou em um conjunto de conflitos pessoais, visto que a profissão de taxista é apresentada como distante de sua auto-percepção de classe. Assim, o Interlocutor 19, que relata fugir da “característica cultural” dos seus colegas de trabalho, afirmou não se “sentir” taxista, pois estes são “de qualquer lugar”, provenientes de “família humilde” e não possuem qualificação.

Nos dias atuais, a educação cotidiana fornecida por sua família, abarcando o acompanhamento dos filhos e a disponibilização de oportunidades educativas e profissionais, pode ser sintetizada em dois polos. O primeiro funda-se em uma educação institucional ancorada na escola (seu filho, por exemplo, faz o Ensino Médio no mesmo local onde realizou seu curso técnico, a Escola de Engenharia da Bahia – Emba), enquanto que o segundo advém de uma educação “interpessoal”, que “quem tem que dar é a família”, a partir do ensino de valores e da assistência ao aprendizado. Embora a conjuntura financeira atual, ilustrada pelo atraso da mensalidade escolar, dificulte a efetivação deste modelo, as falas apontam para a paulatina concretização de um ideal de família.

Nessa e em outras narrativas, é possível verificar uma linha de continuidade e complementaridade entre a família e a escola, a partir de uma elaboração etapista da trajetória biográfica. Esta se estabelece, principalmente, por meio de sentidos diferencialmente atribuídos à infância, à adolescência e à vida adulta. Portanto, os Interlocutores 15, 19 e 21 descrevem a infância como um período lúdico, desprovido de maiores obrigações, enquanto que a adolescência estaria vinculada à busca pela autonomia e autenticidade. O Interlocutor 16, de maneira semelhante, associa a infância, vivida com o pai e tios em um domicílio no Engenho Velho de Brotas, a um período de brincadeiras, distante das preocupações financeiras da unidade doméstica. Já na adolescência, “eu comecei a ser mais responsável, a maturidade vai aumentando, vai emprego envolvendo, relacionamento e tudo. Aí vai entrando dinheiro, você tem que começar a ter responsabilidade mais, comprar suas coisas”. As duas épocas foram marcadas pela participação de parentes na supervisão escolar, bem como na mediação da inserção laboral, tendo em vista o pertencimento a uma rede extensa que partia

do domicílio.

Em seguida, o entrevistado rememora o acompanhamento cotidiano dado a cabo por suas tias, já que seu pai, absorvido pelas obrigações do trabalho, “viajava muito, então não tinha esse tempo pra estar acompanhando”. Trabalhando atualmente em uma loja de suplementos alimentares no bairro da Pituba, o Interlocutor 16 destaca contribuir com as despesas do domicílio, algo visto como necessário, devido à situação de desemprego experimentada por alguns de seus parentes. Por fim, descrevendo sua biografia com base na dedicação à escola e ao trabalho, e seguindo um fluxo escola – cursos técnicos – trabalho – faculdade, o Interlocutor 16 ressalta: “o papel da minha família pra subir degraus é o incentivo, a palavra é incentivo, sempre está ali me apoiando, sempre está dando dicas, sempre está dando conselhos, então família na verdade é pra isso né?”.

No que diz respeito à vida adulta, se neste período o indivíduo também é passível de tutela pela família, a composição de um novo arranjo termina por redefinir seus compromissos. Ou seja, mais do que reportados mecanicamente à faixa etária, os sentidos sobre a adultez estão ajustados aos diferentes papéis assumidos pelo indivíduo na esfera familiar. Estes elementos foram percebidos nas falas dos Interlocutores 14, 18 e 20, que destacam a importância, após o relacionamento conjugal, da assunção pessoal de atividades de provisão e cuidado. Nesse âmbito, a divisão sexual do trabalho, tratada de maneira transversal em todas as narrativas, emerge como um importante tema para análise.

Contribuindo para a compreensão deste assunto, a Interlocutora 14 conta que na sua família “minha mãe cuidava da gente dentro de casa, que os homens iam pra roça, mas as mulheres ficavam em casa. Quem cuidava da gente era minha mãe, e tinha uma pessoa também que trabalhava pra minha mãe”. Reproduzindo tal padrão familiar, hoje em dia a entrevistada lamenta viver uma sobrecarga na dimensão do trabalho doméstico, uma vez que em casa “lavo, passo, cozinho, trabalho, faço tudo. Faço geladinho, tudo sou eu, eles [marido e filho] não fazem nada”. Ao ser perguntada sobre a organização do ponto de comércio, uma loja de roupas localizada na Barroquinha, argumenta a existência do compartilhamento igualitário de tarefas com o cônjuge. No entanto, ao ser demandada a fazer uma espécie de livre associação de palavras, afirmou que “aqui eu sou caixa, eu sou vendedora, eu sou cozinheira, eu sou faxineira, eu sou lavadeira de banheiro, eu sou clientela, eu sou de tudo um pouco”. Enquanto isso, seu marido “aqui é vendedor, ele é caixa, ele é gerente, ele é proprietário, ele é funcionário, de tudo um pouco, a mesma coisa”. De forma não refletida, ao

marido são atribuídas tarefas de planejamento, posse e gestão, enquanto que para si são devotadas atividades de limpeza e manutenção do espaço, transpondo o modelo do trabalho domiciliar para o espaço dedicado à geração de renda.

Outras falas são igualmente importantes para o entendimento do tema. Merece destaque que a contratação de empregadas domésticas intersecciona-se com as obrigações direcionadas às mulheres, reportadas à manutenção do domicílio e ao cuidado com crianças. Em contrapartida, a provisão financeira está associada principalmente à esfera masculina, ainda que em alguns casos seja dada a cabo por homens e mulheres:

Sempre minha mãe fez tudo. Sempre ela fez tudo. Tinha um auxiliar em casa né? Uma pessoa que auxiliava ela nos afazeres domésticos, mas sempre era ela ou então a pessoa, sempre fazia tudo [...] Era mais ou menos 24 horas, mais com minha mãe, que meu pai trabalhava muito, então não tinha tempo [...] Antes até porque tinha aquela coisa, que meu pai não queria que ela trabalhasse, ainda tinha esse machismo, não por ela não querer, ela sempre quis trabalhar, sempre quis voltar a estudar, fazer... mas o machismo não deixou, aí depois ela foi se desenvolvendo e foi correndo atrás do tempo perdido.

(Interlocutor 15, enfermeiro, 24 anos, morador de São Lázaro)

Meus pais trabalhavam em turnos opostos, meu pai pela tarde e minha mãe pela manhã. Mas sempre tinha uma diarista que ficava com a gente, aí quando meu pai começou a trabalhar o dia todo tinha uma diarista que ficava com a gente, que fazia comida, arrumava a casa, ou então quando acontecia de intervalos de não ter ninguém, a gente ia pra casa de minha avó. Minha avó materna, ou da paterna. Ficava alternando, sempre ia pra casa de alguém [...] Quando eu estava trabalhando em Camaçari, de segunda à sexta eu trabalhava o dia todo, então praticamente só ia em casa dormir. Aí minha irmã que ficava responsável por fazer as tarefas da casa [...] A minha despesa era externa, tipo assim, cursinho era meu pai que pagava, transporte meu pai que pagava, meus pais em geral [...] Aí meu pai me ajudou, eu já vinha juntando dinheiro pra solenidade, eu paguei metade, meu pai pagou metade.

(Interlocutor 17, desempregado, 25 anos, morador de Patamares)

Quem ficava mais responsável era a mãe, no serviço de casa, e o pai mais no serviço da roça, né? Então a mãe se responsabilizava pelos trabalhos de casa, tomar conta dos filhos, cozinha, essas coisas, cuidar de alguns animais domésticos, né? Galinha, porco, essas coisas assim. Mas por exemplo, meu pai trabalhava na roça, mas também ajudava a cuidar das coisas, quando criava cabra, carneiro, ovelha, galinha, essas coisas, aí ele também ajudava.

(Interlocutora 18, costureira, 72 anos, moradora de São Lázaro)

Os elementos tratados até aqui permitem antever os princípios demarcadores de posições sociais. É recorrente nas narrativas a auto-identificação com a classe média, definida em grande parte pelo acúmulo de capital cultural. Além disso, o acesso a bens e serviços privados, nas matérias de moradia, educação e saúde, irrompe como um assunto significativo.

Assim, o Interlocutor 15 se define como um indivíduo de classe média, porque “eu acho que moro em um lugar tranquilo, eu tenho acesso a uma saúde, querendo ou não, boa, porque eu tenho plano de saúde, muitas pessoas não tem, né?”. Por outro lado, as pessoas de classe alta seriam residentes de “bairro bom, num apartamento, numa casa própria, uma pessoa que tem um carro na porta [...] que pode viajar, ou ter o que quiser, que tenha uma empresa”. Ao ser questionado se ambicionava esta posição, o entrevistado responde enfaticamente: “com certeza! Sempre a gente tem que almejar mais. Se for pensar pequeno... você tem que almejar sempre crescer”.

De maneira semelhante, o Interlocutor 17 se considera um representante da classe média, devido ao “acesso a algumas coisas, o básico [...] que uma pessoa precisa ter, só que mais um pouco, por eu já ter estudado, por eu buscar”. Da mesma forma, a associação da sua família aos estratos médios também está conectada à necessidade de manejar os gastos, centrando recursos nas despesas tidas como prioritárias. Em suas palavras, “sempre meu pai dizia que estava apertado, porque a gente sempre estudou em colégio particular, tirando meu ensino médio. Ou porque tinha que mandar dinheiro pra gente, tinha que pagar aluguel aqui em Salvador”. Tal definição de classe média, fundamentada na “busca” e na necessidade de planejamento financeiro, contrasta com sua caracterização da “classe alta”, definida pelo “acesso imediato, sem muito esforço”.

Esta visão também é compartilhada pela Interlocutora 18, que se denomina como “uma classe média mais maneirada”:

É, eu acho que é mais ou menos uma classe média mais maneirada né. Não vou dizer que é uma classe média alta. Porque graças a Deus eu sinto assim, nível de escolaridade, tenho minha casa própria, tenho meus filhos que são formados, então eu não vejo assim, a diferença de mim pra pessoas... [...] Porque o que eu tenho eu consegui. Então eu não valorizo muito assim, só porque a pessoa nasceu tendo é que tem um valor em cima né

(Interlocutora 18, costureira, 72 anos, moradora de São Lázaro)

Já ao entrevistar a Interlocutora 21, a pedido da própria entrevistada, foram apresentados alguns perfis que poderiam surgir das narrativas, e um desses exemplos foi o de uma classe média “intelectualizada”. Quando solicitada a explicar o porquê de suas relações de amizade nunca estarem localizadas nos bairros de moradia, a Interlocutora 21 fez uso desse perfil, assim como pode ser verificado no trecho seguinte. Vale notar o papel conferido à educação e ao consumo cultural para a demarcação de fronteiras entre classes, de maneira

semelhante ao apontado pelo Interlocutor 19. Não obstante, ganha relevo seu enquadramento enquanto “classe média baixa”, uma vez que não nasceu com posses, mas teve acesso “a meios” que viabilizaram a aquisição de bens:

Talvez eu não partilhe dos interesses das pessoas que estavam ali, talvez por ser mais intelectualizada, não sei, por ter acesso a outras coisas do que as pessoas que estavam ali, tipo, o pagode tá tocando no vizinho, aquela música alta. Então por não ver ali semelhantes [...] Acho que classe média, média baixa. Porque eu tenho acesso a muita coisa, tive acesso à educação, a meios. Claro, se eu não tivesse corrido atrás também não... é um mérito pessoal também, não é só ter acesso, é o que é que você faz com esse acesso. E acho que classe média baixa, assim, não me considero classe média alta, porque... acho que porque não sobra dinheiro no fim das contas.

(Interlocutora 21, jornalista, 28 anos, moradora de Vila Laura)

Nesse contexto discursivo, a moradia se apresenta como um dos principais indicadores de auto-percepção de classe. Porém, se a capacidade de investimento no domicílio expressa a mobilidade social familiar, a superação de condições urbanísticas inadequadas desponta como uma necessidade resolvida antes do tempo biográfico, executada por gerações passadas. Esta característica contrasta com as narrativas estudadas na *socialização familiar protetiva*, nas quais a referida superação aparecia como o produto de uma disputa geracional ainda em curso. Em suma, as demandas na *socialização familiar pela projeção individual* são transpostas para outra arena de conflitos, levando em conta as possibilidades de incremento da moradia e de seu entorno, por meio da escolha do bairro. No entanto, a passagem para a idade adulta, em especial a partir da constituição de novas famílias, é comumente apresentada como um período de maior busca por auxílios:

Eu vim com uma madrinha minha [para Salvador] [...] Eu morei, quando eu cheguei logo aqui eu morei na Vitória. Depois morei na Graça, depois fui pra Barra, no Hospital Espanhol [...] Mas é como eu lhe disse antes, tem que dar um jeitinho pra dar, né. Tem que controlar. Graças a Deus hoje eu já tenho minha casa, fiz com muito sacrifício, dentro disso tudo, fiz estudando, construindo casa, eu trabalhando, e aí foi [...] A planta dela é essa mesmo. Eu morava aqui [no térreo, agora alugado], aí depois eu fiz em cima, passei...

(Interlocutora 18, costureira, 72 anos, moradora do Bairro da Paz)

Fui morar lá por uma questão de necessidade, tava apertado, foi no momento justamente que eu fiquei, que eu sai da casa de meu pai, assim, em um momento em que eu sai, não dava, não tava tocando muito e não trabalhava com outra coisa ainda. Eu precisava, eu comecei a trabalhar justamente na Petrobras quando eu fui morar nessa casa. E eu precisava ir morar em um lugar em que coubesse no meu bolso. A casa é ótima, mas a rua não me agrada [...] Tanto que eu digo pra minha esposa o tempo todo, ela chega cansa de ouvir, "no momento

que a gente equilibrar nossas coisas, a primeira coisa que eu vou fazer é me mudar daqui. Eu vou pra um apartamento pequeno, mas eu quero ir pra um lugar que eu me sinta bem, e aqui eu não me sinto bem [...].”

(Interlocutor 19, taxista, 46 anos, morador de Brotas)

Rio Vermelho, moro no Rio Vermelho. Vim primeiro pra casa de minha tia aqui no Rio Vermelho, minha mãe tava arrumando as coisas pra vir, procurando apartamento. E viemos morar no Parque do Aguiar. E tenho 40, 41 anos, 42 anos no mesmo apartamento [...] Muito satisfeito, muito satisfeito. Moro num lugar que eu gosto, já moro há 40 anos né?

(Interlocutor 20, marceneiro e funcionário público, 54 anos, morador do Rio Vermelho)

Neste capítulo, a análise tipológica permitiu a compreensão de repertórios familiares caracterizados pelo contínuo investimento, tanto material quanto afetivo, em membros da rede familiar. Em síntese, as trajetórias são atravessadas pela temática da mobilidade social, manifesta principalmente no período de transição geracional. Ganha realce, então, a configuração da família enquanto uma esfera voltada para o “sucesso” individual, tendo em vista a garantia de escolaridade e a qualificação para o trabalho. Entretanto, como destacado anteriormente, as trajetórias individuais traduzem posições de classe “fronteiriças”, submetidas, em suas possibilidades de projeção, às restrições do alcance do investimento familiar e ao potencial de absorção do mercado de trabalho. Dessa forma, a persecução da ascensão social, um caminho “de escada” nos dizeres de um dos entrevistados, termina por extrapolar o terreno das volições individuais e familiares.

6. CLASSE, ESPAÇO URBANO E TRAJETÓRIAS INDIVIDUAIS: REFLEXÕES COMPLEMENTARES À PROPOSTA TIPOLOGICA

Neste capítulo, objetivo o diálogo entre a elaboração tipológica, argumentada nos capítulos anteriores, e o arcabouço teórico que orienta a dissertação, apresentado na etapa inicial dos escritos. Da mesma forma, levanto algumas temáticas novas, oriundas da análise das narrativas.

Divido este capítulo em três partes: na primeira, recupero a posição de classe como eixo basilar da tipologia, tocando especialmente nas contribuições de Pierre Bourdieu e no campo da sociologia da família. Nesta etapa, retorno às principais características de cada tipo, colocando-as em contato com diferentes linhas de pesquisa. Na segunda parte, sustento a dimensão do espaço urbano como fundamental para a complexificação tipológica, discutindo a segregação socioespacial metropolitana e a capilaridade e mobilização de redes interpessoais. Já na terceira parte, revisito o conceito de trajetória, demonstrando sua importância para a análise empírica.

6.1. Família e posição de classe

Seguindo o aporte apresentado no primeiro capítulo, entendo por posição de classe a assunção de determinado “lugar” no espaço social, a partir da quantidade de capitais disponíveis à mobilização e apropriação (BOURDIEU, 2011; 2013). Por essa ótica, a socialização familiar, como um repertório ajustado a esta posição, consiste em um conjunto de práticas orientadas à sobrevivência, reprodução e satisfação de necessidades. Logo, a análise da socialização familiar, bem como sua classificação, vincula-se ao empreendimento topológico, direcionado ao mapeamento das condições de existência e dos *habitus* incorporados por grupos de indivíduos.

Como um *habitus* de classe, a socialização familiar abarca tanto o fluxo de bens e serviços quanto a transmissão de valores e comportamentos, levando em conta as demandas do grupo e as possíveis estratégias de persecução de capitais (BOURDIEU, 2013). Pela elaboração de tipos, desenvolvo nesta dissertação um esforço classificatório delimitado, visando o estudo de realidades familiares submetidas à instabilidade do acesso a recursos. Desse modo, observando a diversidade interna da amostra, o tema permite o desenho de

distintas classes “teóricas”, pautadas em indivíduos com “tomadas de posição” semelhantes (BOURDIEU, 2011).

De início, a *socialização familiar pela privação* é caracterizada pela impossibilidade de garantir o bem-estar cotidiano aos seus participantes. O tipo abarca trajetórias marcadas pela insuficiência de recursos básicos, tais como alimentos, vestuários e moradias, fator que repercute na baixa efetivação das necessidades pessoais mais imediatas. Vale ressaltar que a insuficiência da “posse”, para além da dimensão material, vincula-se à negação de recursos simbólicos essenciais para a produção de valorações positivas sobre as biografias, em especial no que diz respeito à infância e à inclusão produtiva. Como resultado, a partir da forma com que os indivíduos internalizam, ressignificam e “devolvem” um discurso generalizante sobre as famílias (SARTI, 2004), as narrativas expressam um distanciamento entre a família real e o que se espera de uma família “normal”. Isso pode ocorrer tanto por obstruções objetivas, através dos baixos rendimentos e do engajamento parental em longas jornadas de trabalho, quanto pela existência de conflitos ou rupturas na rede de parentesco. Por outro lado, foi possível observar em algumas trajetórias a ativação de uma forte solidariedade familiar, capaz de atenuar situações de escassez. Esta ativação, contudo, apresenta um alcance extremamente limitado, reduzido ao resolvimento de problemas pontuais.

No corpo da dissertação, afirmo que é por meio da socialização familiar, baseada em investimentos materiais e afetivos de longa duração, que são estabelecidos diferentes “projetos” de indivíduos, voltados para o assentimento de responsabilidades na esfera privada e em ambientes externos. Dessa forma, na *socialização familiar pela privação* os indivíduos são precocemente dotados de obrigações tidas como importantes à organização familiar, com destaque para a geração de renda e a gestão da unidade doméstica. De maneira análoga, a trajetória escolar é descrita como alheia a um suporte familiar mais incisivo, conferindo às instituições educativas um espaço gradativamente secundário. Dialogando com as contribuições de Durham (2004a), este processo associa-se à realização de um mapeamento das oportunidades pessoais percebidas como possíveis, dada a cabo basicamente na esfera familiar, em um confronto entre as trajetórias típicas do grupo e os caminhos entendidos como “alcançáveis” para as próximas gerações.

Com a iminente supressão de recursos básicos, a *socialização familiar pela privação* visa formar indivíduos rapidamente habilitados à dedicação em trabalhos remunerados. Assim, quando não ocorre o abandono infantil aos estudos, a inserção laboral precoce atinge

seu ponto de inflexão na “decisão” entre a permanência na escola e o empenho completo à geração de renda. Este elemento, fartamente apresentado na etapa empírica da investigação, corrobora com os apontamentos da Comissão Econômica para América Latina e Caribe – CEPAL (2014) a respeito dos problemas educativos na América Latina. Como ressalta a Comissão, a ausência de escolas emerge como um assunto cada vez mais residual no continente, ganhando centralidade a submissão de jovens a uma “segmentación socioeducacional asociada a una inclusión diferencial” (CEPAL, 2014, p. 133). Esta é caracterizada pelas dificuldades, por parte da população pobre, de permanecer o tempo necessário para o término do ciclo educativo, principalmente devido à entrada quase coercitiva no mercado de trabalho. Em contextos de baixo “ambiente escolar” (JELIN, 1994), com *déficit* de exemplos bem-sucedidos e com um acompanhamento quase inexistente de parentes aos estudos, os jovens compartilham da obrigação de prover renda extra às unidades domésticas, experimentando ainda a indisponibilidade de subsídios para o investimento na formação pessoal. Em suma, este repertório familiar condiz com a busca incessante por níveis reduzidos de capital econômico, através de ocupações com baixos salários, vulneráveis ao desemprego sazonal e adquiridas sem cursos formais de profissionalização.

Por sua vez, a *socialização familiar protetiva* é caracterizada pela garantia de patamares mínimos de bem-estar, ainda que a quantidade limitada de capitais demande das famílias um árduo planejamento cotidiano. Se formos retomar os apontamentos de Rapp (1992), podemos dizer que as unidades domésticas recrutadas por essas famílias apresentam, quando comparadas à *socialização familiar pela privação*, maiores capacidades de acumular e transmitir riquezas. É coerente afirmar que as estratégias familiares, no sentido conferido por Eguía (2003), voltam-se à disponibilização laboral de parentes, à dedicação feminina às tarefas domésticas e à circulação de favores em redes de *entreaajuda*. Com a efetivação de tais estratégias, o tipo expressa um exercício mais substantivo da “economia do cuidado”, ancorado tanto na provisão de recursos, a partir do acesso a benefícios e da inclusão no mercado de trabalho, quanto nas práticas não remuneradas, direcionadas à formação de vínculos afetivos e ao acompanhamento de indivíduos dependentes (ENRÍQUEZ, 2005).

No que diz respeito à formação de redes de *entreaajuda*, também é possível notar sua manifestação em cenários mais vantajosos da *socialização familiar pela privação*, se bem que de maneira intermitente. À vista disso, o fator que diferencia os tipos condiz com as espécies de capital previamente disponíveis às famílias, conformando alcances distintos de

solidariedade familiar. Portanto, a distribuição de recursos e tarefas cotidianas nas unidades domésticas, temática central para Rapp (1992), encontra na *socialização familiar protetiva* contextos de maior estabilidade. Seguindo esse raciocínio, o constante amparo afetivo e econômico dado a cabo pelas famílias, trazendo consigo o atendimento de expectativas associadas à vida familiar, desemboca em um conjunto de valorações positivas, ganhando espaço a vinculação do mundo privado a um ambiente de zelo e suporte.

Todavia, atentei que em algumas trajetórias os indivíduos são precocemente dotados de responsabilidades familiares, o que relaciona-se à constituição de uma proteção social informal em contextos de relativa vulnerabilidade (JELIN, 1994). Este aspecto ressalta a sobrecarga das famílias em lidar com a proteção de seus membros, elemento intensificado pela insuficiência de serviços públicos nas localidades de moradia, lacuna característica do padrão familístico-mercantil de provisão de bem-estar (RIBEIRO, 2010). Porém, enquanto a *socialização familiar pela privação* está ancorada na dependência do trabalho juvenil para a provisão de renda domiciliar, a *socialização familiar protetiva* concentra-se na garantia de escolaridade, estando o trabalho infantil despontando como elemento secundário. No bojo desse processo, as famílias tendem a minimizar a importância da busca precoce por empregos, muito embora seja recorrente a participação de jovens no acompanhamento laboral dos pais e em ocupações durante turnos opostos à escola.

Por uma via oposta à *socialização familiar pela privação*, na *socialização familiar protetiva* a dedicação aos estudos é evocada como um repertório apropriado e possível de engajamento juvenil, conquanto o acúmulo de capital cultural seja evocado como algo não garantido, contrariamente ao que ocorre com os recursos básicos. Dessa forma, se o término do ciclo escolar aparece como um importante indicador de sucesso familiar, o ingresso no Ensino Superior é apresentado como uma realidade distante, ainda pouco palpável. Pelos apontamentos de Bilac (1981), é coerente anotar que a *socialização familiar protetiva* volta-se à formação de indivíduos com habilidades e padrões de comportamento condizentes com uma inserção mais estável no mercado de trabalho, a partir da conclusão do Ensino Médio e da contínua qualificação laboral²⁷, processo complementado pela mobilização de contatos capazes de facilitar o acesso a postos de trabalho.

Finalmente, as unidades domésticas que compõem a *socialização familiar pela*

27 Se em algumas trajetórias desponta a busca pela qualificação com reconhecimento institucional, por vezes os altos custos obrigam as famílias a adotarem repertórios informais de aprendizado, como a transmissão intergeracional de ocupações.

projeção individual apresentam algumas peculiaridades dignas de nota. No capítulo anterior, observei que a referida “projeção” assume os limites de posições de classe marcadamente fronteiriças, nas quais o ciclo entre as gerações faz emergir uma janela de mobilidade social. É precisamente a partir deste elemento que os esforços direcionados às gerações mais novas são dotados de significado, com destaque para a garantia do acúmulo continuado de capital cultural. Se, como no tipo anterior, os recursos básicos encontram-se estavelmente garantidos, a novidade da *socialização familiar pela projeção individual* consiste na capacidade de mobilizar investimentos mais decisivos na formação de seus membros, processo no qual as volições pessoais ganham terreno em relação às obrigações familiares.

Os indivíduos, como entes dotados de valor em si, são tidos como responsáveis por trajetórias que não podem ser obstruídas pelas demandas do grupo, especialmente no período de formação escolar e profissional. Nesse âmbito, as trajetórias desfrutam de uma tutela familiar constante, fenômeno que se expande até a adultez, observando-se nas narrativas uma sucessão “etapista” das biografias. Através desta, são desenvolvidas caracterizações bem delimitadas sobre as responsabilidades em cada ciclo vital, seguindo uma linha de complementaridade entre a família, a escola/universidade e o trabalho. Retomando os escritos de Goldani (2004), esse fenômeno deve ser reportado ao amparo na relação descendente entre as gerações, bem como às expectativas de retorno econômico advindas da dedicação integral dos jovens ao percurso educativo. Da mesma forma, a neutralização das pressões por geração de renda contribui para a associação do trabalho à busca pela satisfação pessoal, processo alicerçado na qualificação formal e no ingresso no Ensino Superior, iniciativas que contam com um significativo investimento por parte das famílias.

Entretanto, os resultados destes investimentos são incertos, o que me levou a interpretá-los enquanto “apostas”. Isso ocorre porque certos fatores, tais como a capacidade de absorção do mercado de trabalho, são imprevisíveis. Assim, em situações adversas, mostra-se necessária uma reorientação das trajetórias individuais, momento em que as famílias calculam os recursos ainda disponíveis, adaptando as expectativas do grupo sobre o “sucesso” pessoal. Este elemento, que pode ser traduzido pela saída da metrópole ou pelo ingresso em uma profissão não desejada, difere do que foi apresentado por famílias mais abastadas, em entrevistas que não compuseram o *corpus* pela inadequação à temática da dissertação. Nestas, os montantes de capital econômico possibilitam às famílias contornar mudanças drásticas nas trajetórias, produzindo condições para que os indivíduos persistam em seus projetos pessoais,

mesmo após sucessivos fracassos. Além disso, a *socialização familiar pela projeção individual* expressa uma menor transmissão direta de bens e propriedades, centrando esforços no acúmulo de capital cultural. Pondo em diálogo as falas de dois entrevistados, as famílias não disponibilizam o “acesso imediato” a patrimônios, mas os “meios” capazes de garantir a futura aquisição de benesses.

Em síntese, tocando em realidades familiares nas quais a mobilização de recursos é instável e incerta (levando em conta, como expressei no corpo dos escritos, suas múltiplas expressões e objetivos, desde o acesso a alimentos na *socialização familiar pela privação* até a ocupação em empregos bem-remunerados na *socialização familiar pela projeção individual*), a dissertação realiza um esforço classificatório focalizado. Verifico, pois, diferentes alcances na congregação e distribuição de rendimentos, discutindo os mecanismos utilizados para a satisfação de necessidades na unidade de consumo familiar (DURHAM, 2004a). Ademais, a dissertação analisa a introjeção de “projetos” pessoais a serem perseguidos durante as trajetórias, tal qual o usufruto de subsídios que permitem a sua efetivação.

Com isso, neste tópico recuperei os tipos a partir do caráter estratégico das relações familiares, tendo em vista as diferentes demandas pelas espécies de capital. A título de simplificação, é plausível anotar que a *socialização familiar pela privação* funda-se na busca emergencial por quantidades irrisórias de capital econômico; a *socialização familiar protetiva* na estabilização do acesso ao mínimo necessário, ampliando-se o planejamento familiar à tentativa de obtenção de capital cultural; e a *socialização familiar pela projeção individual* na garantia de quantidades mais significativas de capital econômico, com o investimento intenso e perene no acúmulo de capital cultural, como uma aposta que objetiva proporcionar o sucesso das trajetórias.

6.2. Família, redes e inserção urbana

Partindo de um *corpus* diversificado, esta pesquisa abordou narrativas de interlocutores que residem em bairros muito distintos, com ofertas diferenciadas de bens e serviços urbanos. Como já é possível antever, esta oferta assume os contornos do padrão de segregação socioespacial característico das metrópoles brasileiras, tendo em vista a concentração de infraestrutura em localidades específicas, o espraiamento urbano, as

dificuldades de inserção ocupacional e a periferização da pobreza (CARVALHO, 2006).

A respeito de Salvador, Carvalho e Pereira (2014) afirmam que as transformações na ocupação do espaço urbano entre os anos 40 e 50, derivadas de um intenso crescimento demográfico, foram sucedidas por um projeto de modernização dado a cabo entre as décadas de 60 e 70, fase em que é possível notar a implementação de obras públicas em áreas regularizadas. Verifica-se, de maneira discrepante, a intensificação da ocupação informal de terras e da autoconstrução de moradias por famílias de baixa renda, empurradas cada vez mais para as bordas do município. Como resultado, essa época foi decisiva para a conformação de vetores distintos de expansão urbana²⁸, responsáveis por produzir uma metrópole extremamente fragmentada e caracterizada por três “cidades” distintas (CARVALHO; PEREIRA, 2014): a “cidade moderna”, localizada principalmente na Orla marítima e que representa o vetor formal de expansão, desfrutando da oferta de bens, serviços e postos de trabalho; a “cidade tradicional”, atualmente caracterizada por habitações de padrão médio, emergindo como uma área sujeita ao esvaziamento urbano e à gentrificação de determinadas localidades; e a “cidade precária”, marcada por condições urbanísticas inadequadas em moradias autoconstruídas, loteamentos populares e conjuntos habitacionais ofertados à população de baixa renda, abarcando sobretudo o Miolo e o Subúrbio Ferroviário.

Penso que as contribuições dos autores, tratadas aqui de maneira resumida, permitem um maior entendimento da inserção urbana nos tipos produzidos. Em linhas gerais, os indivíduos que embasaram a *socialização familiar pela privação* são oriundos de bairros enquadrados na “cidade precária”, em periferias distantes ou em “ilhas” de pobreza encrustadas na orla Marítima. A baixa oferta de equipamentos urbanos e postos de trabalho nessas localidades, acrescida à reduzida capacidade dos interlocutores de circular em no espaço urbano, termina por agravar a baixa provisão familiar. Contudo, certos incrementos nos domicílios, como em reformas pelo uso de alvenaria, são tidos como indicadores positivos das trajetórias. Igualmente, a *socialização familiar protetiva* contou com indivíduos moradores da “cidade precária”, ainda que um dos entrevistados resida na Orla Marítima, em uma antiga casa no bairro de Itapuã. A diferença observada neste tipo, quando comparado ao

28 Segundo Carvalho e Pereira (2014), é possível notar três vetores principais de expansão urbana nessa época. O primeiro é direcionado à Orla Marítima norte, como um vetor de expansão formal, concentrando serviços, postos de trabalho e equipamentos urbanos; o segundo é direcionado ao “Miolo”, o centro geográfico do município, que contou com a implementação de conjuntos habitacionais para a “classe média baixa”, processo complementado pela ocupação informal de áreas “não edificáveis” pela população de baixa renda; e o terceiro é direcionado ao Subúrbio Ferroviário, localizado no litoral da Baía de Todos os Santos, despontando como a principal localização de loteamentos populares, posteriormente ampliados sem controle urbanístico adequado, verificando-se também a ocupação informal de espaços vazios.

anterior, condiz com a qualidade das moradias, submetidas a investimentos familiares de longa duração. Da mesma forma, os entrevistados relataram maiores horizontes de circulação urbana, expandindo o usufruto de serviços (principalmente educativos), contatos e profissões para além do entorno imediato das moradias.

Já a *socialização familiar pela projeção individual* fez emergir um cenário mais complexo, contando com residentes dos três tipos apresentados por Carvalho e Pereira (2014). No único caso da “cidade tradicional”, a habitação foi descrita como o ápice de um movimento de ascensão social familiar, processo no qual uma casa é “sempre uma melhor do que a outra, né?”, convergindo para “um bairro tranquilo, sem muito movimento” e que “me deixa mais à vontade, eu me sinto mais segura”. No caso da “cidade precária”, as narrativas apontam para o incremento contínuo da moradia, o que soma-se à ampliação do horizonte de circulação na procura por serviços e empregos, elemento que corrobora com a existência de uma forte estratificação interna nos bairros populares. Por fim, no que diz respeito à “cidade moderna”, acompanhando as características do tipo, foram relatados patrimônios familiares significativos, em bairros valorizados e com grande oferta de equipamentos urbanos.

Vale notar que as tendências de migração e aquisição de domicílios se desenrola por vias bastante díspares em cada tipo. Na *socialização familiar pela privação* e na *socialização familiar protetiva* a ida para a capital é evocada como uma arriscada tentativa de acesso a empregos, iniciativa tornada possível pelo proveito de casas de parentes e pela ocupação informal de terras. Já na *socialização familiar pela projeção individual*, a mudança para Salvador aparece como um repertório que visa ampliar as oportunidades educativas juvenis, objetivando-se a matrícula em melhores escolas e a entrada no Ensino Superior, a partir da compra de imóveis, do compartilhamento de casas com parentes e do dispêndio com aluguel²⁹.

Como é nítido, estes apontamentos remetem à celebre discussão bourdieusiana sobre a reificação do espaço social em um espaço habitado. Para Bourdieu (2008), a distância entre as moradias e os polos concentradores de riquezas termina por condicionar a forma com que grupos de indivíduos, no caso as famílias, são capazes de usufruir de bens e serviços. A esse aspecto físico, materializado, soma-se a quantidade de capitais passíveis de mobilização pelas redes familiares (BOURDIEU, 2008). Portanto, por um lado, a inserção urbana dos domicílios interfere no aproveitamento de recursos entendidos como significativos, fator que atribui

29 Em um dos casos, a ida para a capital baiana aparece como resultado da transferência de um emprego.

importância à mobilidade espacial, capaz de reposicionar as famílias em uma metrópole extremamente segmentada. Por outro lado, as famílias, pelo acesso às espécies de capital, ampliam suas oportunidades de desfrutar de determinados equipamentos, seja pela possibilidade de investir rendimentos em serviços pagos, seja pela capacidade de ampliar o alcance do deslocamento urbano (pela posse de veículos individuais ou pela utilização de transporte público). Essas duas dimensões representam o que chamei acima de “horizonte de circulação”, que condiz com as perspectivas de apropriação de recursos e oportunidades, ancorados em espaços físicos, por parte das famílias.

Ao espaço da moradia, bem como às chances das famílias de se beneficiarem da malha urbana, soma-se a capilaridade das redes sociais. Tanto na *socialização familiar pela privação* quanto na *socialização familiar protetiva* foram verificadas redes interpessoais fortemente assentadas no bairro de moradia, compostas por parentes, pela vizinhança e por vínculos diversos³⁰. Todavia, a *socialização familiar protetiva* revelou uma maior amplitude de conexões, principalmente as capazes de facilitar o acesso a postos de trabalho. Enquanto isso, na *socialização familiar pela projeção individual* foram observadas redes mais difusas, nas quais as relações familiares são complementadas por contatos advindos dos ambientes profissionais e educativos. A diferença entre os tipos coaduna com os argumentos levantados por Marques, Castello e Bichir (2012), que chegam a conclusões semelhantes ao abordar, em São Paulo e em Salvador, a configuração diferencial de redes nas classes populares e na classe média.

Aprofundando essa temática, podemos constatar como o capital social pode ser combinado a outras espécies de capital. Logo, o baixo nível de capital social na *socialização familiar pela privação*, na qual os vínculos resumem-se a nós de uma rede de entreatajuda, é contraposto à *socialização familiar protetiva*, tipo que traz consigo a maior capacidade dos indivíduos de ativarem contatos facilitadores do acesso a empregos e a cursos profissionalizantes. Obviamente, tais fatores também aparecem na *socialização familiar pela projeção individual*, embora suas respectivas redes apresentem maior alcance e uma forte inserção no meio universitário. Da mesma forma, vale notar a “conversão” de capital social em capital cultural, especialmente na *socialização familiar protetiva*, em que os contatos familiares no entorno da moradia permitem o cuidado de indivíduos dependentes, tornando factível a dedicação pessoal ao término dos estudos e à qualificação profissional.

30 A partir de instituições associativas e religiosas, por exemplo.

Me atendo às redes familiares, penso que o contraste entre a família conjugal nuclear e a família extensa não pode ser tomado como um dado a priori, mas sim como passível de investigação. Desse modo, a “expansão” e a “contração” dos arranjos assumem um caráter estratégico, condicionados às necessidades das famílias, aos recursos disponíveis e à estabilidade dos laços afetivos que unem parentes. Se um sistema de parentesco decorre da conjunção das relações de descendência (entre pai ou mãe e seus filhos), de consanguinidade (entre irmãos) e de afinidade (produzidas pelo casamento), as famílias representam unidades sociais que desenvolvem e coordenam estas três relações em unidades de reprodução³¹ (DURHAM, 2004b). Com isso, o “tamanho” das famílias está associado à combinação particular entre tais relações, pelas quais são estabelecidas formas de convivência intra e intergeracionais, no domicílio ou para além dele. É por esse motivo que, ao tratar das trajetórias individuais, conferi destaque aos vínculos entendidos como significativos pelos interlocutores, acompanhando a sucessão de diferentes configurações familiares nas narrativas. Esse esforço foi despendido na elaboração dos três tipos, não sendo observada, pelo menos no material empírico desta dissertação, a preponderância de alguma relação específica. O que deve ser notado é que a mobilização destas relações assume manifestações muito distintas, algo intimamente associado às estratégias familiares de persecução de recursos, tema que atravessa toda a dissertação. No entanto, entendo que uma exploração mais detida, destrinchando de modo separado cada tipo de relação de parentesco, pode render importantes achados.

6.3. Família e trajetórias individuais

Até aqui, acrescentei aos tipos algumas discussões pontuais, integradas ao esforço despendido nos capítulos anteriores. Já neste tópico, realizo uma reflexão sobre algumas escolhas tomadas na condução do trabalho empírico, particularmente no que diz respeito ao estudo de trajetórias.

Como deixei nítido, organizo o arcabouço teórico desta dissertação em duas partes complementares, compostas pela sociologia disposicionalista e por algumas investigações no campo da sociologia da família. Acerca do primeiro elemento, me dedico inicialmente aos

31 Tanto em seu sentido biológico, associado à procriação, quanto em seu aspecto social, vinculado à incorporação do indivíduo em um grupo mais amplo, observando-se a incorporação de certos padrões de comportamento.

conceitos bourdieusianos de *habitus*, classes e trajetórias, inscrevendo minhas contribuições em um panorama mais amplo de debate sociológico, para além da análise temática. Todavia, no decorrer da investigação empírica, principalmente no momento da elaboração dos tipos, acabei me defrontando com limites na aplicação de tais pressupostos. Como afirmam Nogueira e Nogueira (2002), Bourdieu oferece importantes instrumentos para uma escala macro de análise, em especial a partir da vinculação entre o *habitus* familiar e o *habitus* de classe. Porém, podem ser verificadas algumas dificuldades no estudo de processos mais restritos, obstáculo que demanda uma complexificação dos marcos teóricos do autor (NOGUEIRA; NOGUEIRA, 2002). Se na definição dos tipos, na qual são privilegiadas as características generalistas das experiências de socialização, Bourdieu se mostra como de grande monta, na argumentação gradual dos tipos, onde atribuo destaque à pluralidade e à diversidade das trajetórias, o autor apresenta insuficiências. É justamente por isso que à contribuição bourdieusiana original contraponho críticas e sugestões de trabalhos posteriores, sintetizados pelas abordagens de Bernard Lahire, Daniel Bertaux e Claude Dubar.

Para Lahire (2005), a defesa irrestrita de uma sedimentação gradativa do *habitus*, inaugurada pela socialização familiar, emerge como uma importante limitação na análise de Bourdieu. Em contrapartida, o autor entende que as formas de ação e pensamento são incorporadas em contextos bastante diversos, em um processo que acompanha as biografias individuais, repercutindo na homogeneidade ou na heterogeneidade dos sistemas de disposições. Visto isso, no estudo de contextos que podem atualizar, reforçar ou enfraquecer tais disposições, Lahire (2005) enxerga dois caminhos possíveis. Em um deles, o pesquisador deve estudar o percurso individual por diferentes ambientes, observando a complementaridade e o conflito entre os mesmos. No outro, cabe ao pesquisador se deter em um contexto específico, averiguando a mutabilidade das práticas que o fundamentam, assim como as possíveis transformações no engajamento individual.

Como é notório, combino nesta dissertação uma discussão bourdieusiana em um nível generalista com o segundo caminho proposto por Lahire, averiguando, quando pertinente à complexificação dos tipos, as discontinuidades da esfera familiar em algumas trajetórias. Isso condiz com a explanação de Fernandes (1997) sobre a etapa final da elaboração tipológica, na qual os tipos, ainda isentos de conteúdo concreto, são reportados a contextos empíricos, submetidos às variáveis que atuam na sua produção e desenvolvimento. Desse modo, torna-se possível recuperar o caráter não linear das biografias, problematizando

as transformações nas condições materiais, nos vínculos afetivos que unem parentes, na posição do indivíduo frente a um arranjo específico e nas expectativas que pautam a relação indivíduo-família. Em decorrência, os argumentos extrapolam as características que aglutinam as trajetórias, demonstrando o caráter maleável dos tipos pela constante ilustração de casos.

Em parte, esta maleabilidade advém dos impactos dos perfis pessoais nas trajetórias. Concordando com Goldani (2004) e Scott (1986), a geração e o gênero se apresentaram como as duas dimensões mais importantes na atribuição familiar de obrigações, definindo quando e como os indivíduos devem participar das estratégias de cuidado e acesso a recursos. Assim, falar de um interlocutor jovem, no período inicial de entrada no mercado de trabalho, não se equipara ao tratamento da trajetória de um interlocutor já adulto, ainda que ambos estejam agregados no mesmo tipo. Isso pode ser facilmente verificado na *socialização familiar protetiva*, que evidencia graus diversos de responsabilização e usufruto do suporte familiar pelo ciclo de vida e pela posição na divisão sexual do trabalho.

E ainda, acompanhar a temporalidade das narrativas me permitiu indagar certas transformações nas unidades domésticas. Isso foi observado, por exemplo, em uma das trajetórias da *socialização familiar pela privação*, na qual a formação de uma nova unidade doméstica redefiniu as valorações do entrevistado a respeito da esfera familiar, levando em conta o estreitamento dos vínculos afetivos. Também foi possível notar em algumas trajetórias da *socialização familiar pela projeção individual* a relevância das características da unidade doméstica para a divisão de responsabilidades e circulação de recursos, em movimentos de fragilização ou fortalecimento da provisão material. O ciclo das unidades, levando em conta o envelhecimento de seus membros, termina igualmente por redefinir as obrigações familiares. Em síntese, na medida em que mergulhamos nas trajetórias concretas, os tipos passaram a ser complexificados, não limitados aos seus aspectos panorâmicos.

Outrossim, a dissertação aproxima-se da perspectiva adotada por Bertaux e Bertaux-Wiame (2007), fundamentalmente pela evocação da mutabilidade das trajetórias, observando-se a intersecção entre certos elementos particulares, tais como as escolhas pessoais e as recomposições familiares, e determinados processos coletivos, como as mudanças econômicas conjunturais. Retornando ao vocabulário de Lahire (2005), este empreendimento foi possível a partir de uma reconstrução indireta das trajetórias por meio de entrevistas, através das quais os indivíduos conferiram uma unidade discursiva às suas experiências. Portanto, a análise de trajetórias “subjetivas”, no sentido conferido por Dubar (1998), se mostrou capaz de recuperar

inúmeros acontecimentos tidos como relevantes pelos entrevistados, mediados pela memória e descritos com níveis distintos de detalhismo.

Pondo o debate traçado por Bertaux e Thompson (2007) em paralelo com os argumentos dos tópicos anteriores, penso que o enfoque escolhido foi profícuo em compreender os contextos locais de disputa por recursos, nos quais as obrigações morais, fortemente assentadas nas responsabilidades entre parentes, interagem com as metas pessoais, associadas ao planejamento dos percursos no espaço social. Ademais, a estes fatores somam-se as oportunidades econômicas, vislumbradas através do mapeamento familiar dos caminhos disponíveis às próximas gerações, e as orientações valorativas. Estas condizem com as avaliações e persecuções pelos interlocutores das práticas “adequadas” às suas autopercepções de classe, produzidas a partir das experiências de poder e prestígio no ambiente social efetivo das famílias (BOTT, 1976).

7. DIÁLOGOS COM AS CONTRIBUIÇÕES DE JESSÉ SOUZA: APROXIMAÇÕES E CRÍTICAS

Na Introdução, afirmei que esta pesquisa assumiu como ponto de partida a proposta tipológica de Jessé Souza, particularmente dedicada às classes populares. Após todo o esforço dispendido até aqui, neste capítulo apresento minhas convergências e distanciamentos em relação às contribuições do autor, discutindo de maneira mais detida a temática da esfera familiar.

Para isso, realizo um breve apanhado da teoria de Souza, abordando suas interlocuções com Pierre Bourdieu e Charles Taylor³². Em seguida, ressalto as principais características dos tipos produzidos, chamados de “ralé estrutural” e “batalhadores brasileiros”. Por fim, no último tópico, desenvolvo um diálogo entre esta dissertação e a investigação de Souza, pondo em paralelo as duas tipologias.

7.1. Principais marcos teóricos do autor

Para Souza (2004, p. 84), Bourdieu centra esforços no caráter instrumental da disputa por recursos em determinados campos, escapando à sua ótica que tais disputas se dão em “um contexto intersubjetivamente produzido”. Segundo o autor, a legitimação moral das práticas sociais representa, em Bourdieu, uma distorção estratégica da realidade com o objetivo de encobrir interesses. A análise sociológica termina por relativizar os repertórios morais como ferramentas utilitárias, voltadas estritamente para a reprodução do exercício do poder, elemento que revela a limitação do “contextualismo moral” na contribuição bourdieusiana (SOUZA, 2015). Para Souza (2004; 2015), tomando o espaço social como um espaço de disputas, onde cada classe é contraposta ao seu contrário, Bourdieu termina por dispensar a compreensão do compartilhamento de regras e pressupostos transclassistas. Seguindo esse raciocínio, se por um lado Bourdieu problematiza com maestria os processos de aprendizado que configuram certos *habitus* de classe, incutindo formas de ação e pensamento ajustadas às experiências de socialização, o pensador francês termina por ser incapaz de analisar o “aprendizado moral”, situado muito além das bandeiras de classe, que é constitutivo da

32 Mais recentemente, Souza (2015) inicia um diálogo com os escritos foucaultianos para problematizar o ancoramento institucional dos valores modernos. Por destoar do foco desta dissertação, não adentro neste assunto.

modernidade (SOUZA, 2015).

Souza (2004; 2015) afirma, então, a necessidade de enfrentar duas tarefas interligadas: reconstruir analiticamente os valores com ancoramento institucional que constituem o racionalismo ocidental; e pensar a forma particular com que essa configuração valorativa foi aplicada no contexto da modernidade periférica, característica do caso brasileiro. Nesse sentido, o autor propõe que ao exame bourdieusiano do espaço social seja adensado o estudo da hierarquia valorativa que fundamenta as sociedades capitalistas. Para dar conta dessa empreitada, o autor propõe um importante diálogo com as contribuições do filósofo canadense Charles Taylor, em especial no que diz respeito às “fontes morais” dos indivíduos modernos. Esse empreendimento orienta-se à compreensão do “consenso normativo mínimo” de que fala a teoria do reconhecimento, superando, segundo Souza (2015), o “contextualismo radical” da proposta de Bourdieu.

Em suma, ao problematizar as “fontes morais” do *self* moderno, Taylor aponta para a existência de valores que fundamentam as práticas sociais cotidianas (SOUZA, 2015). Tais práticas se desenrolam através de processos históricos de aprendizado moral, embasando a eficácia social do Estado e do mercado, as duas instituições modernas por excelência. Então, reconstruindo um percurso particular no campo das ideias, o argumento tayloriano aponta para o surgimento de um novo sujeito moral advindo da modernidade, denominado de “*self* pontual” (SOUZA, 2015). O referido sujeito não é caracterizado por contextos circunscritos e particulares, mas sim como remodelável por meio da ação metódica, racional e disciplinada. Como expressão da valoração moderna, o *self* pontual passou a servir de suporte para uma nova hierarquia fundada em “uma concepção contingente e historicamente específica de ser humano, presidida pela noção de calculabilidade, raciocínio prospectivo, autocontrole e trabalho produtivo”, elementos que atuam como parâmetros implícitos da autoestima e do reconhecimento social (SOUZA, 2015, p.181).

Como segue o autor, a visão moderna do mundo se concretiza, através da linguagem política, na noção de direitos subjetivos potencialmente universalizáveis, dado o mútuo reconhecimento de indivíduos entendidos como iguais. Tal reconhecimento, embasado no Estado e no mercado, é condicionado pelo compartilhamento de uma estrutura psicossocial particular associada à expressão do *self* pontual. Segundo Souza (2015), a esse conjunto de ideias Taylor atribui o nome de “dignidade”, substitutivo da “honra” pré-moderna. Nesse processo, é a partir do mundo do trabalho, pela inserção diferencial e pelas disposições

condizentes com a participação no capitalismo competitivo, que os indivíduos são percebidos como úteis, produtivos e merecedores de estima. Contudo, como contraponto e reação a valores universalizáveis e igualitários, o “expressivismo” surge como princípio distintivo fundado na persecução da originalidade, associado à autenticidade do indivíduo e à sua personalidade emotiva. Sob essa ótica, as duas fontes morais taylorianas são vistas, de maneira complementar e conflituosa, como as fontes de todo reconhecimento social produzido nas sociedades modernas (SOUZA, 2009).

No entanto, para Souza (2015), a proposta de Taylor apresenta grandes limitações. Embora seja convincente a reconstrução histórica do *self* pontual que subjaz as práticas sociais modernas, salta aos olhos a não tematização da forma com que a hierarquia valorativa, ainda no campo das ideias, é incorporada por indivíduos e grupos reais, passando a servir como orientação pré-reflexiva da vida cotidiana. Da mesma forma, apresenta-se incompleta na abordagem tayloriana a relação entre as fontes morais e a legitimação das desigualdades sociais, tendo em vista o reconhecimento e o senso de estima resultantes da hierarquia valorativa. Para Souza (2004; 2015), o pensamento de Bourdieu oferece aporte para tais limites.

Em primeiro lugar, o conceito de *habitus* representa um importante gancho para a análise dos processos de socialização, capazes de incutir diferentes formas de ação e pensamento. Como lembra Souza (2015, p.199), “é o *habitus* que produz a 'mágica social' que faz com que pessoas se tornem instituições feitas de carne”, levando em conta a efetivação de experiências coletivas de aprendizado. A partir desse aprendizado, reportado às necessidades do Estado e do mercado, são edificados certos tipos de indivíduos destinados ao reconhecimento social (SOUZA, 2015). Em segundo lugar, a proposta bourdieusiana trata das posições de classe que alicerçam o exercício de poder, analisando os signos sociais visíveis que permitem a conversão das diferenças em distinções significantes. Sob essa perspectiva, as “fontes morais” taylorianas passam a ser entendidas como condicionadas a um conjunto de recursos materiais e imateriais escassos, derivados da apropriação do trabalho que se acumula em determinados campos. Com isso, a estrutura psicossocial e a estilização da vida que pautam, respectivamente, a dignidade e o expressivismo, dependem das classes de condições de existência e das experiências de socialização que as configuram.

De maneira resumida, é com base no saldo deste debate que Souza advoga a importância do estudo da reprodução simbólica do capitalismo, processo que legitima e

sustenta a naturalização e a invisibilidade das desigualdades. Precariamente discutida na teoria social brasileira, esta lacuna deve ser preenchida por uma teoria crítica da modernização, apta a compreender, entre outros fatores, os “pressupostos jurídicos, emocionais, pulsionais, morais e políticos” que ganham eficácia histórica (SOUZA, 2015, p.115). Com isso, o estudo das classes em Souza serve de suporte para outro patamar de análise, pautado na busca por desvelar a forma particular com que a experiência da modernidade ganha concretude em nosso país.

Como defende Souza (2013), a classe representa a dimensão mais importante da vida em sociedade, na medida em que condiciona o acesso a um conjunto de bens materiais (mercadorias compráveis) e recursos simbólicos (valorações entendidas como válidas e aplicáveis). Seguindo a concepção bourdieusiana, Souza reconhece que a posição de classe advém do acesso diferenciado às espécies de capital, dotadas de sentido através de esquemas classificatórios compartilhados intersubjetivamente. Se o contextualismo bourdieusiano de tais esquemas classificatórios, mobilizados apenas por interesses estratégicos, é tido como uma limitação teórica, o diálogo com o aporte tayloriano serve para ampliar o alcance da sociologia disposicionalista.

Assim, é a partir de uma estrutura psicossocial característica, relativa à esfera do trabalho, fundada na racionalidade e introjetada por meio de experiências cotidianas de socialização, principalmente pela esfera familiar, que indivíduos são avaliados como merecedores de direitos supostamente universais (SOUZA, 2015). Nesse sentido, a exclusão configura-se por duas dimensões: uma exclusão econômica simbolicamente mediada, já que entendida como justa e derivada do desempenho e mérito individual; e uma exclusão simbólica com bases materiais, uma vez que a negação do *self* pontual ancora-se na ausência ou insuficiência do acesso às espécies de capital. Se nas sociedades capitalistas centrais este fenômeno desponta como marginal, na periferia do capitalismo (o Brasil incluído como um caso paradigmático) o que verifica-se é um fenômeno verdadeiramente de massas, pelo qual o *self* pontual assume historicamente um alcance visivelmente limitado, relegando parcelas significativas da população ao status de “subcidadãos” (SOUZA, 2015). Desse modo, ganham relevo crenças compartilhadas que terminam por fundamentar avaliações sobre o valor relativo de grupos de indivíduos, conformando uma hierarquia valorativa que perpassa as instituições modernas e que termina por legitimar a disparidade de acesso a bens e serviços.

7.2. A contribuição tipológica de Souza: a “ralé estrutural” e os “batalhadores”

A partir do construto teórico tratado no tópico anterior, o autor avança em uma contribuição tipológica voltada às classes populares no Brasil contemporâneo, em um esforço de superar a observação reducionista das propagadas “faixas de renda”. Importante demarcar que Souza (2009) almeja analisar a produção diferencial de indivíduos em cada classe, levando em conta a forma com que as famílias transmitem, de maneira desigual, qualificações materiais e emocionais aos seus membros. Essa transmissão, nos aponta Souza (2009), se dá em um substrato afetivo, levando em conta a dependência e a identificação emotiva entre parentes. Nessa empreitada, o autor elabora dois tipos ideais, a “ralé estrutural” e os “batalhadores brasileiros”.

É possível afirmar que a ralé estrutural condiz com uma classe de indivíduos com acesso extremamente restrito às espécies de capital, alijados, para além disso, das condições que permitem tal apropriação (SOUZA, 2009). Essa privação não resulta da ausência de “virtude” ou de esforço individual, mas sim de uma experiência histórica de precariedade e abandono, perpassada e transmitida por gerações. Relegados a subempregos com baixa remuneração e reconhecimento, os indivíduos associados à ralé são percebidos como inapropriados à inclusão produtiva, já que desprovidos das disposições constitutivas do *self* pontual (SOUZA, 2009). Logo, para Souza (2013, p. 150), este tipo aponta para indivíduos jogados “às franjas do mercado”, desarmados para a disputa no capitalismo competitivo.

Acerca da temática que orienta esta dissertação, Souza (2009) argumenta a existência de uma desestruturação familiar no arranjo típico da ralé, aspecto discutido criticamente no próximo tópico. Freitas (2009), em um dos artigos que compõem a pesquisa organizada por Souza, afirma que esta temática não condiz com o papel biológico parental, mas sim com o desenvolvimento (ou não) de segurança afetiva pela família. Como segue o autor, a família estruturada “se contrapõe ao que chamamos de família desorganizada, que é o tipo de configuração familiar marcada pela desorganização da vida econômica e moral de seus membros”, fatores que repercutem na falha da família em garantir aos filhos “a segurança de 'saber-se amado’” (FREITAS, 2009, p. 282).

Desse modo, nos diz Souza (2009), a família desestruturada apresenta-se incapaz de atuar como uma esfera de cuidado, proteção e provisão material. Outrossim, pela preponderância de relações instrumentais entre parentes, verifica-se a sobreposição da

vontade dos mais fortes sobre os mais fracos, como um comportamento aprendido e reproduzido entre as gerações, revelando a esfera familiar como um ambiente de constante abuso afetivo (SOUZA, 2009). O autor afirma, ainda, que as famílias típicas da ralé centram suas estratégias em um presente a nível imediato, visto o caráter inadiável das necessidades básicas.

Já os batalhadores representam grupos de indivíduos que introjetaram, em certa medida, as disposições necessárias à participação no capitalismo competitivo. Situados entre a ralé estrutural e a classe média, os batalhadores condizem com uma classe “moderna” em ascensão, advinda de transformações contemporâneas do capitalismo (SOUZA, 2012). Para Souza (2012), nesse processo a família cumpre uma função primordial, a partir do que o autor chama de “capital familiar”, que traduz o aprendizado de uma “ética do trabalho” capaz de alçar os indivíduos à inclusão produtiva. Como lembra Souza (2012), estas disposições, tais como a disciplina, o autocontrole e o pensamento prospectivo, são precondições para o acúmulo de conhecimento entendido como “útil” em uma sociedade de mercado, possibilitando trajetórias de relativo acúmulo de capital cultural. Vale notar que estas disposições não são inatas aos indivíduos, dependendo dos resultados particulares da socialização familiar. Sendo algo não acessível a todas as classes, a efetivação de tal aprendizado pelas famílias se mostra como elemento primordial que diferencia a ralé estrutural e os batalhadores.

Confrontando os tipos produzidos, Souza (2012) afirma que as famílias da ralé são caracterizadas pelo enfraquecimento da solidariedade intra-familiar, enquanto “a maior parte dos batalhadores entrevistados [...] possuem família estruturada, com a incorporação dos papéis familiares tradicionais de pais e filhos bem desenvolvidos e atualizados” (SOUZA, 2012, p. 50). Por outro lado, distinguindo os batalhadores dos estratos médios, o autor argumenta que nas famílias batalhadoras despontam montantes nitidamente inferiores de capital econômico e capital cultural. Por esse motivo, Souza (2012; 2015) critica veementemente a tese da “nova classe média”, ao afirmar que a limitada ascensão dos batalhadores não se deu a partir de privilégios herdados. Para além do expressivismo, que se manifesta através de gostos e modos de vida especiais, os batalhadores se distanciam da classe média também no que diz respeito às práticas de reprodução social. Assim, é com base na sobrecarga da família em atuar como esfera garantidora do acesso a recursos, muitas vezes nos limites das suas possibilidades, que se projeta a mobilidade ascendente dos batalhadores

(SOUZA, 2012). Ademais, se em grupos abastados a “ética do trabalho” é transmitida pela ampla dedicação aos estudos, como uma sucessão natural entre escola e labor, nos batalhadores tal ética é aprendida a partir do trabalho regular e disciplinado, recorrentemente precoce (SOUZA, 2012).

Por fim, merece realce que a “estruturação” da família batalhadora extrapola os limites da família nuclear conjugal. Ainda no âmbito da pesquisa organizada por Souza, Medeiros (2012) afirma que os papéis de provisão e cuidado constitutivos da “família estável” comumente são observados em redes familiares extensas, responsáveis por garantir o aprendizado de valores essenciais à inserção no mercado de trabalho. Como afirma Souza (2012), as famílias típicas dos batalhadores participam de profícuos sistemas de ajuda mútua, o que termina por estender o alcance da circulação de recursos. É por esse motivo que Berg (2012, p. 146-147) defende:

A família batalhadora tem duas principais estratégias de reprodução da classe: o aprendizado prático do trabalho e o circuito de reciprocidade [...] Como podemos perceber nas trajetórias, as relações familiares são suportes, base produtiva e econômica dos batalhadores. A família batalhadora é a unidade econômica da classe, mas também é a sua unidade moral. Sua estrutura e organização produzem relações duráveis, baseadas em princípios morais que ultrapassam a necessidade imediata.

Creio que esse breve apanhado foi suficiente para demarcar as principais contribuições da tipologia de Souza. A seguir, me dedico à apresentação das interfaces entre esta dissertação e os escritos do autor, iniciativa complementada por algumas notas críticas.

7.3. Pontos de contato e reflexões para um debate

Esta dissertação compartilha de alguns pressupostos básicos encontrados na análise de Souza. Dentre eles, destaco a influência da sociologia disposicionalista, que confere relevo ao papel da esfera familiar em mobilizar e investir recursos, bem como em projetar formas de ação e pensamento através da socialização continuada. Além disso, ambos os trabalhos partem de um enfoque biográfico, de cunho qualitativo, almejando-se a elaboração de tipologias.

Resumidamente, creio que Souza foi bem-sucedido em sua proposta de investigação, ao analisar o papel da esfera familiar e das instituições modernas na reprodução das desigualdades. Nesse âmbito, o autor busca desvelar a reprodução diferencial de indivíduos

no capitalismo competitivo, em um contexto de baixa democratização do acesso a direitos fundamentais. Poderíamos dizer que os percursos no espaço social são previamente pavimentados pela herança familiar, apta a condicionar a participação em instituições educativas e no mercado de trabalho. Por outro lado, os indivíduos introjetam, em um arranjo familiar condizente com uma determinada posição de classe, certas disposições direcionadas às interações cotidianas.

Em uma primeira observação, é possível notar inúmeras semelhanças entre as tipologias. Da mesma forma que a *ralé* estrutural, a *socialização familiar pela privação* aponta para a limitação da família a uma temporalidade imediata, pautada na demanda emergencial por recursos básicos. Então, os tipos são definidos pela baixa capacidade das famílias em propiciar a circulação de capitais, o que materializa-se em trajetórias breves e intermitentes em instituições educativas, elemento acentuado pelo baixo ambiente escolar familiar. Com isso, os indivíduos são habilitados a uma inserção precoce e extremamente vulnerável no mercado de trabalho, o que reduz as trajetórias à busca pela garantia de níveis mínimos de renda e consumo.

Por sua vez, a *socialização familiar protetiva* se assemelha à definição da “família batalhadora” por Souza, visto que em ambos os tipos as famílias logram a distribuição de recursos básicos para seus membros, neutralizando demandas emergenciais e ampliando a temporalidade do planejamento familiar. Este pauta-se, principalmente, no acesso à escolaridade e à qualificação laboral, elementos fundamentais para o ingresso estável no mercado de trabalho. Em suma, nestes tipos a família é alvo de uma forte valorização positiva, tendo em vista, pela efetivação de suporte material e afetivo, a conformação de patamares aceitáveis de bem-estar.

Contudo, possuo alguns contrapontos à tipologia de Souza, aglutinados em três elementos: i) a limitação da dicotomia “família estruturada x família desestruturada”; ii) o confronto entre os tipos e as trajetórias concretas; e iii) a complexificação de uma visão restrita sobre a classe média.

Segundo Scisleski et al. (2012), o termo “família desestruturada” despontou no Código de Menores, inaugurado em 1927 e reformulado em 1979, como um vocabulário diretamente dedicado às classes populares, entendendo-se que a pobreza erodia as capacidades das famílias de educarem as gerações mais novas. Esse argumento embasou a destituição da legitimidade de tais famílias, propiciando a perda da guarda de crianças e o

posterior encaminhamento para instituições socioeducativas (SCISLESKI et al., 2012). Como seguem os autores, é notória a persistência do termo como raiz explicativa da marginalidade juvenil, ainda que sejam observados avanços no Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990. Nesse novo contexto, afirmam Oliveira e Milnitsky-Sapiro (2007, p. 632), as “famílias desestruturadas”, sempre em situação de extrema pobreza, são entendidas como as “famílias incapazes de cuidar dos filhos”.

Coimbra (2001), anotando a centralidade da evocação das “famílias desestruturadas” em laudos psicológicos de crianças e adolescentes, critica seu binarismo e imutabilidade. Já Fonseca (2005) argumenta que a utilização do termo assume um alcance extremamente limitado, sempre orientado “aos outros”, especialmente quando os “outros” são os pobres. Seria praticamente inconcebível, portanto, que indivíduos de classe média fossem tidos como oriundos de famílias desestruturadas, mesmo que estas apresentassem arranjos e comportamentos semelhantes aos esperados em classes populares. Dialogando com os escritos de Fonseca (2005), é coerente destacar que o abandono masculino e a formação sucessiva de novos arranjos, bem como a ruptura de vínculos por conflitos diversos, desembocam na adjetivação das famílias médias enquanto agrupamentos “recompostos”, vocabulário distinto que “filtra” um conjunto de valorações atribuídas a cada classe. Certamente, esse elemento amplia-se para outras questões, tais como a lacuna de afetividade e a violência doméstica.

A essa altura, devo lembrar que este breve apanhado não traduz a perspectiva defendida por Souza, uma vez que a “estruturação” ou “organização” da família advém da sua capacidade de garantir papéis de provisão e cuidado. Tais elementos, discutidos para além do núcleo conjugal, apresentam-se como precondições para o acesso ao bem-estar, tanto econômico quanto “existencial”. Esta importância, somada aos obstáculos advindos da precariedade das condições de vida, emerge como um lugar-comum na literatura especializada, não apresentando novidade digna de nota. Todavia, o problema em Souza advém de três fatores. Em primeiro lugar, a própria utilização do termo “família desestruturada” representa, na minha ótica, um equívoco. Os repertórios linguísticos, a despeito da intenção de seus porta-vozes, reproduzem juízos de valor que alicerçam a capilaridade e a mobilização prática dos discursos. Portanto, a circulação do termo, especialmente em um trabalho de ampla repercussão, pode representar o fortalecimento de uma certa forma de enxergar as famílias “desclassificadas”, prescrevendo a estas uma determinada atuação profissional. Além disso, o termo “família desestruturada” pouco explica

e muito confunde, revelando-se como um vocabulário estreito e analiticamente infrutífero. Em um exemplo extraído da *socialização familiar protetiva*, é possível verificar que o suporte familiar conferido aos parentes se ancora na sobrecarga feminina em arcar com as necessidades do grupo, em um modelo de monoparentalidade advindo do abandono masculino. Observando o acesso a recursos básicos, bem como o estímulo à persecução de trajetórias escolares pelos filhos (ainda que limitado à exaustiva jornada de trabalho por parte da provedora), denominamos este padrão familiar de estruturado ou desorganizado/desestruturado? Um binômio tão limitado é incapaz de oferecer respostas satisfatórias.

Em segundo lugar, após a utilização do conceito, penso que o autor se furta a explicá-lo substantivamente. Apesar de algumas passagens, é mais recorrente notar definições em textos auxiliares que compõem suas obras organizadas, em contribuições de outros pesquisadores levantadas parcialmente no tópico anterior. A evocação de um termo tão controverso, e de uma forma tão genérica, só tende a gerar dúvidas e imprecisões, algo que dificulta o próprio apanhado crítico da proposta tipológica. E em terceiro lugar, argumento que Souza parte de uma visão limitada sobre as famílias das classes populares, levando em conta a tese da instrumentalização das relações familiares e da sobreposição da vontade dos mais fortes sobre os mais fracos. Este elemento está vinculado ao ponto ii de minhas críticas, para o qual dedico os trechos a seguir.

Como argumenta Souza (2013), a ralé estrutural e os batalhadores constituem “tipos ideais”. É notório que um tipo ideal, segundo o aporte weberiano, é obtido por meio da seleção e acentuação unilateral de certas dimensões entendidas como significativas em um fenômeno (WEBER, 2003). Seu objetivo, segue Weber (2003, p. 106), consiste em propiciar a conexão de elementos empiricamente difusos e ambíguos, voltando-se para a produção de “um quadro homogêneo de pensamento”. Representativo do esforço classificatório que é tão caro à pesquisa sociológica, o tipo ideal evidencia as relações “objetivamente possíveis” em um fenômeno, assumindo como ponto de partida um determinado interesse particular de conhecimento. Em síntese, aí reside o propósito dos tipos ideais: fornecer um modelo de classificação abstrato e simplificado capaz de elucidar processos sociais empiricamente fugidios.

Dessa forma, ao questionar a inserção distinta e distintiva dos indivíduos em uma sociedade capitalista periférica, Souza (2013) selecionou e acentuou os repertórios familiares

entendidos como capazes de edificar trajetórias tão díspares nas classes populares. Portanto, as famílias da ralé e as famílias batalhadoras se diferenciam, enquanto conceitos puros, em suas capacidades de dispor aos indivíduos “dos estímulos afetivos e das pré-condições psíquicas, cognitivas e emocionais que possibilitam a incorporação do 'conhecimento útil' necessário à reprodução no capitalismo competitivo” (SOUZA, 2013, p. 149). Reconhecendo as especificidades inerentes à utilização de tipos ideais, Souza (2013) afirma que as características de cada tipo são elencadas para propósitos analíticos, privilegiando-se os pontos de contraste, ainda que as fronteiras entre a ralé e os batalhadores sejam percebidas como bastante fluidas. Entretanto, sustento que o autor assume uma postura contraditória ao manusear os tipos ideais, em especial no que diz respeito ao confronto entre os tipos e as trajetórias concretas.

Observando os escritos de Weber (2003), entendo que os tipos ideais estão alicerçados em duas referências comparativas. Pela referência comparativa interna, o tipo ideal torna-se inteligível quando compõe um modelo teórico mais amplo, associado a outros tipos ideais. Embora este elemento tenha sido tratado apenas de maneira transversal por Weber, é com base na referência comparativa interna que é edificado um quadro homogêneo de pensamento. Por meio de tal referência, os diferentes “resultados” fornecidos pelas acentuações unilaterais são contrastados entre si, configurando um todo compreensível e coerente. Nesse ponto, creio que Souza (2012) traça um percurso plausível em sua apresentação dos batalhadores, complexificando os argumentos iniciais apresentados no estudo da ralé. Isso porque a análise da ascensão dos batalhadores permitiu ao autor contextualizar a experiência da marginalização, com destaque para os atributos que garantem a superação, mesmo que parcial, da exclusão do acesso a recursos e à estima. Então, os apontamentos caminham para o entendimento da situação de classe enquanto uma atribuição mutável, tanto do ponto de vista descendente, a partir do perigo da desclassificação que ronda os batalhadores, tanto do ponto de vista ascendente, pelas oportunidades da ralé (ou como frisa o autor, da “elite da ralé”) de neutralizar a transmissão intergeracional da precariedade.

Por outro lado, o conceito “puro”, não observável plenamente na realidade empírica, serve de referência comparativa para situações contraditórias e multifacetadas. Pela comparação externa, ganham relevo as aproximações e os distanciamentos entre o tipo ideal, convertido em um meio provisório para o entendimento das relações humanas, e os fatos concretos (WEBER, 2003). Portanto, o tipo ideal não existe “realmente”, e nem representa o

objetivo final do conhecimento, refletindo uma tentativa transitória de compreender e explicar um fenômeno sob investigação. A meu ver, é justamente nesse aspecto que Souza apresenta falhas na defesa da proposta tipológica.

O autor sustenta que os desclassificados conformam “uma 'classe social específica', com gênese, reprodução e 'futuro provável' semelhante”, sendo que o não reconhecimento desta classe “enquanto classe” incorre no risco de “fragmentá-la ao ponto de torná-la irreconhecível” (SOUZA, 2013, p. 148). Desse modo, a ralé representa a confluência de determinadas características pessoais e familiares, abarcando desde grupos “na periferia das grandes cidades do Sudeste” até indivíduos oriundos do “sertão do Nordeste”. Ou seja, ao argumentar os achados após a elaboração tipológica, o autor opta por interpretá-los pela topologia bourdieusiana, anotando a influência da proximidade no espaço social para o compartilhamento parcial de experiências. O que certamente é uma postura arriscada e controversa, ao pressupor que o tipo ideal, uma construção teórica do próprio pesquisador, voltada apenas para fins de análise, pode ser entendida como a aglutinação de grupos de indivíduos com perfis e destinos semelhantes, emergindo como uma unidade empiricamente observável. Embora esta questão aparente ter menor valor, desemboca em grandes consequências ao tratamento dos tipos.

Penso que Souza, embasado por essa postura particular, peca ao relegar a um plano secundário o esforço dedutivo auto-crítico, inerente à utilização de tipos ideais, entendendo os tipos como reais e acabados após o esforço de elaboração. Com a acentuação unilateral, complementada pela perda do referencial comparativo externo, o autor termina por invisibilizar na elaboração dos tipos determinadas experiências importantes para a compreensão das classes populares. Em decorrência, após a proposta inicial, os tipos tendem à sedimentação, convergindo para um gradativo ofuscamento das manifestações empíricas que contradizem e “embaralham” os conceitos puros. Dentre elas, é possível verificar a confluência entre a negação quase completa de capitais, típica da ralé estrutural, e a existência de forte solidariedade familiar, típica dos batalhadores.

Ao argumentar a *socialização familiar pela privação*, explanei trajetórias marcadas pelo amparo familiar, extrapolando os contornos da “desestruturação” das famílias e da instrumentalização dos vínculos familiares, entendidos como denominadores comuns da ralé. Vale lembrar, por exemplo, a disponibilidade de uma casa como um abrigo temporário durante a situação de rua, bem como a ativação de nós da rede familiar no cuidado de

indivíduos dependentes e a circulação de recursos básicos em redes de entajuda. Estes casos emergem como bons exemplos de solidariedade familiar de “baixo alcance”, em contextos nos quais a família funciona como esfera amortecedora de riscos emergenciais. Então, entendo que Souza empreende um debate necessário na argumentação da ralé, apresentando trajetórias marcadas pelo abandono afetivo. Todavia, ao não compreender a ralé enquanto um conceito provisório, passível de reformulações e redefinições através do contraste com experiências concretas, o autor restringe seu olhar sobre as classes populares, principalmente nas camadas extremamente pauperizadas, o que contribui para a inércia analítica.

Por outra via, em vez de assumir a “desestruturação” e a instrumentalização das relações familiares como características inerentes aos “desclassificados”, a *socialização familiar pela privação* explicita contextos nos quais as famílias possuem reduzidas capacidades de realizar o “trabalho de instituição” referido por Bourdieu (2011). Seja pela existência de conflitos redistributivos, seja pela negação da família enquanto uma esfera destinada ao cuidado, determinadas narrativas relatam obstruções à reprodução da unidade doméstica como um agrupamento coeso, preservado de disputas e da ruptura de vínculos. Porém, a explanação de trajetórias específicas, dada a cabo na etapa inicial e retomada no capítulo anterior, permite a compreensão das contingências que transbordam o tipo, para além da generalização conceitual, fornecendo aporte à compreensão das causas e das eventuais repercussões da erosão do “trabalho de instituição”.

No que diz respeito aos batalhadores, a divergência se torna mais sutil. Ao centrar esforços em trajetórias de mobilidade social ascendente, Souza destaca a importância do que chama de “capital familiar”, fator que garante o acesso a recursos e a introjeção das disposições associadas ao trabalhador “útil”. Contudo, a busca por diferenciar a família batalhadora da família “desorganizada”, separação pautada em parte pela forte solidariedade familiar nas primeiras, ofusca os possíveis desajustes entre os percursos individuais e as expectativas da família sobre os padrões de comportamento. Em uma das trajetórias observadas na *socialização familiar protetiva*, o término dos estudos assume prioridades distintas nas trajetórias de dois irmãos, que passam a representar polos opostos na efetivação do acompanhamento familiar. O irmão mais velho, como herdeiro da responsabilidade materna, entende a necessidade de cobrar o irmão mais novo pelo seu futuro, que retoma, após um período de evasão escolar, a matrícula no Ensino Fundamental. Em outra trajetória, um dos entrevistados relata o melhor aproveitamento dos subsídios familiares, ainda que estes

tenham sido intermitentes, o que supostamente o diferencia dos irmãos que “não estudaram direito”. Portanto, a despeito da importância do contexto familiar, o conflito entre instituição e personalidade, assim como apontado por Dubet (1998), revela uma instigante complexificação da circulação e apropriação do capital familiar. Igualmente, é válido questionar se a não correspondência do indivíduos às expectativas familiares, associadas à assunção de determinados padrões de comportamento, desemboca na exclusão do suporte conferido pela rede de parentesco, negando o aproveitamento parcial ou total das propriedades do grupo. Embora não possua casos ilustrativos no *corpus*, penso ser importante investigar se as disputas na *socialização familiar protetiva*, especialmente pela via intergeracional, podem acarretar na ruptura de vínculos, excluindo indivíduos do convívio familiar e da circulação de bens e serviços.

E ainda, ganha preponderância em Souza a descrição da família batalhadora como uma esfera de sociabilidade harmoniosa, tendo em vista a incorporação de papéis estáveis e complementares. Em contrapartida, vale lembrar o debate traçado por Couto (2005), observando-se as posições em uma rede familiar enquanto submetidas a constantes negociações cotidianas, fundamentando conflitos e consensos capazes de consolidar ou enfraquecer as responsabilidades pessoais. Algumas trajetórias estudadas podem contribuir para este debate, evidenciando como o abrigo na casa de uma tia possibilita a fuga da violência doméstica dada a cabo pela família nuclear; de que forma o falecimento de um parente, principalmente quando este ocupa uma posição central na rede familiar, impacta no funcionamento da família enquanto uma unidade de rendimentos, bem como resulta em um conjunto de repactuações das obrigações pessoais; e como a ultra-responsabilização feminina (pelo abandono masculino ou não) nos trabalhos remunerado e doméstico limita a apropriação das benesses ofertadas pelo caráter “protetivo” do tipo, da mesma forma que a transição geracional redefine os padrões de divisão sexual do trabalho. Novamente, entendo que estes elementos apontam para a necessidade de retornar ao tipo ideal elaborado por Souza, vislumbrando os possíveis distanciamentos entre a elaboração tipológica, pautada na organização familiar, e as trajetórias concretas, imersas em contextos mutáveis e conflituosos.

Prosseguindo com o debate, e representando o ponto iii de meus apontamentos, chama a atenção que Souza (2015) oscila na denominação dos estratos médios, adotando o singular ou o plural (a classe média ou as classes médias), muito embora a escolha pelo singular ganhe maior destaque. É bem verdade que o autor, posicionando a classe média entre

os batalhadores e os “endinheirados”, a reconhece como um estrato segmentado e diversificado internamente. Todavia, seja a tratando enquanto uma classe propriamente dita, seja a utilizando como um grupo de referência na análise da ralé e dos batalhadores, o autor termina por unificar a classe média ao redor de certos elementos particulares. De maneira específica, Souza (2009; 2015) afirma que a reprodução neste grupo se desenrola pelo acúmulo de capital cultural, a partir da herança familiar (que ensina disposições condizentes com o *self* pontual, além de oferecer aos indivíduos exemplos de sucesso escolar, passíveis de “imitação”) e da trajetória em instituições educativas, levando em conta a vinculação da biografia à busca continuada pela formação e qualificação. É justamente a partir desse repertório, fortemente ancorado no estímulo familiar, que a classe média logra o acesso privilegiado a recursos materiais e imateriais, ao contrário da classe alta, capaz de garantir tal usufruto através da mobilização direta de capital econômico. Desse modo, as famílias de classe média voltam-se à garantia da dedicação exclusiva dos filhos aos estudos, na medida em que os pais “compram” o seu tempo livre para garantir o aprendizado de conhecimento técnico ou literário (SOUZA, 2012)³³.

É por entender que o termo “classe média” trata sem nuances um leque extremamente amplo de indivíduos, reflexão encontrada apenas residualmente em Souza (2015), que dedico esforços à *socialização familiar pela projeção individual*. Neste tipo, de maneira próxima à classe média em Souza, a família orienta sua atuação para o constante investimento nas gerações mais novas, processo especialmente importante no início da vida adulta. Assim, o acesso às espécies de capital assume centralidade nas trajetórias, destacando-se a busca pela continuidade do ciclo educativo. Importante verificar, ainda, a desobrigação do trabalho precoce em todas as suas manifestações, responsabilidade substituída pela dedicação completa aos estudos. Esta dedicação, que acompanha o indivíduo até a maturidade, é descrita como o “meio” para o futuro acesso a recursos, o que fundamenta a auto-identificação dos entrevistados à classe média.

Contudo, para Souza (2015), os obstáculos enfrentados pela classe média são resumidos pelo consumo de bens e serviços de baixa qualidade e superfaturados, bem como pelo pagamento de altas taxas de juros. Em síntese, embora o autor reconheça a classe média como um grupo amplo e diverso, termina por nivelar o conceito “para cima”, conferindo

33 Vale notar que em pesquisas mais recentes Souza (2015) direciona seus escritos para a crítica de repertórios políticos conservadores na classe média, temática que opto por não adentrar, por fugir do escopo desta dissertação.

destaque ao usufruto de amplos montantes de capital cultural para a reprodução de privilégios. Nesse âmbito, o investimento nesta espécie de capital emerge como uma estratégia familiar segura, reproduzida entre as gerações e que permite a ocupação de empregos com bons salários. Por seu turno, a *socialização familiar pela projeção individual*, trazendo consigo a evocação da incerteza dos recursos disponíveis, temática unificadora dos tipos nesta dissertação, aponta para a elaboração do investimento familiar como uma “aposta”. Pela limitação do capital econômico, principalmente do ponto de vista temporal, os investimentos não condizem com a garantia de resultados, sendo por vezes necessária a adaptação dos indivíduos a situações imprevistas, em uma contínua redução de expectativas. Com isso, ao falar da *socialização familiar pela projeção individual*, tratei de estratégias familiares que, situadas em uma “janela” de mobilidade social na transição entre gerações, visam alçar o indivíduo para além das características originárias das unidades domésticas. Se formos utilizar o termo “classe média”, creio que estamos falando de uma classe média no limiar de uma fronteira de classe, por vezes representada por famílias que recentemente adquiriram a capacidade de investir de maneira mais decisiva nas trajetórias, não constituindo uma classe média “tradicional”.

Então, embora sejam nítidos alguns pontos de encontro entre a *socialização familiar pela projeção individual* e a contribuição de Souza, o tipo produzido nesta dissertação volta-se para uma classe de condições de existência mais delimitada, contribuindo para o enfraquecimento de uma pretensa homogeneidade que ronda o termo “classe média”. Se é verdade que as famílias que se aproximam dessa denominação mobilizam, a partir de estímulos muito diversos, estratégias para uma contínua persecução de capital cultural, o sentido e o alcance de tais investimentos assume grandes variações.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Penso que as contribuições desta dissertação se inscrevem em dois vetores de análise. O primeiro, em um nível empírico, condiz com a análise detida de vinte e duas trajetórias individuais, que apresentaram, ainda que com grandes discrepâncias, a instabilidade da circulação e do usufruto de recursos como uma experiência em comum. Assim, partindo de um *corpus* de cunho qualitativo, examinei a oferta diferencial de suporte material e afetivo por meio de distintos repertórios de socialização familiar.

A tipologia produzida forneceu importantes subsídios à compreensão da vida em família, centrando esforços na assunção de posições em redes de parentesco e nas expectativas que fundamentam a relação indivíduo-família. Da mesma forma, a tipologia permitiu o estudo da mobilização familiar das espécies de capital, em especial a partir da inserção laboral (somada à obtenção dos mais diversos recursos, pela remuneração, por benefícios socioassistenciais e pela herança) e do aproveitamento de oportunidades educativas. Complementarmente, tive chance de discutir outros temas, como o acesso à infraestrutura urbana e a auto-percepção de classe.

Como saldo, apesar de entender que os tipos não devem ser tomados como acabados, mas sim passíveis de contínuas revisitas, defendo que a *socialização familiar pela privação*, a *socialização familiar protetiva* e a *socialização familiar pela projeção individual* cumpriram o papel planejado no início da investigação: a elaboração de conceitos capazes de esquadrihar, em distintas posições de classe, a transmissão de recursos e a incorporação de padrões de comportamento no seio da esfera familiar.

Por seu turno, o segundo vetor, em um nível teórico, representa um passeio por diferentes abordagens nas ciências sociais, postas em diálogo através de um levantamento crítico. Desse modo, contrapus à sociologia de Pierre Bourdieu algumas obras que alavancaram o conceito de trajetória, interesse que coaduna com a análise de narrativas, central para a metodologia desta dissertação. Em seguida, o arcabouço teórico passou a compor uma interface com a sociologia da família, empreendimento que instrumentalizou a investigação empírica.

Finalmente, as contribuições de Jessé Souza, tomadas como uma base inicial na definição da amostra, foram alvo de um escrutínio cuidadoso. Como resultado, pude demarcar quais as principais convergências e discordâncias entre a minha proposta tipológica e a do

autor, confrontando as duas abordagens. Ressaltei que meu distanciamento se dá por três fatores: o simplismo que subjaz o dualismo “família estruturada” x “família desestruturada”; a ausência de esforço dedutivo auto-crítico no manuseio dos tipos, o que desemboca em uma invisibilização das experiências que os contradizem; e a busca por complexificar o debate sobre a classe média. Creio que nesta etapa tive condições de reforçar a potencialidade dos meus argumentos, recuperando a tipologia já na etapa final da dissertação e colocando-a em contato com uma teoria de ampla circulação no meio acadêmico nacional.

Todavia, a conclusão deste estudo traz consigo a abertura de novos flancos de investigação. Dentre eles, destaco três possibilidades interessantes. Em primeiro lugar, creio ser imperiosa a ampliação da tipologia para posições de classe mais abastadas, extrapolando a escolha temática desta dissertação. Em segundo lugar, a análise mais aprofundada de trajetórias, para além da busca pela aglutinação, permitiria o acompanhamento de percursos individuais por contextos diversos (LAHIRE, 2005). Com isso, se o exame das trajetórias me garantiu uma argumentação gradual dos tipos, focando na esfera familiar, esta abordagem voltar-se-ia para a participação dos indivíduos em ambientes distintos, verificando-se os conflitos e as congruências entre as práticas esperadas em cada um deles. E em terceiro lugar, por outra escala de análise, creio que os tipos podem embasar estudos quantitativos, levando em conta a utilização de amostras representativas e a conversão dos diferentes aspectos tratados nas entrevistas (como por exemplo, o cuidado de indivíduos dependentes, o suporte conferido às trajetórias profissionais e as modalidades de transmissão de recursos entre as gerações) em temas passíveis de aplicação por meio de *surveys*. Em suma, estes caminhos certamente complexificariam as reflexões aqui desenvolvidas, submetendo-as a opções teórico-metodológicas dessemelhantes às encontradas nesta dissertação.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. 229 p.

BERG, Tábata. O batalhador e sua família. In: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Colaboradores Brand Arenari ... [et al.]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 123-148.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. Tradução de Floriano de Souza Fernandes. 35 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. 239 p.

BERTAUX, Daniel. El enfoque biográfico: su validez metodológica, sus potencialidades. *Proposiciones*, n. 29, p. 1-23, março 1999.

BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. Introduction. In: _____. **Pathways to social classes: a qualitative approach to social mobility**. New Jersey: Transactional publishers, 2007, p. 1-31.

BERTAUX, Daniel; BERTAUX-WYAME, Isabelle. Heritage and its lineage: a case history of transmission and social mobility over five generations. In: BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. **Pathways to social classes: a qualitative approach to social mobility**. New Jersey: Transactional publishers, 2007, p. 62-97.

BILAC, Elisabete Dória. Classes sociais e família: nota para a pesquisa empírica. *Perspectivas*, v. 4, p. 37-42, 1981.

_____. **Famílias de trabalhadores: estratégias de sobrevivência**. São Paulo: Símbolo, 1978. 157 p.

_____. Trabalho e família: articulações possíveis. *Tempo Social*, v. 26, n. 1, p. 129-145, 2014.

_____. Trabalho e reprodução cotidiana: apresentação. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*, v. 11, n. 2, p. 155-158, 1994.

BOTT, Elizabeth. **Família e rede social: papéis, normas e relacionamentos externos em famílias urbanas comuns**. Tradução de Mário Guerreiro. Rio de Janeiro: Editora Livraria Francisco Alves, 1976. 320 p.

BOURDIEU, Pierre. Efeito de lugar. In: _____ (org.). **A miséria do mundo**. 7 ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2008. p. 159-166.

_____. Condição de classe e posição de classe. In: _____. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007. p. 3-25.

_____. **Meditações pascalianas**. Tradução de Sergio Miceli. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. 324 p.

_____. **O poder simbólico.** Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989. 311 p.

_____. **O senso prático.** Tradução de Maria Ferreira. 3 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. 471 p.

_____. **Razões práticas:** sobre a teoria da ação. Tradução de Mariza Corrêa. 11 ed. Campinas, SP: Papyrus, 2011. 224 p.

BRUSCHINI, Cristina. Uma abordagem sociológica de família. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 6, n. 1, p. 1-23, jan./jul. 1989.

BRUSCHINI, Cristina; RIDENTI, Sandra. Família, casa e trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, n. 88, p. 30-36, fev. 1994.

BURKE, Peter. **História e teoria social.** Tradução de Klauss Brandini Gerhardt e Roneide Venâncio Majer. São Paulo: Editora Universidade do Estado de São Paulo, 2000. 283 p.

CAMARANO, Ana Amélia; FERNANDES, Daniele. Mudanças nos Arranjos Familiares e seu Impacto nas Condições de Vida: 1980 e 2010. In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Novo regime demográfico:** uma nova relação entre população e desenvolvimento? Rio de Janeiro: Ipea, 2014, p. 81-117.

CARVALHO, Inaiá M. M de. Globalização, metrópoles e crise social no Brasil. *Revista Eure*, v. 32, n. 95, p. 5-20, 2006.

CARVALHO, Inaiá M. M de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. Família e proteção social. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n.2, p. 109-122, 2003.

CARVALHO, Inaiá M. M. de; PEREIRA, Gilberto Corso. Salvador como negócio. In: CARVALHO, Inaiá M. M. de et al. (orgs.). **Metrópoles na atualidade brasileira:** transformações, tensões e desafios na Região Metropolitana de Salvador. Salvador: Edufba, 2014, p. 47-83.

CARVALHO, Isabel C. M. Biografia, identidade e narrativa: elementos para uma análise hermenêutica. *Horizontes antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 283-302, jul. 2003.

CASTRO, Roberto; BRONFMAN, Mario. Problemas no resueltos em la integración de métodos cualitativos y cuantitativos em la investigación social em salud. In: _____ (orgs.). **Salud, cambio social e política:** perspectivas desde América Latina. México, DF: Edamex, 1999, p. 49-64.

COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Os especialistas da infância e da juventude: produzindo verdades competentes. *Paidéia*, v. 11, n. 20, p. 85-88, 2001.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). **Panorama Social de América Latina**, Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014, 298 p.

CONWAY, Jill K.; BOURQUE, Susan C.; SCOTT, Joan W.. El concepto de género. In: LAMAS, Marta (org.). **El género: la construcción cultural de la diferencia sexual**. Programa Universitario de Estudios de Género. Universidad Autónoma de México: México, 2000. p. 2-6.

COUTO, Márcia Thereza. Estudos de famílias populares urbanas e a articulação com gênero. *Revista Antropológicas*, v. 16, n. 1, p. 197-216, 2005.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KÉRISIT, Michèle. O delineamento da pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean, et al. (orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 127-153.

DUBAR, Claude. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educação e sociedade*, v. 19, n. 62, p. 13-30, 1998.

DUBET, François. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. *Revista Contemporaneidade e Educação*, v. 3, p. 27-33, 1998.

DURHAM, Eunice. A família operária: consciência e ideologia. In: _____. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004a. p. 237-253.

_____. Família e reprodução humana. In: _____. **A dinâmica da cultura: ensaios de antropologia**. São Paulo: Cosac Naify, 2004b. p. 323-355.

EGUÍÁ, Amalia. Pobreza y Reproducción Familiar: propuesta de un enfoque para su estudio. *Caderno CRH*, v. 17, n. 40, p. 79-92, jan./abr. 2004.

ENRÍQUEZ, Corina Rodríguez. Economía del cuidado y política económica: una aproximación a sus interrelaciones. *Trigésima octava reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina y el Caribe*. Mar del Plata, Argentina, set. 2005. 35 p.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do welfare state. *Lua Nova*, n. 24, set. 1991, p. 85-116.

FERNANDES, Florestan. A reconstrução da realidade nas ciências sociais. *Revista Mediações*, v. 2, n. 1, p. 47-56, jan./jul. 1997.

FONSECA, Claudia. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, mai./ago. 2005.

FREITAS, Lorena. A Instituição do fracasso: a educação da ralé. In: SOUZA, Jessé. **Ralé brasileira: quem é e como vive**. Colaboradores André Grillo ... [et al.]. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 484 p. p. 281-304.

FUKUI, Lia. Estudos e Pesquisas sobre família no Brasil. In: *BIB - O que se deve ler em*

Ciências Sociais no Brasil. São Paulo: ANPOCS/CORTEZ, 1986. p. 237-253.

GASKELL, George. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 64-89.

GOLDANI, Ana Maria. Família, gênero e políticas: famílias brasileiras nos anos 90 e seus desafios como fator de proteção. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 19, n. 1, p. 29-48, jan/jul. 2002.

_____. Relações intergeracionais e reconstrução do Estado de Bem-Estar: por que se deve repensar essa relação para o Brasil? In: CAMARANO, Ana Amélia (org.). **Os novos idosos brasileiros: muito além dos 60?** Rio de Janeiro: IPEA, 2004.

GUIMARÃES, Iracema. Revisitando a família no cenário da pobreza. *Caderno CRH*, Salvador, n. 29, p. 89-127, jul/dez. 1998.

HIRATA, Helen; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007.

JELIN, Elizabeth. **Familia y unidad doméstica: mundo público y vida privada**. Buenos Aires: Centro de Estudios de Estado y Sociedad, 1984. 44 p.

JELIN, Elizabeth. Las familias en América Latina. *Familia Siglo XXI*, Ediciones de las mujeres, n.20, p. 2-23, 1994.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin W. Entrevista narrativa. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George (orgs.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 11 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2013. p. 90-113.

LAHIRE, Bernard. Entrevista com Bernard Lahire. *Educação e Pesquisa*, v. 30, n. 2, p.315-321, mai./ago. 2004b.

_____. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação e Sociedade*, n. 78, p. 37-55. abr. 2012.

_____. **Retratos sociológicos: disposições e variações individuais**. Tradução de Patrícia Chittoni Reuillard e Didier Martins. Porto Alegre: Artmed, 2004a. 344 p.

_____. Patrimônios individuais de disposições: para uma sociologia à escala individual. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 49, p. 11-42, 2005.

LECHNER, Elsa. Introdução: o olhar biográfico. In: _____ (org.). **Histórias de vida: olhares interdisciplinares**. Porto: Edições Afrontamento, 2009. p. 5-11.

MARQUES, Eduardo. **Redes Sociais, Segregação e Pobreza em São Paulo**. Tese de livre docência, São Paulo, Ago. 2007. 176 p.

MARQUES, Eduardo; CASTELLO, Graziela; BICHIR, Renata. Redes Pessoais E Vulnerabilidade Social Em São Paulo e Salvador. *Revista USP*, n. 92. p. 32-45, Dezembro/Fevereiro. 2012.

MARTIN, Claude. Solidarités familiales: débat scientifique, enjeu politique. In: KAUFFMAN, Jean-Claude. **Faire ou faire-faire?** Rennes: PUR, 1995. p. 55-73.

MARX, Karl. Prefácio. In: _____. **Contribuição à Crítica da Economia Política.** Tradução de Florestan Fernandes. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p. 45-48.

_____. **O 18 de Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélcio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011. 176 p.

_____. **O Capital:** crítica da economia política: livro 1. Tradução de Reginaldo Sant'Anna. 32 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. 574 p.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã:** Crítica da Mais Recente Filosofia Alemã e seus Representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do Socialismo Alemão em seus Diferentes Profetas. Tradução de Rubens Enderle, Nélcio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. 614 p.

MEDEIROS, Maria de Lourdes. Populismo ou medo da maioria? Como transformar em tolice a razão da massa. In: SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros:** nova classe média ou nova classe trabalhadora?. Colaboradores Brand Arenari ... [et al.]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. p. 199-255.

MONTAGNER, Miguel Ângelo. Trajetórias e biografias: notas para uma análise bourdieusiana. *Sociologias*, n. 17, p. 240-264, jan./jul. 2007.

MONTALI, Lilia. Família, trabalho e desigualdades no início do século XXI. *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 2, n. 4, p. 109-134, jul./dez. 2014.

_____. Trabalho e família sob a reestruturação produtiva. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, XI, 1998, São Paulo. *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. p. 2565-2606.

NOGUEIRA, Cláudio M. M.; NOGUEIRA, Maria Alice. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educação e Sociedade*, v. 23, n. 78, p. 15-36, abr. 2002.

OLIVEIRA, Francisco de. A produção dos homens: notas sobre a reprodução da população sob o Capital. In: _____. **A economia da dependência imperfeita.** Rio de Janeiro: Graal, 1977. p. 6-25.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto de; MILNITSKY-SAPIRO, Clary. Políticas públicas para adolescentes em vulnerabilidade social: abrigo e provisoriidade. *Psicologia Ciência e Profissão*, v.27, n. 4, p. 622-635, 2007.

PETERS, Gabriel. **Bourdieu em pílulas (5):** a teoria dos campos. 3 mai. 2016. Disponível em: <http://quecazzo.blogspot.com.br/search/label/Bourdieu?updated-max=2016-05-26T12:48:00-03:00&max-results=20&start=3&by-date=false>. Acesso em: 29 de outubro de 2016.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico. In: POUPART, Jean, et al. (orgs). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Tradução de Ana Cristina Arantes Nasser. 4 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2014. p. 154-211.

RAPP, Rayna. Family and class in contemporary America: notes toward an understanding of ideology. In: THORN, B.; YALLOM, M. (orgs). **Rethinking the family: some feminist questions**. Boston: Northeastern University Press, 1992, p. 49-70.

REIS, José Roberto Tozoni. Família, emoção e ideologia. In: LANE, Silvia T. M.; CODO, Wanderley. **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 99-124.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz. Desigualdades de oportunidades e segregação residencial: a metropolização da questão social no Brasil. *Caderno CRH*, v. 23, n.59, p. 221-233, mai./ago. 2010.

RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa: tomo III**. Tradução de Roberto Leal Ferreira. Campinas, SP: Papirus, 1997. 518 p.

_____. Linguagem como discurso. In: _____. **Teoria da Interpretação**. Lisboa: Edições 70, 1987. p. 13-35.

SARTI, Cynthia Andersen. A família como ordem moral. *Caderno de Pesquisa*, n. 91, p. 46-53, nov. 1994.

_____. A família como ordem simbólica. *Psicologia USP*, v. 15, n. 3, p. 11-28, 2004.

SCOTT, Joan W. Gender: a useful category of historical analysis. *The American Historical Review*, v. 91, n. 5, p. 1053-1075, dec. 1986.

SCOTT, Parry. A família brasileira diante de transformações no cenário histórico global. *Revista Antropológicas*, v. 16, n. 1, p. 217-242, 2005.

SCISLESKI, Andrea Cristina Coelho et al. Juventude e pobreza: a construção de sujeitos potencialmente perigosos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, v. 64, n. 3, p. 19-34, 2012.

SOUZA, Jessé. A gramática social da desigualdade brasileira. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 19, n. 54, p. 79-96, fev. 2004.

_____. **A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite**. São Paulo: Leya, 2015. 272 p.

_____. Em defesa da sociologia: o economicismo e a invisibilidade das classes sociais. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 1, n.1, p.129-158, jan./jul. 2013.

_____. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?**. Colaboradores Brand Arenari ... [et al.]. 2 ed. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2012. 404 p.

_____. **Ralé brasileira: quem é e como vive.** Colaboradores André Grillo ... [et al.]. Belo Horizonte: Editora Universidade Federal de Minas Gerais, 2009. 484 p.

THOMPSON, Paul. Women, men and transgenerational family influences in social mobility. In: BERTAUX, Daniel; THOMPSON, Paul. **Pathways to social classes: a qualitative approach to social mobility.** New Jersey: Transactional publishers, 2007. p. 32-61.

WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento nas ciências sociais. In: COHN, Gabriel (org). **Sociologia: Max Weber.** Tradução de Amélia Cohn e Gabriel Cohn. 7 ed. São Paulo: Editora Ática, 2003. p. 79-127.

_____. Classe, estamento e partido. In: Gerth, H.H.; Mills, W. (orgs.). **Max Weber: Ensaio de sociologia.** Tradução de Waltensir Dutra. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora LTC, 1982. 530 p.

_____. **Economia e Sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva.** Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. 4 ed. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2012. 464 p.

WOLF, Eric R. Relaciones de parentesco, de amistad y de patronazgo em las sociedades complejas. In: BANTON, Richard (org.). **Antropologia social de las sociedades complejas.** Madrid: Alianza Editorial, 1990. p. 19-39.

WOORTMAN, Klass A. A. W. A família trabalhadora. *Série Antropológica*, n. 40, p. 1-25, 1984.